



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 094 SÁBADO, 20 DE JUNHO DE 2015

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13</p> <p>Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6</p> <p>Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12</p> <p>Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6</p> <p>João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros (15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi (9)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

EXPEDIENTE

<p>Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – RESOLUÇÃO	
Nº 5/2015	5
2 – ATA DA 102ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE JUNHO DE 2015	6
2.1 – ABERTURA	6
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	6
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	6
2.2.1.1 – Término de prazos	
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 119, 168, 171, 174 e 178/2014; 12,14, 17, 21, 31, 38 e 56/2015	6
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 27/2015	6
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 352/2015	6
2.2.1.2 – Proposta de Emenda à Constituição	
Nº 81/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Wellington Fagundes, que altera o art. 24 da Constituição Federal, para incluir no rol das competências da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção ao idoso	7
2.2.1.3 – Comunicações	
Do Senador Marcelo Crivella, justificando o não registro de voto de S. Exª na sessão do dia 2 do corrente	15
Do Senador Marcelo Crivella, justificando o não registro de voto de S. Exª na sessão do dia 17 do corrente	15
2.2.2 – Oradores	
SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO – Relato da participação de S. Exª na Conferência Intersolar Europe, na Alemanha, com ênfase na importância da energia solar como alternativa para diversificação da matriz energética brasileira	15
SENADOR ACIR GURGACZ – Registro de audiência pública que será realizada pela Assembleia Legislativa de Rondônia, em 26 do corrente, sobre o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Tabajara, em Machadinho d'Oeste-RO; e outros assuntos	18
SENADOR BLAIRO MAGGI – Alerta sobre os efeitos nocivos do excesso de burocracia ao País, em especial acerca da dificuldade de investimentos em infraestrutura portuária	21
SENADOR ELMANO FÉRRER – Defesa da PEC 78/2013, que amplia o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação; e outro assunto ..	23
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA, como Líder – Relato dos fatos ocorridos com a comitiva de Senadores brasileiros em visita oficial à Venezuela	26
SENADOR HÉLIO JOSÉ – Apoio à indicação do Ministro de Segunda Classe Arthur Henrique Villanova Nogueira para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia; e outro assunto	49
2.3 – ENCERRAMENTO	50
3 – RETIFICAÇÕES	
Ata da 82ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 26 de maio de 2015, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 77, do dia subsequente	50
4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	61
SENADO FEDERAL	
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	63
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	66
7 – LIDERANÇAS	67
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	69

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	84
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	92
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	138
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
12 – COMISSÕES MISTAS	156
13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	169

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2015

Institui a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituída a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante, com a finalidade de promover amplo debate no Congresso Nacional, com participação dos mais diversos segmentos da sociedade, em busca de soluções viáveis para a atual crise social brasileira, particularizada por índices recordes de desemprego e de subemprego e por baixíssimo nível de escolaridade dos jovens brasileiros.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante reunir-se-á, preferencialmente, no âmbito do Senado Federal, podendo, no entanto, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

Art. 2º A Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante será integrada, inicialmente, pelas Senadoras e pelos Senadores que assinarem a ata de sua instalação, podendo a ela aderir outros parlamentares detentores de mandato popular.

Art. 3º A Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante reger-se-á por regulamento interno ou, na falta desse, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de junho de 2015. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Ata da 102ª Sessão, Não Deliberativa, em 19 de junho de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço e Blairo Maggi.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 30 minutos e encerra-se às 13 horas e 28 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há Expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

TÉRMINO DE PRAZOS

Esgotou-se em 18 de junho o prazo sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 119, 168, 171, 174 e 178, de 2014; 12, 14, 17, 21, 31, 38 e 56 de 2015.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão competente, as matérias vão à promulgação. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se em 18 de junho o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 27, de 2015. Não foram oferecidas emendas.

O Projeto de Resolução nº 27, de 2015, consta da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 702, de 2015.

Encerrou-se em 18 de junho o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2015.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à CAS, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 81, DE 2015**

Altera o art. 24 da Constituição Federal, para incluir no rol das competências da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção ao idoso.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 24 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 24.**.....
.....
XVII – proteção ao idoso.
.....”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil, como república federativa, possui como uma de suas características a repartição constitucional de competências, isto é, a atribuição de parcela de poder aos entes da Federação (União, estados, Distrito Federal e municípios), para que exerçam atividades legislativas, organizando o exercício do poder em todo o território nacional.

Uma das formas de repartição constitucional de competências é a chamada competência concorrente, que divide as capacidades políticas legislativas entre os entes da

Federação, permitindo que todos possam legislar sobre determinado tema, no âmbito do interesse prevalecente: federal ou nacional (União), regional (estados e Distrito Federal) e local (municípios e Distrito Federal).

Na Constituição, a competência legislativa concorrente encontra-se disposta no art. 24, *verbis*:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

IV - custas dos serviços forenses;

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI - procedimentos em matéria processual;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV - proteção à infância e à juventude;

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Normas gerais da União, referidas no §1º do art. 24, são as que fixam postulados fundamentais, indispensáveis ao tratamento uniforme da matéria nacionalmente.

Observa-se, contudo, que no rol exaustivo do art. 24 não se encontra a competência concorrente da União para legislar sobre a proteção ao idoso, lacuna legislativa que agora pretendemos suprir, acompanhando o amadurecimento da tratativa dada à matéria.

Sabe-se que, em todo o mundo, o percentual de pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos tem crescido muito rapidamente, situação reproduzida em especial pelo Brasil.

Apesar desse crescimento de maneira mais ou menos uniforme em todo o mundo, há dificuldades percebidas pelos idosos, relativas ao envelhecimento em si. Num país como o Brasil, essas dificuldades naturais da faixa etária são somadas ao vasto número de pessoas de mais de sessenta anos vivendo na linha de pobreza, necessitando atenção especial para uma política de saúde, previdência e assistência social, habitação, dentre outras.

Sabemos que, desde o reconhecimento da importância do direito do idoso, na promulgação da Constituição de 1988 (arts. 229 e 230), o Brasil evoluiu muito na edição de normas amparando essa parcela da população. Em 1994, foi criada a Política Nacional do Idoso, instituída pela Lei nº 8.842,

de 4 de janeiro de 1994, e regulamentada por meio do Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, ampliando significativamente os direitos dos idosos. Posteriormente, por meio da [Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003](#), foi editado o Estatuto do Idoso, avançando ainda mais no tratamento do assunto. Desde então, normas esparsas vêm sendo publicadas, pouco a pouco ampliando o rol dos direitos dos idosos.

Apesar disso, muito ainda precisa ser feito, pois, na prática, as ações institucionais mostram-se tímidas e limitadas, requerendo aperfeiçoamento legislativo constante, a fim de assegurar um futuro digno aos idosos e idosas do Brasil.

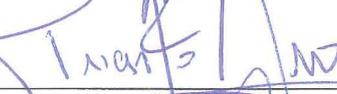
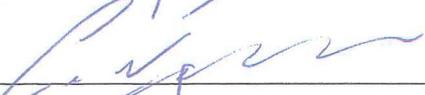
Objetivamos que, com a aprovação desta proposta, e reconhecendo a crescente importância que esse tema merece, todo e qualquer assunto referente ao idoso possa ser tratado pela União, em âmbito nacional; pelos municípios, quando presente o interesse local; pelos estados, residualmente, complementando os dois anteriores e pelo Distrito Federal, numa combinação da competência municipal e da competência estadual.

Solicitamos, pois, aos eminentes parlamentares a atenção devida e o apoio necessário à aprovação desta proposta de emenda à Constituição, de conteúdo altamente relevante para a população idosa brasileira.

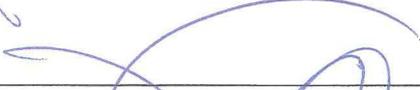
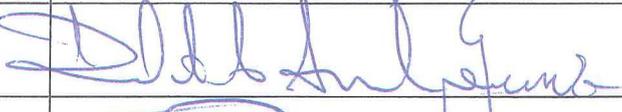
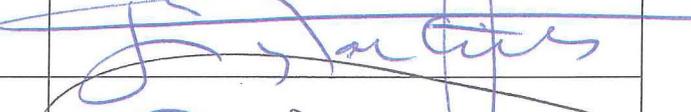
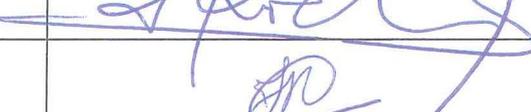
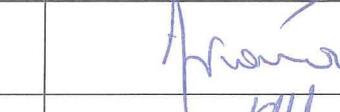
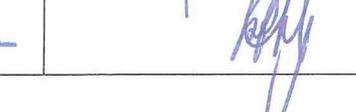
Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES

Altera o art. 24 da Constituição Federal, para incluir no rol das competências da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção ao idoso.

SENADOR(A)	ASSINATURA
1. WELLINGTON FAZENDA	
2. VALDIR RAUPP	
3. WILSON PRADO	
4. LASIER	
5. TINAGRO	
6. RUIZ, MARCO	
7. PAUL SAUER	
8. TERNAPO BEZERRA GELB	
9. FLEXA RIBEIRO	
10. RONALDO R CAIADO	
11. CINO NOLLI	
12. BLAÍRO MAGEI	

Altera o art. 24 da Constituição Federal, para incluir no rol das competências da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção ao idoso.

SENADOR(A)	ASSINATURA
13. SANDRA BRAGA	
14. Helió José	
15. Mário Roberto	
16. Umest G	
17. Deládio do Amaral	
18. Lázaro Martins	
19. Randolfe Rodrigues	
20. Breno Rocha	
21. REGUFFE	
22. Aure Anelié	
23. João Inácio	
24. Raonundelens	

Altera o art. 24 da Constituição Federal, para incluir no rol das competências da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção ao idoso.

.SENADOR(A)	ASSINATURA
25. SALIRIO BEBER	
26. JADON BAMBONIKO.	
27. ELMANO FÉRRER	
28. PAULO PAUL	
29. CRISTIAN	
30.	
31.	
32.	
33.	
34.	
35.	

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição da República Federativa do Brasil

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- II - orçamento;
- III - juntas comerciais;
- IV - custas dos serviços forenses;
- V - produção e consumo;
- VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
- VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015](#))
- X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;
- XI - procedimentos em matéria processual;
- XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
- XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;
- XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- XV - proteção à infância e à juventude;
- XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

COMUNICAÇÕES

Tendo em vista o disposto no § 2º do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência seja abonada minha ausência na sessão plenária do dia 2-6-2015. Apesar de encontrar-me presente à referida sessão, conforme registro no painel eletrônico, não pude aguardar as votações nominais constantes da Ordem do Dia, em virtude de compromisso político-partidário inadiável.

Sala das Sessões, 2 de junho de 2015. – Senador **Marcelo Crivella**, Líder do PRB.

Tendo em vista o disposto no § 2º do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência seja abonada minha ausência na sessão plenária do dia 17-6-2015. Apesar de encontrar-me presente à referida sessão, conforme registro no painel eletrônico, não pude aguardar as votações nominais constantes da Ordem do Dia, em virtude de compromisso político-partidário inadiável.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2015. – Senador **Marcelo Crivella** Líder do PRB.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, para fazer o seu pronunciamento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vivemos em um tempo em que um componente essencial para a produção de tudo que consumimos é a energia elétrica. Sem ela, não conseguimos manter nossas casas, as fábricas, as lavouras e as cidades. Um dos nossos maiores desafios é como gerar toda a energia de que precisamos sem agredir ainda mais o Planeta.

A energia fóssil ou extrativista, como os derivados de petróleo e o carvão, por exemplo, não se renovam e suas explorações deixam grandes cicatrizes na natureza e na geografia humana.

O mundo se coloca, então, frente a esse desafio: como seguir aumentando a oferta de energia sem degradar ainda mais a Terra?

Sr. Presidente, a convite da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, a Apex, estive na Alemanha, semana passada, ao lado do meu colega Senador Walter Pinheiro, para conhecer as experiências daquele e de outros países no segmento de energia solar.

Participamos da Conferência Intersolar Europe, na cidade de Munique, que reuniu os maiores especialistas no mundo sobre este assunto. Tudo o que vi por lá me trouxe inquietações, inspirações e muita esperança em relação ao Brasil. Inquietação porque sabemos que geramos pouca energia a partir do sol, apesar de ele incidir tão fortemente sobre o nosso País, especialmente na minha região, o Nordeste brasileiro.

Segundo dados da consultoria Bridges to Brazil, menos de 0,01% de toda a energia que produzimos aqui vem do sol. Para se ter uma ideia do potencial que desperdiçamos todos os dias, o Ministério do Meio Ambiente publicou um estudo mostrando que, pela nossa posição e expansão territorial, o sol nos presenteia por hora com mais de mil megawatts, ou seja, deixamos escapar todos os dias um verdadeiro tesouro que é uma fonte limpa, renovável e segura de energia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, uma matéria recente do Jornal Nacional mostrou que o lugar mais ensolarado da Alemanha recebe menos luz solar que o mais sombrio lugar do Brasil. Mesmo assim, os alemães são líderes mundiais em exploração dessa matriz. Tamanho é o interesse na sustentabilidade ambiental que a cidade de Freiburg estabeleceu como meta reduzir as emissões de gás carbônico em 50% até o ano de 2030, dentro de um projeto que ganhou o nome de *Green City Freiburg*.

E não falo aqui, Sr. Presidente, apenas das grandes geradoras para o consumo de cidades inteiras. Refiro-me também às iniciativas de menor porte para abastecer residências, parques e praças, como pude testemunhar em Munique, por exemplo. Falo de empresas privadas e condomínios residenciais, como é o caso do Parque Solar Strasskirchen. Durante visita a este parque, em Munique, fui informado que cada família residente no condomínio consegue economizar, por ano, cerca de 500 euros por consumirem a energia solar armazenada em placas fotovoltaicas em seus tetos e quintais.

Esta é uma política pública alemã que estimulou e estimula o modelo de consumo sustentável, garantindo que quem gera energia excedente pode, inclusive, vendê-la a concessionárias, uma forma também de produzir mais renda.

As estimativas são de que mais de 1,5 milhão de unidades residenciais e comerciais produzam energia solar na Alemanha. No Brasil, na área de micro e minigeração, o número de sistemas deve triplicar até o final deste ano, quando aí ultrapassaremos a casa dos 100 mil estabelecimentos. Observem bem, a Alemanha tem 1,5 milhão de unidades residenciais ou comerciais e o Brasil, que está iniciando seu esforço, só ao final deste ano, deverá atingir 100 mil unidades residenciais ou comerciais.

A Alemanha ocupava a vanguarda mundial em geração fotovoltaica. Dados de 2014 indicam que aquele país supre 20% de sua necessidade de energia com a produção fotovoltaica. Até 2030, o governo alemão pretende duplicar a produção atual de energia solar, a partir de metas ambiciosas de médio e longo prazo, em uma escala ascendente.

A política tarifária da Alemanha também incentiva o setor. Durante o dia, a energia produzida pelos painéis fotovoltaicos é lançada na rede elétrica pública; à noite, as residências consomem a energia que foi gerada durante o dia; e o preço pago pela energia produzida durante o dia é maior que o preço cobrado à noite. Essa diferença serve como incentivo para a operação das placas captadoras e armazenadores de energia solar.

Estatísticas referentes ao ano passado dão conta de que cerca de oito milhões e meio de alemães vivem em residências alimentadas por esse tipo de energia, cuja produção passou a ser mais estimulada pelos governantes após o acidente com reatores nucleares da usina de Fukushima, no Japão, em 2011. A partir de então, o governo da Alemanha decidiu desativar as centrais nucleares do país, ao tempo que passou a elevar os investimentos para fontes renováveis de energia fotovoltaica. Eu quero aqui sublinhar que a Alemanha deverá fechar todos os reatores nucleares até o ano de 2022.

A matriz energética da Alemanha serve como bom modelo para o Brasil, onde a geração de energia solar ainda é incipiente. Nossos parques solares produzem apenas o equivalente a 0,01% de nossas necessidades.

Enquanto isso, a Europa já ultrapassou a marca de 17GW de energia solar.

Companhias da China, Japão, Alemanha e Estados Unidos lideram investimentos de US\$100 bilhões, ao longo de sete anos, para impulsionar a capacidade de energia solar da Índia, chegando a 100 mil megawatts (ou 100GW), segundo estimativas do Ministério indiano de Energia Nova e Renovável. Isso deve elevar a participação de energia solar na matriz elétrica da Índia para mais de 10%.

No Brasil, o potencial de geração de energia solar é enorme. E aqui destaco um projeto pioneiro executado no meu Estado de Pernambuco, que tem feito um excelente trabalho de incentivo à geração e ao uso de energia solar. Lembro que fomos o primeiro Estado a promover, em dezembro de 2013, leilão para a contratação dos primeiros 92MW. A medida, inclusive, inspirou o Governo Federal a também fazer o mesmo.

Em Pernambuco, a italiana EGP, em parceria com o Governo estadual, está implantando o Parque Solar da EGP, que terá potencial instalado de 11MW. Quando totalmente instalado, o parque irá abastecer prédios públicos e cerca de 90 mil residências. Minas Gerais e São Paulo também têm apostado neste setor. Reduziram a tributação de ICMS para micro e minigeração e diminuíram impostos que incidem sobre equipamentos e insumos, beneficiando toda a cadeia produtiva do setor. Porém, estas iniciativas são apenas experimentais. As principais fontes que movem a matriz energética brasileira ainda são as hídricas e térmicas, com participação de 67% e 28%, respectivamente.

Sr. Presidente, hoje temos a compreensão que erramos, ao longo de anos, ao concentrarmos nossos esforços e recursos em apenas uma matriz de energia: a hidrelétrica, uma matriz que é também renovável e limpa, mas, como pudemos ver desde o final do ano passado, está muito mais sujeita aos efeitos das mudanças climáticas.

Justamente por termos um modelo predominante – a de energia gerada pela água –, deparamo-nos, atualmente, com situações como a que estamos vivenciando lá na minha região, o Vale do São Francisco, onde os agricultores precisam de água para irrigar, mas a usina, na Barragem de Sobradinho, também precisa da mesma água para gerar energia elétrica.

Enquanto isso, o reservatório opera com aproximadamente 20% de sua capacidade. Junto com o Governo Federal, estamos trabalhando para minimizar este problema. Uma das medidas já tomadas foi, por meio da Agência Nacional de Águas, reduzir a vazão do Lago de Sobradinho, uma forma de se garantir mais água para a agricultura irrigada e sem ameaças à usina.

Em escala nacional, estamos lançando mão das termelétricas, que queimam energia fóssil para abastecer as cidades – uma alternativa velha, atrasada, poluente e absurdamente cara.

E, no futuro, com o crescimento da demanda, como iremos aumentar a oferta de energia? Não poderemos mais esticar esse cobertor. Não há mais espaços para improviso, para a falta de planejamento.

Somos a décima nação em consumo de energia *per capita* no mundo. Ficamos à frente do Reino Unido, que é bem mais industrializado que nós. Temos a sétima maior economia e uma capacidade imensa de crescimento, que não pode ser ameaçada com riscos de apagão ou racionamento. Além disso, é preciso lembrar que nenhum investidor irá se sentir seguro em um lugar em que a oferta de energia é instável.

A alternativa para a geração de energia no Brasil vem do sol. Temos o maior potencial do Planeta para gerar e distribuir energia solar, um investimento que, inclusive, preservará a água para outras finalidades.

A região de onde venho – o Semiárido brasileiro – sofre, há séculos, com a estiagem, efeito do sol forte, durante o ano inteiro. Precisamos, portanto, enxergar na natureza não um problema, mas uma solução. O Nordeste brasileiro pode ser um grande centro gerador de energia solar para todo o País.

No início deste meu pronunciamento, Sr. Presidente, eu disse que havia retornado inquieto desta missão à Alemanha, mas esperançoso. Como já afirmei, fico apreensivo ao perceber que estamos perdendo uma imensa oportunidade que nos é dada gratuitamente pelo sol.

Mas, também, estou esperançoso porque sei que, além do potencial natural que temos, as experiências bem sucedidas que vi na Alemanha nos mostram que o investimento em energias limpas gera retornos múltiplos.

O exemplo da Alemanha me deu a convicção de que estamos diante de uma possibilidade histórica para o Brasil: implementar outra grande matriz energética a partir dos recursos naturais de que dispomos.

Fico ainda mais otimista ao perceber que esse novo caminho também poderá promover uma melhor distribuição de renda no País, levando riqueza, tecnologia e conhecimento científico a regiões que tanto necessitam se desenvolver, como o Semiárido nordestino.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pode parecer um contrassenso falar em investimentos num momento de crise econômica e de cortes no Orçamento, mas temos que fazer essa discussão agora para podermos planejar bem o futuro.

Precisamos considerar, inclusive, a possibilidade de fazer mais concessões públicas nesse setor para garantirmos, por exemplo, que os painéis fotovoltaicos – captadores e armazenadores de energia solar – sejam produzidos e instalados em larga escala, como fizemos com a energia eólica. Já estamos produzindo todos os componentes de equipamentos, de materiais, para podermos impulsionar a produção de energia eólica. Isso poderá se dar no caso da energia solar, com a produção dos painéis, dos inversores e de todos os componentes necessários, para que possa haver uma indústria local fornecendo as necessidades dessa nova e importante indústria.

Nosso País já realizou, como eu comentei anteriormente, o primeiro leilão de energia solar para a contratação de 800MW, mas temos que definir metas mais ambiciosas, com leilões periódicos, para que possamos conquistar a confiança de investidores, produtores e fabricantes de painéis. Com isso, também geraremos conhecimento, tecnologia e milhares de empregos. A Absolar, que é a associação brasileira que reúne as empresas do setor, estima que é possível gerar mais de 100 mil empregos, se houver metas mais adequadas e um programa de produção de energia solar bem estruturado e bem definido pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo.

Fiquei ainda mais convencido de que esse é o caminho para o Brasil ao conhecer, durante a Intersolar Europe, a experiência dos Estados Unidos na produção de energia solar. Segundo autoridades norte-americanas, a nação mais desenvolvida do mundo deve alcançar, nos próximos três anos, a expressiva marca de 12 milhões de megawatts. Só no segmento doméstico, a geração desse tipo de energia cresce nos Estados Unidos cerca de 40% ao ano.

No último dia de minha participação na conferência Intersolar Europe, quinta-feira passada, eu estive com Rodrigo Lopes Savaia, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). Resultado desse encontro é que marcamos para o início do próximo mês de julho uma reunião de trabalho para avaliarmos, no contexto da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, as possibilidades concretas de investimentos nessa promissora área. A Absolar é uma entidade privada sem fins lucrativos que congrega empresas de toda a cadeia produtiva do setor fotovoltaico, com operações no Brasil. O encontro com o Diretor Executivo da Absolar ocorreu na ocasião do seminário “Investimentos no Brasil – Painéis Fotovoltaicos”, promovido pela Apex, que também contou, como já afirmei, com a participação do meu colega e companheiro Senador Walter Pinheiro e, também, do Secretário Executivo de Energia do Estado de Pernambuco, Eduardo Azevedo. Quero destacar, Sr. Presidente, que, com esse seminário, a Apex mostrou à comunidade internacional – e, principalmente, a investidores de diferentes países – o potencial econômico do programa brasileiro de energia solar.

Durante minha missão à Alemanha, além de participar dessa conferência Intersolar, cumpri, também, uma série de agendas institucionais que começaram no dia 5, em Berlim, quando me encontrei com a Prof^a Gesine Schawn, membro do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e Presidente da Escola de Governo Humboldt-Viadrina. Quero destacar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que Gesine Schawn foi fundadora da Escola de Governo Humboldt-Viadrina e, atualmente, preside essa renomada instituição alemã na formação de indivíduos e de uma sociedade mais democrática, justa e sustentável. Em 2004 e 2008, Gesine Schawn foi candidata à presidência da Alemanha e, em outubro de 2013, quando visitou o Brasil, realizou encontro com Eduardo Campos, então Governador do meu Estado.

Na capital da Alemanha, também estive com a Embaixadora do Brasil em Berlim, Maria Luiza Ribeiro Viotti, e encontrei-me ainda com a Deputada Bärbel Höhn, do Partido Verde alemão. Ela preside a Comissão de Meio Ambiente do Parlamento alemão e é a Vice-Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha na Casa

Legislativa da República Alemã. Höhn me antecipou que visitará o Brasil, no próximo ano, com o objetivo de estreitar as relações entre os dois países na área ambiental e na área de energias renováveis, principalmente a energia solar, a eólica e a proveniente da biomassa.

Para mim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é nosso dever e nossa obrigação, como integrantes do Parlamento brasileiro, abrir o debate sobre outras formas de produzir energia limpa em nosso País. Não podemos, em nome de uma crise econômica que esperamos ser passageira, deixar de discutir estratégias para as décadas seguintes.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Fernando Bezerra Coelho, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Dando sequência à ordem dos oradores inscritos, convido para fazer uso da palavra S. Ex^a o Senador Acir Gurgacz, pelo tempo regimental, para que possa fazer a sua manifestação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, cumprimento os Senadores Ricardo Ferraço e Cássio Cunha Lima, que retornaram da Venezuela. Infelizmente, retornaram de uma viagem que não cumpriu o seu objetivo, mas retornaram a Brasília sem um incidente maior. O que a Venezuela conseguiu é mostrar que, de fato, a democracia lá é de mentira, não é verdadeira. Ficam aqui os meus cumprimentos a todos os Senadores que foram à Venezuela e chegaram nesta noite.

O assunto que trago para debate e para o conhecimento da população do meu Estado de Rondônia é a audiência pública que será realizada pela Assembleia Legislativa de Rondônia, no próximo dia 26, sobre o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Tabajara, em Machadinho d'Oeste, em Rondônia. O projeto de construção da Usina Tabajara, no Rio Machado, na Cachoeira Dois de Novembro, está em fase conclusiva dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental pelo grupo de estudo Tabajara.

Essa já é a quarta audiência pública realizada no Município e todos os procedimentos para que a obra seja realizada, com as devidas medidas de compensação ambiental e social, estão sendo tomadas com todos os detalhes para que não venha a prejudicar a população, principalmente à beira do Rio Machado.

Essa é uma obra do PAC, do Governo Federal, e terá a potência de 350MW. O custo estimado da obra é de aproximadamente R\$50 milhões. E, na etapa de construção, ela deve gerar algo em torno de 3 mil empregos diretos.

Trata-se de uma importante obra para Rondônia, que está se transformando num grande produtor de energia elétrica, mas ela tem que ser construída com os devidos cuidados ambientais e sociais para que a população local não seja afetada e também possa usufruir dos benefícios que um empreendimento desse porte pode oferecer para a comunidade.

Convido toda a população da região de Machadinho d'Oeste para participar dessa audiência, para que possam conhecer todos os benefícios e também para apresentar as suas preocupações com relação a esse empreendimento. A audiência pública vai começar às 9h da próxima sexta-feira no auditório da Associação dos Agropecuaristas de Machadinho, no centro da cidade.

No momento em que discutimos a construção de mais uma usina hidrelétrica em Rondônia e em que nos tornamos exportadores de energia, chamo a atenção para uma distorção que vem ocorrendo há anos. Para corrigi-la, apresentei nesta Casa uma proposta de emenda à Constituição: a PEC nº 124, de 2011. A proposta de emenda constitucional em questão propõe que o repasse do ICMS seja feito também aos Estados produtores de energia e não somente aos Estados consumidores, como ocorre atualmente. Essa distorção tributária está prejudicando os Estados onde estão instaladas e onde estão sendo construídas as grandes usinas hidrelétricas do País, como é o caso de Rondônia e do Pará, onde estão sendo construídas as Usinas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Acir, um aparte, por favor.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com prazer, eu ouço o Senador Blairo Maggi.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Acir. Eu quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e pelo tema que está trazendo aqui hoje. A divisão do ICMS na geração de energia hoje não existe – todo o ICMS é cobrado no destino. Isso é constitucional, mas V. Ex^a está se referindo a isso e tem projeto sobre isso, para fazer com que, em relação às novas usinas que estão surgindo neste momento ou que vêm pela frente no País, pudéssemos efetivamente fazer uma mudança nisso, deixando a metade do ICMS gerado no Estado, no local onde há a geração de energia, e a outra metade mandando normalmente para

onde está sendo esse destino. Não se mexeria em absolutamente nada, vamos chamar assim, nas receitas dos Estados que hoje estão aí cobrando energia, porque essa energia é nova, ela não existe. Quando ela chegar ao mercado, então, metade ficará para o Estado gerador, metade ficará para os Estados consumidores. Perfeito, de pleno acordo, eu acho que assim deve ser feito. V. Ex^a tem uma PEC na direção – porque esse assunto tem de ser tratado com PEC – de fazer com que isso possa acontecer. V. Ex^a está de parabéns pelo tema. Outra coisa que também devemos trabalhar, Senador Acir, é a questão dos *royalties*. Eu vim de uma região do Paraná, V. Ex^a também veio de lá, de Cascavel. Eu sou de São Miguel do Iguaçu. Há Foz, Medianeira, Santa Terezinha, Itaipulândia, Matelândia, Santa Helena. São regiões que foram afetadas pelo Lago Itaipu, onde se criou, Senador Elmano, uma distribuição de *royalties*. Já faz quase 30 anos disso, e acho que já está vencendo prazo dos *royalties* lá. O que aconteceu? Na verdade, nós não percebemos na região o ganho dos *royalties* para aqueles Municípios. Mandei fazer, há algum tempo, um levantamento dos Municípios da região oeste que têm *royalties* contra outros de outra região do Paraná que não têm *royalties*. A economia é a mesma, não houve nenhum ganho econômico sobre isso. Por quê? Porque os Municípios que têm *royalties* acabam gastando isso no dia a dia, acabam gastando isso na máquina pública e não gastaram isso no sentido de promover o desenvolvimento e de criar uma estrutura industrial naquela região. A minha proposta – eu tenho um projeto andando no Senado – versa para não monetizar mais esses *royalties* e, sim, para transformar em créditos de energia. No Município, na região onde essa usina está produzindo, esse crédito de energia poderá servir de programa de incentivo, não fiscal, mas de energia, lá transformando, levando as fábricas, uma estrutura industrial para essa região. Aí, sim, nós vamos fazer uma mudança, vamos dar continuidade àquele grande fluxo de pessoas que foram para lá construir as usinas, mas que depois vão embora, ficando uma série de coisas ruins para a cidade, para a região. Então, nós temos de mexer nessa questão. E isso não passa pelo Governo, passa somente por nós no Congresso. Então, eu quero parabenizá-lo pela retomada do assunto, que devemos perseguir, correndo atrás e colocando como uma das questões prioritárias até dentro das mudanças e do mutirão, vamos chamar assim, que está sendo feito aqui do Pacto Federativo. Parabéns. Muito obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, pelo seu aparte.

Eu entendo que o nosso trabalho é exatamente este: aquilo que está dando certo não se mexe, mas, naquilo que podemos melhorar, é exatamente essa a nossa função, melhorando aquilo que pode ser tratado de uma forma mais justa com relação à população brasileira.

De fato, se nós tivermos a compensação diretamente na conta de energia elétrica da população que tem ali a sua geração de energia, aí nós teremos a distribuição verdadeira do benefício criado para quem está gerando energia elétrica. Não seria só para os moradores, mas principalmente para as indústrias que porventura queiram se instalar, pois essas teriam o grande benefício de uma redução enorme no custo da energia elétrica nas regiões que têm a geração de energia.

A Constituição de 1988 excluiu a energia elétrica, o petróleo e seus derivados da regra de partição mista do ICMS, estabelecendo que a tributação seria apenas no destino, ou seja, no consumidor, deixando o Estado de origem, os produtores, à míngua dessa importante fonte de receita – a terceira mais importante do ICMS.

A proposta de transferir para a origem a totalidade ou parte da receita do ICMS interestadual é fundamental para o equilíbrio econômico entre os Estados.

Precisamos ampliar este debate com muito equilíbrio e serenidade, pois este é um momento histórico de transformações sócio-econômicas no País, em que a Região Norte passa a integrar o eixo de desenvolvimento com a produção de energia elétrica.

Portanto, essa proposta também irá contribuir para alavancar o desenvolvimento de Rondônia e de toda a Região Norte.

Pelas projeções efetuadas pela Secretaria de Finanças de Rondônia, levando em consideração que em 2016 ambas as usinas poderão atuar em sua capacidade máxima instalada e aplicando-se a alíquota interestadual de 12% sobre a receita estimada, verifica-se que seria gerado, no total, cerca de R\$834.000.000,00 (oitocentos e trinta e quatro milhões de reais) por ano de ICMS para o Estado.

Promover a repartição dessa receita é justiça fiscal. Ela também vai fortalecer o Pacto Federativo, promovendo mais equilíbrio na repartição do bolo tributário e do desenvolvimento regional do País.

Além disso, é preciso que tenhamos um olhar especial para a Região Amazônica e para as regiões menos desenvolvidas do País. A Amazônia, em especial, já contribui imensamente para compensar o passivo ambiental da Federação brasileira, uma vez que mantém mais de 80% de suas reservas preservadas. Entendo que seria injusto não recebermos uma compensação tributária neste momento em que a Amazônia se transforma numa região produtora e exportadora de energia hidrelétrica. A repartição do tributo, nesse caso, seria mais do que apenas justiça fiscal, seria também uma forma de compensação ambiental.

A proposta de emenda à Constituição, que submetemos à apreciação dos congressistas, visa a reparar essa injustiça e fazer prevalecer o bom senso. Se aprovada, a energia elétrica deixará de ser exceção discriminatória e danosa, e passará a compor a receita não só dos Estados consumidores, mas também dos Estados produtores na mesma proporção das demais mercadorias e serviços.

Por isso, peço mais uma vez aos Congressistas uma atenção especial para essa PEC, que está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça. Precisamos rever essa questão com urgência e quanto maior o envolvimento dos Parlamentares e da população nesse debate, mais forças teremos para aprovar essa PEC.

Outro tema, Sr. Presidente, é com relação à edição da Medida Provisória nº 676, publicada nessa quinta-feira. A Presidenta Dilma assegurou a manutenção da regra 85/95 aprovada pelo Congresso Nacional e, ao mesmo tempo, introduziu a regra da progressividade ao regime de aposentadoria da Previdência Social.

A decisão da Presidenta, como bem definiu o Ministro Carlos Gabas, tem como objetivo garantir a sustentabilidade da Previdência, alinhando o regime de aposentadoria à evolução demográfica do Brasil.

Em 2000, a população com 60 anos ou mais era de 14 milhões de pessoas, com uma relação de 11,5 trabalhadores ativos por idoso. Em 2020, serão 29 milhões de pessoas de 60 acima, com uma relação de 7,4 por trabalhador. Hoje há mais de 9 pessoas em idade ativa para cada idoso. Em 2030, serão 5 pessoas ativas para cada idoso. E, em 2050, 3; em 2060, 2,3 pessoas ativas para cada idoso.

Ou seja, a regra aprovada pelo Congresso não iria afetar o sistema previdenciário de imediato, mas no longo prazo, inclusive após o mandato da atual Presidenta Dilma. A atitude mostra que ela não está preocupada com uma questão apenas do seu Governo, mas com uma questão do Estado.

A nova medida é boa para o trabalhador. O que fez o Governo, preocupado com a sustentabilidade e com a manutenção da Previdência, com o direito do trabalhador de ter acesso aos seus benefícios no longo prazo, foi evoluir a proposta do Congresso e agregar a ela esse caráter de progressividade. Ou seja, a soma de idade mais tempo de contribuição vai aumentando lá na frente, devagar, para garantir a adequação à nova realidade demográfica brasileira.

A expectativa de vida no País vem tendo um crescimento acentuado nos últimos anos. Em função disso, o brasileiro, que está vivendo mais, precisa ter garantias de que a Previdência suportará pagar os benefícios por esse tempo adicional.

“Para [isso], precisamos evoluir a regra, adequar à nova realidade”, afirmou o Ministro.

O Congresso havia aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 4/2015, assegurando a regra de 85 pontos (idade + tempo de contribuição para mulheres) e 95 pontos (idade + tempo de contribuição para homens), com o objetivo de afastar o efeito do fator previdenciário sobre a aposentadoria, mas isso ficaria de maneira fixa.

Ao vetar o PL e editar a MP 676, que já está valendo, o Governo garantiu a regra aprovada no Congresso Nacional, mantendo o afastamento do efeito do fator, mas agregou a isso a progressividade que garante a sustentabilidade da Previdência Social brasileira.

Em suma, o Governo acolheu e concorda com a regra 85/95, porém, para que ele garanta sustentabilidade, precisa ser progressivo, precisa evoluir, assim como está evoluindo a expectativa de sobrevida. A qualidade de vida continua melhorando, o brasileiro está vivendo mais, o que faz com que o aposentado fique mais tempo recebendo aposentadoria. Outros países já passaram por esse desafio. Agora, é a vez de o Brasil resolver essa questão.

Essa alternativa apresentada pelo Governo é fruto do diálogo do Governo com o Congresso Nacional, com os Líderes partidários, incluindo Parlamentares da oposição e também representantes dos trabalhadores de todas as centrais sindicais. Creio que é uma proposta que atende e será facilmente assimilada pela sociedade, pois vem para assegurar e garantir os direitos a longo prazo.

Portanto, fica o nosso apoio a essa Medida Provisória nº 676.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente desta sessão, Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós que agradecemos a V. Exª e o cumprimentamos pela consistência e pelos bons fundamentos que V. Exª apresenta em relação a essas boas teses, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Dando sequência à ordem dos oradores inscritos, gostaríamos de convidar para usar da palavra S. Exª, o Senador Blairo Maggi. A palavra é de V. Exª pelo tempo regimental, mas esta Presidência será, obviamente, resignada com o tempo para que V. Exª possa expressar o discurso no conjunto e no todo.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente, Ricardo Ferraço. Cumprimento os demais colegas. Bom dia a todos os ouvintes da Rádio Senado e também da TV Senado.

Venho à tribuna hoje, mais uma vez, para alertar que nosso País vem perdendo a guerra dos papéis.

O excesso burocrático e seus efeitos devastadores são um grave problema nacional. O passado e o futuro da economia brasileira passam, obrigatoriamente, pelos cais dos portos e terminais portuários, e quero chamar a atenção hoje para esse setor.

Os resultados alcançados nos últimos anos nas pautas de exportação e importação demonstram que o modal aquaviário exerceu supremacia quase que absoluta sobre os demais modais de transportes, exercendo papel de fundamental importância para o avanço da competitividade do comércio exterior e também no Brasil para o desenvolvimento da economia interna do nosso País.

Navios cada vez mais modernos e maiores exigem que as infraestruturas portuárias se desenvolvam *pari passu* com as prioridades desse importante mercado de trocas de mercadorias por via marítima.

Para ganharmos competitividade, é necessário que os portos estejam preparados para reduzir, ao máximo, o tempo de permanência dos navios junto aos cais, e também das cargas nos pátios.

Os portos do País estão se modernizando, não há dúvidas disso, a despeito da permanente necessidade e da superação de grandes dificuldades de natureza conjuntural e estrutural, as quais estão dificultando e encarecendo o investimento e a operação portuária realizados no País.

Sr. Presidente, quando o Governo Federal resolveu alterar o marco regulatório dos portos, de 1993, por meio da Lei 12.815, de 2013, estava claro que havia obstáculos praticamente intransponíveis à realização de novos investimentos que estivessem à altura das reais necessidades do crescente comércio brasileiro no exterior.

Existe a disposição do Governo Federal em priorizar o investimento privado nos portos, mas a incerteza jurídica e a falta de disposição de setores governamentais em destruir os principais gargalos burocráticos do setor portuário brasileiro dificultam essa efetivação.

Em primeiro lugar, ao centralizar em Brasília as atribuições e competências historicamente exercidas pelas Autoridades Portuárias sobre as atividades desenvolvidas dentro dos portos organizados, o novo marco regulatório está contribuindo para uma total imobilização dos processos de arrendamentos de áreas e instalações portuárias existentes no interior desses portos. Lamento ainda o transcurso de dois anos de análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU) dos arrendamentos integrantes do primeiro dos quatro blocos de áreas e instalações portuárias a serem licitadas pela Secretaria de Portos.

Já em relação às autorizações para construção e exploração de instalações portuárias privadas fora das áreas dos portos organizados, houve um avanço em favor do investimento privado, mas a consolidação dessas autorizações, enfrenta o peso de um processo administrativo excessivamente burocrático, no qual a centralização de atribuições e competências no Poder Concedente também tem produzido alguns desconfortos aos investidores.

Caros colegas presentes, a insegurança jurídica e o peso burocrático, além da incerteza no planejamento, são os principais ingredientes para o descrédito e a consequente desmobilização das intenções de negócios. O País perde grandes oportunidades de investimentos. Faz-se urgente e necessária a limitação do tempo de tramitação dos processos administrativos junto aos diversos órgãos que participam do processo de autorização para a construção e a exploração de instalações portuárias privadas.

O licenciamento ambiental, por exemplo, é um grande entrave para o investidor privado, por não possuir regras claras e prazos de tramitação. É preciso simplificar e padronizar suas etapas, de modo a minimizar os efeitos desse processo caro e complexo.

Sr^{rs} e Srs. Senadores, as pequenas empresas, as prefeituras e os governos estaduais sofrem com a não regulamentação dos pequenos terminais fluviais ou terminais rudimentares, que existem às centenas, principalmente na Região Amazônica, aguardando a regulamentação para o seu licenciamento, que esperamos que seja simplificado, permitindo a imediata regularização por seus usuários.

Quero destacar ainda que a segurança da navegação e a salvaguarda da vida humana, nas áreas sob a responsabilidade dos portos e terminais portuários, também fazem parte das preocupações cotidianas das administrações portuárias. Preocupações estas compartilhadas com a praticagem, a quem compete a exclusividade na prestação dos serviços aos navios na entrada, atracação, desatracação e saída dos portos e terminais brasileiros.

O preço final da operação portuária contabilizará também os preços cobrados por esses serviços, cujos valores praticados no Brasil são considerados muito elevados. Não é razoável, sobretudo quando se considera a realidade econômica brasileira, que os serviços de praticagem prestados a um determinado navio, apenas no trajeto entre as localidades de Fazendinha, no Amapá, até Itacoatiara, no Amazonas, possam custar ao arma-

dor a importância incrível de US\$50 mil. Nesse percurso, trafegam todas as mercadorias e insumos destinados e provenientes do distrito industrial de Manaus, da Zona Franca, bem como parte das cargas agrícolas provenientes da região centro-norte dos Estados de Rondônia e Mato Grosso, cuja competitividade no mercado externo está diretamente relacionada ao custo do frete marítimo.

Sr. Presidente, o Governo Federal, por intermédio do recém-criado Conselho Nacional de Praticagem (Conapra), precisa estabelecer regras claras sobre a formação dos preços desse serviço em nível nacional, de modo a garantir a prática de preços justos, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados.

As grandes empresas de navegação que operam no comércio marítimo internacional perseguem o aumento de escala e, em consequência, estão investindo pesado no desenvolvimento da capacidade de transporte dos navios. Navios maiores e com maiores calados implicam a necessidade de melhores condições de infraestrutura de acesso aquaviário e acostagem nos portos e terminais brasileiros.

A infraestrutura dos acessos rodoviários e aquaviários aos portos e terminais deve ser prioridade. Restrições de calado, por exemplo, afetam seriamente os índices de produtividade dos portos. Da mesma forma, a ineficiência da infraestrutura de acessos rodoviários, além de comprometer a eficiência e a produtividade das instalações portuárias, pode acarretar severas dificuldades na relação porto/cidade.

E, aqui, não faltam exemplos que poderiam ser dados nessa área.

Caros colegas Senadores e Senadoras, fazem parte do cotidiano grandes congestionamentos de caminhões por ocasião do escoamento das safras agrícolas, especialmente pelos portos do sul.

O setor público precisa viabilizar a melhoria do acesso aos portos e terminais. Já no caso da acessibilidade aquaviária, seja por intermédio do aperfeiçoamento do Programa Nacional de Dragagem em vigor ou do emprego de novas modalidades de concessões à iniciativa privada, o Poder Público não pode permitir que os portos e terminais brasileiros percam eficiência e produtividade. Cabe destacar ainda que canais de acesso estreitos e rasos, infelizmente, levarão a portos considerados de segunda linha para o comércio marítimo internacional.

Sr. Presidente, alguns modelos internacionais de desenvolvimento de infraestrutura de transportes aquaviários foram adotados no Brasil com relativo sucesso. No entanto, a falta de continuidade dessas iniciativas ao longo do tempo prejudicou o desenvolvimento do setor, especialmente quanto à prática da intermodalidade, prática essa que, quando aplicada com eficiência, contribui para a redução dos custos logísticos, com reflexos positivos sobre a competitividade dos produtos nacionais no mercado externo e sobre a redução dos custos internos dos fretes.

Não podemos pensar apenas na intermodalidade entre os diferentes modais de transporte, mas, principalmente, na eficiência da integração do transporte fluvial com o transporte marítimo de cabotagem e de longo curso, o que pode resultar em importantes resultados econômicos para toda a região, e é muito pouco explorado.

Quero citar, como exemplo, a hidrovia do Tietê-Paraná, cujo potencial fluvial, em sua área de influência, é de 120 milhões de toneladas em carga e não consegue transportar nem 10% disso. Dos 4,7 mil quilômetros possíveis de serem navegados, a partir de investimentos em dragagem, derrocamento e eclusagem, só utilizamos 2,7 mil quilômetros, e ainda com enormes dificuldades.

Só a redução gigantesca da emissão de CO₂ e a diminuição da concentração das cargas rodoviárias nessa região valeriam os investimentos ali necessários.

Caros colegas, apesar da existência de um fabuloso patrimônio hidroviário integrado por rios navegáveis durante a maior parte do ano, a falta de investimentos e planejamento tem prejudicado o desenvolvimento econômico regional. Quando tratamos da necessidade de desenvolver a intermodalidade para o transporte de cargas, temos que destacar as hidrovias em operação na Bacia Amazônica, por meio das quais recaem as expectativas de desenvolvimento de um corredor preponderantemente de escoamento de cargas no País.

Além das *commodities* agrícolas e minerais destinadas à exportação, provenientes da Região Centro-Oeste, poderá ser movimentada uma série de outras cargas, fruto de possível integração entre a navegação marítima, a fluvial e a ferroviária, a ser realizada a partir dos portos marítimos da região, considerando a rede de portos implantada nessa região ou na Região Amazônica.

Portanto, Sr. Presidente, é tempo de enfrentarmos o desafio da superação das dificuldades burocráticas, aliadas a um eficaz planejamento e investimentos de governo, para que o Brasil possa continuar se desenvolvendo e seguindo em frente. É preciso simplificar os trâmites burocráticos para poder crescer. Não por outra razão propus aqui, nesta Casa, a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de estudar o arcabouço jurídico nacional e propor uma simplificação, pensando em destravar as amarras que impedem o desenvolvimento nacional nos seus diversos setores da economia.

Sr. Presidente, era esse meu pronunciamento. Quero agradecer a V. Ex^a pelo tempo a mim destinado.

É um tema muito importante. Tenho feito aqui, no Senado, como disse, vários pronunciamentos sobre essa questão da guerra do papel, como chamo, em que a burocracia emperra e ganha de quem produz todos os dias. No Brasil são criadas mais de 10, 12 mil regras tributárias por ano, e aqueles que produzem não sabem mais o que fazer, como fazer e a quem se socorrer para se liberar e poder trabalhara nesse País.

É chegada a hora de este Senado Federal, o Congresso Nacional também olharem para aqueles que produzem: para a indústria nacional, para indústria de serviços, para a agricultura, enfim, para aqueles que, no final do mês e no final do ano, Sr. Presidente, são responsáveis por colocar os milhões, os bilhões de reais nos cofres públicos e também nas empresas. Sem trabalho, sem produtividade e sem engajamento, não há futuro para um País.

Por isso, subo à tribuna no dia de hoje para fazer o meu pronunciamento sobre a questão das hidrovias, dos portos. Faremos outros na mesma linha, cobrando não só do Governo Federal, não só do Executivo, mas de nós mesmos posições que podemos tomar aqui, que não custam dinheiro para o País e, pelo contrário, só melhorarão o nível econômico, azeitando o nível de comércio e também o de serviços no Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Blairo Maggi, nós queremos cumprimentá-lo. V. Ex^a tem tido uma atuação destacada nos debates nesta Casa, na defesa de melhores e de maiores investimentos no campo da logística, por tudo o que isso pode agregar de competitividade, sobretudo ao agronegócio brasileiro, que tem em si alto valor de tecnologia.

V. Ex^a não se destaca apenas no campo teórico. V. Ex^a é um brasileiro empreendedor, que, na prática, tem explorado, de forma alternativa e eficiente, toda a matriz viável para transporte eficiente de grãos, em várias regiões do nosso País.

De modo que quero cumprimentá-lo e estimulá-lo a continuar liderando aqui, no Senado, os debates em favor de uma infraestrutura compatível com a necessidade do nosso País.

Cumprimento a V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Dando sequência à ordem dos oradores inscritos, eu tenho a oportunidade de convidar, para fazer uso da palavra, S. Ex^a o Senador Elmano Férrer, do Partido Trabalhista Brasileiro do Estado do Piauí.

A tribuna e o microfone são de V. Ex^a, pelo tempo regimental.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, inicialmente, meu querido e estimado Senador Ricardo Ferraço, é uma alegria tê-lo aqui, nesta Casa, na Presidência da sessão de hoje, principalmente após o vexame passado por V. Ex^a e por toda a delegação de Senadores da República, que tentaram, em vão, ontem, visitar aqueles que padecem nos porões do governo da Venezuela e não conseguiram.

O esforço demonstrado pelos Senadores que integraram aquela comissão traduz o espírito democrático do Brasil, sobretudo desta Casa, deste Parlamento.

Então, é uma alegria tê-lo aqui, na manhã de hoje, embora reconheçamos que os objetivos daquela missão não foram alcançados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós queremos agradecer a manifestação de solidariedade de V. Ex^a, porque, na prática, essa violência não foi praticada contra as nossas pessoas físicas. Foi uma violência contra a democracia, e a luta pela democracia, pela liberdade de expressão, pela diversidade, pela imprensa livre, por eleições limpas e livres não pode ter fronteiras.

Daqui a poucos minutos, nós estaremos apresentando aqui, no Senado da República, em nosso plenário, um detalhado relato, factual, de tudo o que enfrentamos ontem na Venezuela, lamentavelmente o que só constata e comprova que os atuais governantes da Venezuela não têm qualquer tipo de apreço pela democracia, por esse valor civilizatório tão caro à sociedade brasileira.

Eu peço licença para interromper V. Ex^a, para agradecer a generosidade e a solidariedade de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, foi aprovado aqui, nesta Casa, em 25 de maio, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Emenda à Constituição n^o 78, de 2013. Esse projeto, conhecido como PEC da Irrigação, amplia de 25 para 40 anos o prazo da obrigação da União em aplicar percentuais fixos dos recursos federais destinados à irrigação, na região Centro-Oeste, meu estimado Senador Blairo Maggi, e, principalmente, em nossa região, na Região Nordeste.

A PEC 78, cuja aprovação é ansiosamente esperada pelos agricultores nordestinos e também pelos agricultores do Centro-Oeste, altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A PEC, como eu disse, prorroga por mais 15 anos, ou seja, até 2028, os percentuais aqui mencionados.

Quais são eles?

Vinte por cento de todos os recursos federais destinados à irrigação continuarão a ser alocados para a Região Centro-Oeste; e cinquenta por cento continuarão a sê-lo para a Região Nordeste. Preferencialmente, no caso da Região Nordeste, para projetos realizados no Semiárido, é o que diz o *caput* do artigo.

A única novidade – e existe apenas uma – do texto legal é o parágrafo único, que é acrescentado e que estabelece que, dos percentuais mínimos para as duas regiões, 50% serão alocados para projetos de irrigação que beneficiem agricultores familiares, ou seja, a agricultura familiar, a pequena propriedade, a micropropriedade, que atendam aos requisitos previstos em legislação específica.

É esse o completo teor da PEC nº 78.

Eu penso, Sr. Presidente, ser desnecessário gastar muitas palavras para enaltecer o valor desta PEC, um valor que é tanto econômico quanto social. É uma PEC de continuidade, de prorrogação razoável de prazo para beneficiar a agricultura da Região Centro-Oeste e, principalmente, a frágil Região Nordeste, que, em vários Estados, é frágil tanto em razão do atraso econômico e social quanto em razão das suas características climáticas. O Nordeste, como todos nós sabemos, possui regime de chuvas mais irregular se comparado a outras regiões do Brasil e, em geral, menores índices pluviométricos, em especial na área do Semiárido. Mais do que todas, a agricultura nordestina não prospera sem forte investimento em irrigação.

Portanto, a prorrogação do referido prazo é iniciativa de justiça social e orçamentária, segundo a qual a maior parcela dos recursos públicos deve ser destinada a quem deles mais precisa. E certamente, não há dúvida, é mais uma iniciativa em favor da superação das imensas desigualdades regionais que ainda assolam o nosso Brasil, desigualdades que são patenteadas no fato de que os frutos do desenvolvimento não são distribuídos igualmente em todas as regiões.

Sr. Presidente, esta PEC teve origem na Câmara dos Deputados e tem por autor o Deputado Carlos Bezerra, do PMDB do Mato Grosso. Como eu disse, ela foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, com parecer favorável do nobre Senador baiano Walter Pinheiro. Por isso, peço apoio dos nobres colegas para que a PEC da Irrigação seja incluída com brevidade na pauta deste Plenário. A urgência se faz necessária, pois, desde 2013, quando venceu o prazo de 25 anos, a União deixou de ser obrigada a priorizar a aplicação de recursos na Região Nordeste.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, semana passada, Sua Excelência a Presidente da República lançou um programa de investimento para o Brasil, através de concessões. Um programa bem concebido, um programa que busca recursos privados de investidores para áreas fundamentais ao nosso desenvolvimento, investimentos em portos, aeroportos, ferrovias e rodovias.

Mas, há uma semana, ao chegar ao meu Estado, o Piauí, a imprensa, os cidadãos, os empresários perguntaram-me, como Senador, representante do Estado nesta Casa: “E o Piauí, foi contemplado neste programa de investimento, através de concessões nesses setores prioritários?”. Havia um questionamento das pessoas, dos políticos, da imprensa, dos empresários.

Reconhecemos, Sr^{as} e Srs. Senadores, a importância deste programa, principalmente no momento em que se faz o ajuste fiscal e que se busca construir uma agenda positiva, voltada para a retomada do desenvolvimento, do crescimento, conseqüentemente, de geração do emprego e de renda. Mas existem outras regiões no País, como a Região Nordeste, em que está localizado o Estado do Piauí.

Daí o questionamento feito pela população, pelos cidadãos, pela imprensa a todos os políticos que representam neste Congresso o nosso Estado do Piauí.

Sabemos, de outra parte, que o Governo, através da Presidência, no Palácio também, lançou o programa Matopiba, ou seja, Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Programa bem concebido, com participação expressiva, inclusive entusiasta, da competente e atuante Ministra da Agricultura, nossa companheira, colega desta Casa, Kátia Abreu. Foi muito bem concebido esse projeto Matopiba. Entretanto, embora concebido tecnicamente, não há os recursos orçamentários que deveriam constar desse projeto, especialmente para a infraestrutura de estradas, energia, comunicação, enfim, de áreas fundamentais àquela região dos cerrados desses quatro Estados.

Daí por que nós queríamos nesta oportunidade, por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fazer um apelo aos Srs. Ministros do Planejamento, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário a fim de que incluam para esse programa, o Matopiba, no orçamento, recursos necessários para a área de logística, especialmente a parte de estradas.

Ressalte-se aqui que existe a previsão de uma importante estrada, a Transcerrado, uma estrada estadual de pouco mais de 300km, e ainda falta a definição de recursos para as etapas segunda e terceira dessa estra-

da. Bem como a BR-235, que liga Santa Filomena a Gilbués, que está praticamente concluída, mas paralisada por falta de recursos.

Além da estrada que dá acesso a uma serra muito importante naquela região, que é a Serra dos Quilombos, e que liga a BR-135 à área dos cerrados do Piauí. É uma outra obra paralisada. Ou seja, as obras de infraestrutura, especialmente de estradas, federais ou estaduais, no momento atual estão paralisadas.

Portanto, é esse o apelo que fazemos a S. Exª o Sr. Ministro do Planejamento...

(Soa a campanha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – ... no sentido de que se dote aquela região do programa concebido neste Governo, dos recursos necessários e fundamentais à infraestrutura daquela região.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Pois não, Senador.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Gostaria de fazer um pequeno aparte ao vosso discurso a fim de dar ânimo e entusiasmo para que V. Exª continue perseguindo esses objetivos. Sou de um Estado em que primeiro chegou a agricultura, primeiro chegou o grande volume de carga, para depois chegar a infraestrutura. Chegar não, iniciar a infraestrutura, que até hoje ainda não temos na integralidade. Mas o programa do Matopibá, ou alguma coisa parecida...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Matopiba.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Matopiba, são várias maneiras de falar nos quatro Estados. V. Exª tem toda razão...

(Interrupção do som.)

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Foi o Maduro? O Maduro mandou desligar meu som aqui, parece.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Não duvide, Senador Blairo Maggi. Não duvide.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Não duvido. Então, para que V. Exª continue a perseguir esse objetivo, para que a infraestrutura nessa região possa contribuir, cada vez mais, para o aumento da produção, e tentar fazer o inverso do que foi feito no Mato Grosso, onde o sofrimento é muito grande. Já existe um bom volume de carga nessa região, nesses Estados, mas o potencial ainda é muito grande. V. Exª está de parabéns pelo discurso de cobrar do Governo, já que há um programa agora para essa região. Primeira coisa, infraestrutura; depois, vamos fazendo as outras com mais calma. Muito obrigado e parabéns pelo pronunciamento.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço a V. Exª, ao tempo em que gostaria de ressaltar a importância dos paranaenses, dos gaúchos e de muitos outros que passaram pelo Brasil Central e estão no Estado do Piauí.

(Soa a campanha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Veja, neste ano de grande seca na região, o Estado do Piauí teve um crescimento na produção de 22%, ou seja, vamos atingir 3,4 milhões de toneladas de grãos, quer dizer, naquela nova fronteira agrícola, que é o Estado do Piauí. E ressalto a importância dos gaúchos, dos paranaenses e de muitos que vieram da região de V. Exª. V. Exª foi um grande Governador, inclusive um precursor do processo de desenvolvimento e de instalação naquela área de uma logística à altura da produção daquela região.

Agradeço a V. Exª, também, Sr. Presidente.

Era o que tínhamos a registrar na manhã de hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós é que agradecemos. E cumprimentamos V. Exª pelo discurso e pelo tema que compartilha com todo o Senado e com o Brasil, dando conta de importantes desafios e potenciais do Estado do Piauí, que, com esses meios e com essas condições, poderá contribuir ainda mais com o Brasil.

Cumprimentos a V. Exª.

Pela Liderança do PSDB, nós gostaríamos de convidar, para fazer uso da palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira. V. Exª dispõe do tempo necessário para que, sobretudo na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, possa factualmente apresentar todos os fatos e desdobramentos da nossa missão especial externa à Venezuela, que foi aprovada pelo Plenário do Senado.

Portanto, não se trata de uma missão partidária. Trata-se de uma missão em nome da instituição. E me parece ser esta uma oportunidade para que V. Ex^a, na condição de nosso Presidente, possa apresentar os detalhes da violação e da violência que sofreu não individualmente qualquer um de nós, mas o Senado da República.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a.

Srs. Senadores, Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade que V. Ex^a me dá – e já agradeço, de antemão, a benevolência em me conceder o tempo um pouco além dos limites regimentais – para que eu possa fazer um relato dos acontecimentos de ontem, que envolveram uma delegação oficial do Senado Brasileiro, resultante de uma deliberação tomada por este Plenário, a partir de iniciativa de V. Ex^a.

Deliberação essa no sentido de que o Senado enviasse uma delegação, uma missão oficial, representativa da Casa, à Venezuela, com o objetivo de prestar solidariedade, num gesto humanitário, àqueles que amargam a prisão, sem culpa formada, sem o devido processo legal, pelo simples fato de serem opositores ao regime, em uma prisão baseada nas mais fantasiosas alegações.

Essa missão também tinha por objetivo colher informações sobre a situação das oposições, sobre a situação do respeito aos direitos humanos e as regras que são universais, que caracterizam o funcionamento de um regime democrático. Essa missão também tinha, por sugestão do Presidente da Casa, a finalidade de procurar contato com autoridades do Poder Legislativo venezuelano no sentido de indagar sobre caminhos possíveis para atingirmos aquele que é o objetivo da grande maioria dos nossos irmãos venezuelanos, que é uma solução pacífica, constitucional, democrática para a crise que aquele país vive.

E assim fomos. Depois de alguma controvérsia envolvendo a possibilidade de um avião cedido pela Força Aérea Brasileira aterrissar no aeroporto de Caracas – uma vez que o governo venezuelano procrastinou a sua resposta, a sua permissão, a ponto de muitos de nós cogitarmos a inviabilidade daquela missão, pelo menos, tendo como veículo um avião da FAB –, depois de todas essas tratativas – em que quero ressaltar aqui a lealdade com que se empenhou o Ministro da Defesa, Jaques Wagner, que, desde logo, dispôs-se a ceder o avião da Força Aérea Brasileira, de acordo, aliás, com a legislação que rege a matéria –, chegamos à Venezuela, um grupo de Senadores composto por V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, Senador Aécio Neves, Senador Cássio Cunha Lima, Senador José Agripino, Senador Petecão, Senador José Medeiros e Senador Ronaldo Caiado.

Ao chegar à Venezuela, já tivemos, de início, a ideia de que alguma coisa esquisita poderia acontecer. A nossa aeronave ficou retida na pista do aeroporto por um tempo exageradamente longo para um voo que, afinal de contas, era de uma aeronave de um país que tem relações plenas, diplomáticas com a Venezuela. Não tivemos autorização, por parte da segurança do aeroporto, para nos encontrarmos, no terminal, com um grupo de senhoras venezuelanas, esposas de presos políticos que nos esperavam ali para nos acompanhar até o presídio onde se encontra preso, em greve de fome, já no 26º dia, o Prefeito de Caracas, Antonio Ledezma.

Depois de algumas peripécias, em que atendendo injunções da nossa comitiva e contrariando o roteiro previamente traçado por policiais venezuelanos que nos acompanhavam, fomos ao encontro das amigas venezuelanas que nos esperavam. E, uma vez tendo embarcado na van, nós nos dirigimos para o presídio.

Quero lembrar dois fatos inicialmente: o primeiro fato é que, quando saímos do aeroporto, os pilotos, a tripulação da aeronave que nos levou à Venezuela dirigiu-se à segurança venezuelana dizendo que tencionava fechar o avião para almoçar. Sabem os senhores a resposta que tiveram? “Não, não precisam ir almoçar, não, porque eles vão voltar logo.” Retrospectivamente, isso reforça a nossa convicção de que foi armada uma arapuca, uma armadilha para expor a delegação de Senadores brasileiros à provocação bolivariana.

Outro fato: na véspera da nossa chegada, o Ministro Eduardo Saboia, que assessora a Comissão de Relações Exteriores, em contato com o Embaixador, procurou traçar o roteiro da nossa viagem, da nossa visita. Teve do Embaixador, que normalmente sempre acompanha – o embaixador brasileiro sempre acompanha delegações oficiais e até mesmo delegações empresariais, acompanha de corpo presente –, o embaixador disse a Eduardo Saboia que não poderia nos acompanhar, mas que o Ministro Conselheiro da Embaixada, o Ministro Solla, estaria conosco o tempo todo dentro da nossa van. Ambos estavam, o embaixador e o ministro-conselheiro, no aeroporto para nos receber, mas, contrariamente às instruções, à informação que havíamos recebido, nenhum dos dois nos acompanhou – nenhum dos dois nos acompanhou. Viemos a saber depois, Sr. Presidente, que não nos acompanharam porque receberam ordens do Itamaraty para não nos acompanhar.

Isso depois de ter, inclusive, recebido uma comunicação do Ministério de que o Ministro Conselheiro estaria conosco o tempo todo. Eu tenho até o texto da comunicação do Itamaraty à Embaixada do Brasil na Venezuela.

Por que não nos acompanharam? Ficamos sabendo depois, quando chegamos aqui ao Brasil. A informação foi transmitida pelo próprio Ministro Mauro Vieira aos Deputados que, em solidariedade a nós, estiveram no Itamaraty ontem para pedir providências. Eles receberam a informação, quando indagados pelo Deputado

Raul Jungmann, da boca do próprio Ministro, que a ausência do Embaixador ou de qualquer outro funcionário da Embaixada na nossa comitiva resultava de uma ordem expressa do Ministério. E essa ordem, Sr. Presidente, não saiu da imaginação, da cabeça, do cálculo do Ministro. Evidentemente, ele foi orientado nesse sentido pela própria Presidente da República, pela própria Presidente Dilma Rousseff, que tem uma simpatia incontida, ideológica, de cumplicidade, com o regime autoritário, ditatorial, da Venezuela.

Faço esse relato, Sr. Presidente, porque eu penso que é preciso que todos saibam exatamente o que aconteceu. Eu desafio qualquer um daqueles que venham a lançar um descrédito sobre a nossa missão a provar o contrário, porque estou expondo a realidade dos fatos, documentada, inclusive, pela televisão brasileira, pela reportagem da jornalista Delis Ortiz, que lá estava, e de outras redes de televisão, aliás, que lá estavam nos acompanhando.

Saímos do aeroporto e nos dirigimos ao presídio. Deparamo-nos com a via de acesso inteiramente congestionada, parada, bloqueada. Qual foi a razão que nos deram para esse bloqueio? A razão que nos deram é que, naquele dia, mais ou menos na hora em que chegávamos, aterrissava no Aeroporto de Caracas um avião transportando um delinquente que estava sendo extraditado para a Venezuela e que era preciso tomar medidas de segurança para que ele fosse do aeroporto ao presídio, onde ficaria custodiado. Essa foi a informação que nos deram. Ora, Sr. Presidente, o transporte de um preso é algo que se faz com um camburão e dois carros de segurança, no máximo. Não é preciso paralisar a cidade inteira, paralisar a metrópole de Caracas para garantir o transporte de um preso ao seu destino.

Isso evidentemente foi provocado, esse congestionamento monstruoso, para impedir e dificultar o nosso acesso ao destino da nossa missão.

Pois bem, quando saímos do aeroporto, andamos por cerca de um quilômetro para ingressar na autopista que nos levaria ao destino da nossa missão, deparamo-nos com um congestionamento monstro.

É preciso ressaltar, e as imagens de televisão mostraram claramente isto: à nossa direita, ficava o acesso à autopista, inteiramente bloqueado. Mas, à nossa esquerda, havia uma outra via inteiramente desimpedida, para onde seria fácil o motorista e a “segurança” – entre aspas – venezuelana nos conduzirem. No entanto, nós fomos levados para a arapuca previamente armada, para o congestionamento, onde estava um grupo de manifestantes que nos esperava naquela hora e naquele lugar.

Não foi uma mera coincidência, Sr. Presidente. Ninguém acredita que tenha sido uma mera coincidência. Estavam lá nos esperando, num tom agressivo, inicialmente nos injuriando e, depois, aproximando-se cada vez mais do veículo, atirando objetos, golpeando as janelas, chutando as portas, ameaçando-nos gravemente naquele momento. E só não foram adiante porque havia alguns policiais que nos acompanhavam e que fizeram ali um time de cordão de segurança. Por isso, não foram adiante. Tudo perfeitamente armado e orquestrado, Sr. Presidente.

Então, naquele momento, a delegação de Senadores brasileiros sofreu e passou efetivamente por uma situação de risco, de risco físico, porque, quando um regime ditatorial entra em decadência, em declínio, como está acontecendo com o regime bolivariano da Venezuela, os ditadores tendem a perder a razão, perder o senso, enlouquecem – se já não eram loucos.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Permite-me um aparte, Senador Aloysio?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Apenas vou concluir.

Quando um regime desse entra em parafuso, atestado pela inflação galopante, pela disparada do câmbio negro, pelo desabastecimento, pela violência cotidiana que assola as ruas de Caracas e das grandes cidades, quando o regime despenca na sua aceitação pelo povo, na sua popularidade, depois de esgotada a cornucópia generosa dos preços do petróleo, quando isso acontece, regimes ditatoriais tendem a superar qualquer limite. E é por isso que eu digo que, naquele momento, aqueles energúmenos mobilizados pelo regime Maduro, podre, poderiam fazer qualquer coisa, e a delegação brasileira correu um sério risco, totalmente desprotegida, sem a presença entre nós de um representante da Embaixada, por ordem da Sr^a Presidente da República. Eu digo o nome. Não foi o Ministro Conselheiro que resolveu desertar a nossa missão. Se o Ministro Mauro Vieira deu essa ordem, foi porque ouviu a bolivariana que comanda o nosso País, a Presidente Dilma Rousseff.

Ouçó o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Ex^a me permite rapidamente uma intervenção?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Esse registro que V. Ex^a faz não nos deixa outro caminho a não ser convocar o Chanceler Mauro Vieira à Comissão de Relações Exteriores para que ele possa detalhar a gravidade dessa orientação que ele deu ao Embaixador do Brasil na Venezuela, o Sr. Ruy Pereira. Porque esse conluio é um conluio canalha, não poderiam ter nos expostos a esse tipo de fragilidade.

Então, não há outro caminho que não a convocação do Chanceler e do Embaixador para que eles possam aqui, na Comissão de Relações Exteriores, que não é cartório do Poder Executivo e muito menos do Itamaraty, para que ele possa prestar os esclarecimentos das razões fundadas que levaram o Itamaraty ou o Poder Executivo a nos abandonar nessa missão oficial que o Senado da República fez. Esse requerimento nós estaremos deliberando, se Deus quiser, na próxima quinta-feira, na primeira reunião da Comissão de Relações Exteriores, e eu quero pedir o apoio de V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tem totalmente o meu apoio, Sr. Presidente.

Agora, eu queria, se permitisse, ainda antes de ceder o aparte, ainda no relato dos fatos, antes de tratarmos das consequências, eu gostaria de ler, para o registro do Senado, o texto de um despacho telegráfico urgentíssimo que foi enviado a Caracas, em nome do Itamaraty, pelo Sr. Rodrigo Randig, que é o Terceiro Secretário da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Vou ler o texto.

Informo e rogo providências. Em antecipação à missão de Senadores que viajarão a Caracas em 18 de junho corrente, em horários e por meios ainda a serem confirmados, o assessor diplomático da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, o Ministro Eduardo Paes Saboia, chegará a esta capital amanhã, dia 17 de junho, às 11h52, pelo voo Copa 224.

Segundo informado, o Ministro Saboia viajará acompanhado de advogado que atua como contato com familiares de políticos venezuelanos presos.

Muito agradecerá prestar apoio de aeroporto e logístico ao Ministro Eduardo Saboia, bem como designar diplomata dessa embaixada para acompanhá-lo ao longo do dia.

Essa é a instrução que tinha a nossa representação diplomática em Caracas, uma instrução que foi desconsiderada, ou desmentida, ou desfeita por orientação superior.

Ouçõ o aparte solicitado pelo ilustre Senador Agripino.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador Aloysio, V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e nosso líder na missão oficial que foi à Venezuela para tratar de questões humanitárias e democráticas, faz um relato muito apropriado, com colocações pontuais, que tem que merecer reflexão e análise, daqui pra frente, por parte do Congresso brasileiro. Seria muito bom que V. Ex^a e todos nós que fomos à Venezuela estivéssemos prestando contas do resultado da nossa viagem. O objetivo da viagem, que foi resultado de um requerimento aprovado oficialmente pelo Senado, era levar a solidariedade a presos políticos. Preso político existe em país onde não há democracia, onde o regime é de ditadura. No Brasil, hoje não existe preso político; no Japão, não me consta; nos Estados Unidos, não me consta. Existe preso político em nações como a Venezuela, que prende pessoas, como Leopoldo López, por exemplo, porque se manifestam contra o regime, contra o governo. E essa é a razão pela qual ele é condenado, sem júri, arbitrariamente, a ficar na cadeia, onde está, em greve de fome. E nós queríamos ir lá para, dentre outras coisas, fazer o desagravo para que a comunidade internacional, principalmente a sul-americana, tomasse conhecimento da posição do Legislativo brasileiro e para levar o apelo para que Leopoldo López interrompesse a greve de fome – ele está há 20 dias sem comer, definhando – e voltasse à vida para, com a sua vida inteira, poder continuar na luta de redemocratização da Venezuela. Seria ótimo se tivéssemos podido chegar à prisão onde ele está, acompanhados da esposa, esposas de outros presos políticos e lideranças da oposição, para levarmos o apelo pelo fim da greve de fome e a solidariedade a um preso político, em nome da adesão ao respeito aos direitos humanos num país que tem tradição democrática, como é a Venezuela, que, lamentavelmente, neste momento, não assiste a isso mais. Seria ótimo se estivéssemos aqui tendo usado o nosso tempo, um dia, em benefício de uma causa, que, se não é brasileira agora, pode ser amanhã, mas estaríamos tomando providência em torno de uma causa, que é a causa democrática regional, levando conforto a pessoas que têm seus direitos agredidos e preservando, com a nossa atitude, um futuro que nós não queremos que chegue ao Brasil, que é a minha preocupação. Eu não quero que o Brasil seja amanhã o que a Venezuela é hoje. Então, nós fomos lá para vacinar também contra isso, porque seguro morreu de velho. E o que nós verificamos é que nós fomos alvo – como disse V. Ex^a, e eu comentei várias vezes – de uma farsa. Nós fomos instrumentos de uma farsa. Nós fomos à Venezuela, depois de uma luta, na qual se empenharam V. Ex^a, o Senador Aécio, o Senador Cássio, o Senador Caiado e eu próprio, para a obtenção de uma aeronave que desse cunho oficial – oficialíssimo – à nossa missão. Foi um voo da FAB, autorizado a pousar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permite V. Ex^a só uma breve interrupção?

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Claro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) –Eu queria também, nessa reconstituição dos acontecimentos, ressaltar que recebemos do Presidente Renan Calheiros total solidariedade antes e depois do incidente. Lembro, também, que o Presidente Renan Calheiros fez chegar ao Embaixador uma carta na qual ele pedia que a nossa delegação fosse, também, recebida por autoridades do Parlamento venezuelano, especialmente pelo Sr. Cabello. Essa carta foi entregue ao Embaixador na véspera da nossa chegada, e, até o momento, não temos resposta.

Desculpe a interrupção, mas eu queria, apenas, na reconstituição dos acontecimentos...

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Não, é ótimo, até porque o discurso de V. Ex^a tem que ser complementado pelos depoimentos daqueles que lhe acompanharam na missão oficial, cada qual dando a sua contribuição ou reforçando os argumentos que V. Ex^a coloca como eixo central que são, na verdade, uma prestação de contas, não da viagem, mas do que significou a viagem. Na verdade, retomando o meu raciocínio, nós fomos instrumentos de uma farsa, porque nós imaginávamos que, depois de tanta luta para obter a oficialização da viagem, o avião da FAB, a autorização de pouso num avião militar, nós tivéssemos o direito de ir e vir na Venezuela, quando, na verdade, me parece – até eu ousaria dizer que estou seguro – que houve um combinemos entre os dois Governos do Brasil e da Venezuela para que, como disse a guarda em volta do avião, “eles vão voltar daqui a pouco”, como se dissesse “eles não vão ter pra onde ir”. Não vão ter para onde ir por quê? Porque o Embaixador chegou e disse a mim: “Eu vim aqui recebê-los e virei me despedir dos senhores”. Qual era a coisa mais importante para um Embaixador do que receber oito Senadores com mandato em curso que visitavam a Venezuela em uma ação humanitária e democrática? Nada mais importante! Ele até poderia não nos acompanhar à prisão, mas ele poderia nos acompanhar no veículo oficial e ficar, em alguns momentos, a nosso lado e, em outros momentos, preservando a sua posição. Ele deu a senha. Ele disse: “eu virei aqui me despedir”. Logo em seguida, os circunstantes em volta do avião diziam: “eles vão voltar logo”. Assim, estava certo o Embaixador em dizer que voltava para se despedir e que não nos acompanharia. Estavam certos os circunstantes em volta do avião. E nós fomos instrumentos de uma farsa, que ficou claríssima para mim desde o primeiro momento, na hora em que chegamos à primeira obstrução. Senador Aloysio, V. Ex^a já foi Ministro de Estado, acompanhou Presidente da República, sabe qual é o sentido de um escalão precursor, ou de uma escolta, ou de batedores.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Ex^a, como Governador, quantas vezes não recebeu autoridades no Rio Grande do Norte?

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – É evidente. Qual é o sentido do batedor? É desobstruir. Ele tem autoridade para, encontrando obstrução, desobstruir. É a tarefa dele. Não é ficar passivamente parado, aguardando que os manifestantes encomendados viessem agredir o nosso veículo, que foi o que aconteceu. Era um pedaço da farsa. E aí é onde está o risco, porque, se houvesse, naquele momento, uma janela aberta ou uma porta aberta, poderia haver a entrada de um circunstante no veículo, e o desforço pessoal seria inevitável. E que consequências poderia haver?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E eu me lembro – V. Ex^a se lembra também – da expressão de pânico das venezuelanas que nos acompanhavam, porque sabiam do que eles eram capazes.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – As mulheres! Algumas fizeram menção de sentar ou de deitar no chão da van, porque elas são alvo preferencial daquela turma, para não dizer daquela malta. Então, nós fomos instrumentos de uma farsa perigosa, porque, em alguns momentos, a nossa segurança pessoal ficou comprometida, e por culpa de quem? Por conta de um conluio! Eu estou seguro hoje de que houve um conluio entre os dois Governos. A que isso nós remete? À obrigação de que essa farsa seja esclarecida. Primeiro de tudo, ficou patente para o Brasil – para mim, não há mais nenhuma dúvida – e para o resto do mundo, com o que nós pudemos testemunhar, com a fé de sermos Senadores da República do Brasil, que a cláusula democrática, que é exigência, pilar, cláusula pétrea do ingresso do Mercosul, na Venezuela, não existe. É regime de exceção. A Venezuela não tem o direito de participar de um organismo chamado Mercosul, porque não preenche a cláusula democrática. Esse assunto tem que ser esclarecido e tem que ficar muito claro. Temos que usar os instrumentos ao nosso alcance para separar o joio do trigo e esclarecer esse assunto muito bem. O Embaixador recebeu ordem de quem para não nos acompanhar, para nos deixar entregues a nossa própria sorte? Foi do Itamaraty? Foi do Governo brasileiro? O Senador Cássio Cunha Lima vai dizer uma verdade daqui a pouco sobre o comportamento da Presidente no momento e agora. E eu quero a atenção daqueles que estão no plenário ou que estão nos ouvindo pela Rádio e pela TV Senado: ouçam sobre o comportamento dela num caso e no caso da proteção ou da solidariedade a oito Senadores, que significam, na verdade, o Poder Legislativo do Brasil, que foi agredido, vilipendiado, posto em risco, por uma ação de conluio entre os dois Governos. E a Presidente da República terá que fazer uma avaliação e deixar claro o que para ela é mais importante: a solidariedade ao bolivarianismo e à sua ideologia bolivariana ou aos interesses do Brasil e ao respeito pelo Con-

gresso brasileiro e sua autonomia? Isso tudo tem que ser esclarecido. Desculpe-me V. Ex^a, Eu ainda pretendo, se for o caso, fazer algumas intervenções, porque estamos vivendo um momento muito delicado das relações do Brasil e estamos prevendo o futuro. A nossa viagem à Venezuela foi, dentre outras coisas, prever o futuro, para que não aconteça aqui...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não aconteça aqui.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... o que acontece e o que está acontecendo lá.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – E trazemos o testemunho do que vimos acontecer lá. Deus nos livre de que o Brasil evolua para acontecer aqui amanhã o que vimos acontecer lá na Venezuela.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agradeço a V. Ex^a. O aparte de V. Ex^a completa e ilustra o meu pronunciamento, dando-lhe muito mais relevo.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Aloysio?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Dentro de um minuto, meu caro Presidente. Ainda completando o relato dos fatos.

Quando chegamos ontem à noite aqui à Base Aérea, Presidente, o advogado Fernando Tibúrcio, a quem quero agradecer, um advogado militante pela causa dos direitos humanos, que já atuou muito fortemente na defesa do Senador boliviano Roger Pinto, recebeu um telefonema da Deputada Maria Corina Machado. Digo Deputada, porque não a chamarei de ex-Deputada, pois seu mandato foi cassado violentamente: ela foi agredida no plenário da Assembleia Nacional venezuelana. Ele recebeu um telefonema de agradecimento, em nome das suas companheiras, aquelas bravas mulheres lutadoras, agradecendo pela nossa visita e dizendo o quanto a nossa visita tinha servido de estímulo e de apoio moral e político a elas.

Faço o relato desse episódio e aproveito para lembrar que a Presidente Dilma Rousseff amargou, durante alguns anos, a prisão política e o suplício da tortura da ditadura brasileira. Eu havia sido condenado, também, a três anos de reclusão e a dez anos de suspensão dos meus direitos políticos, mas tive, diferentemente da Presidente Dilma Rousseff, a ocasião de me refugiar no exterior. Eu não fui preso, consegui escapar. Eu só voltei depois da Anistia, mas eu me lembro de que, no exterior, quando eu vivia no exterior, junto com outros exilados – e, aqui, o nosso colega José Serra fez parte desse grupo, atuando no Chile –, nós tínhamos como objetivo principal, além das nossas atividades profissionais, suscitar a solidariedade internacional àqueles que sofriam o peso da repressão no Brasil, a pressão internacional de organismos democráticos internacionais, de Parlamentos no mundo inteiro. Lembrei-me, ainda anteontem, da visita do Deputado Paes de Andrade ao Senado francês e do memorável discurso que Paes de Andrade fez no Senado francês, pedindo que as forças políticas francesas se manifestassem em apoio aos lutadores, aos democratas brasileiros. Essa solidariedade internacional tem um valor inestimável para quem está sofrendo, porque ela acaba por fazer mover as coisas, acaba por mover montanhas. E eu tenho certeza de que, no caso brasileiro, a solidariedade internacional do mundo inteiro, de todas as correntes democráticas dos países do mundo exerceu uma influência, pelo incômodo que criou, se não fosse por outra coisa, à ação da repressão no Brasil. Como é que a Presidente Dilma Rousseff, que viveu essa experiência, que deve ter comentado com os seus companheiros de presídio, que deve ter celebrado a cada notícia que tinha do Tribunal Russell internacional, dos democratas chilenos, dos democratas franceses, da acolhida dos democratas suecos, dos democratas alemães aos pedidos, aos apelos de solidariedade, manifesta sua irritação pelo fato de que uma delegação de Senadores brasileiros tenha ido à Venezuela para manifestar a sua solidariedade? Como é possível tamanha mudança? Como é possível tamanha mudança, como se houvesse uma ditadura boa lá e uma ditadura ruim aqui? Como é possível tamanha mudança? Eu deixo essa interrogação, sobretudo a alguns Parlamentares e políticos que fizeram pouco caso da nossa viagem. Vozes isoladas! Porque, ontem, o Senado da República viveu um momento memorável: de discursos de apoio da Senadora Ana Amélia, do Senador Valdir Raupp, do Senador Alvaro Dias; de preocupação e de inquietação, na Câmara dos Deputados, com o que estava acontecendo à nossa missão – que não era uma missão de oito Senadores, era uma missão representativa do pensamento democrático do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Ouçõ o aparte do nosso querido colega, o Presidente Aécio Neves.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Caríssimo Senador Aloysio Nunes, Presidente Ricardo Ferraço, Sr^{as} e Srs. Senadores. Na verdade, esse 18 de junho do ano de 2015 vai ficar na história marcado, talvez, como aquele em que foram escritas algumas das mais tristes páginas na diplomacia latino-americana. Uma missão oficial de Senadores brasileiros, suprapartidária, com membros, sim, de partidos da oposição, mas com membros, também, de partidos da Base governista, foi à Venezuela cumprir seu papel. Porque somos nós, o Congresso Nacional, os responsáveis pela ratificação dos acordos entre países – sejam eles bilaterais, sejam eles entre conjunto de nações, como o caso do Mercosul. E, portanto, a partir do momento em que somos

signatários desses acordos, somos responsáveis por sua fiscalização. E é o que estávamos fazendo lá, além da manifestação humanitária que levávamos pela libertação dos presos políticos, pelo encerramento da greve de fome do líder Leopoldo López – que já se estende por 25 dias – e pela fixação, também, da data das eleições parlamentares naquele País. Eu costumo dizer, e repito mais uma vez, Senador Aloysio, que quando se fala de democracia, de liberdade, de respeito aos direitos humanos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não há fronteiras.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – ... não há fronteiras. V. Ex^a sentiu isso na pele. E antecipa até algumas considerações que eu faria ao dizer o quanto foram importantes para o Brasil manifestações de democracias e de democratas...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – No mundo inteiro.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – ... no momento em que nós vivíamos as trevas do regime autoritário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Inclusive democratas venezuelanos.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Venezuelanos. E ontem, lá, nós nos lembrávamos disso. Mas o que ocorreu ontem? De forma deliberada – e essa é a questão central – uma missão oficial do Parlamento Brasileiro foi exposta, em primeiro lugar, pelo governo venezuelano, que não cumpriu com as suas responsabilidades de dar as garantias que as nações democráticas – pelo menos as nações democráticas – devem dar àqueles que as visitam, independentemente de gostarem ou não daquilo que pensam, ou daquilo que lá irão fazer. É o que faz o Brasil. O Brasil, há poucos dias, recebeu também lideranças venezuelanas e as tratou de forma adequada. Mas algo salta aos olhos, nessas últimas horas. Aquilo que imaginávamos fosse uma ação deliberada do governo venezuelano, que expôs, pessoal e fisicamente, os Senadores, e aquelas senhoras que nos acompanhavam, na verdade, pelas informações que recolhemos, nas últimas horas, algumas delas expostas por V. Ex^a, como o depoimento dos comandantes da aeronave que nos levava, a responsabilidade pela exposição da delegação brasileira é sim, também, de responsabilidade do Governo brasileiro. A afirmação do Ministro Mauro Vieira a um conjunto de Parlamentares que o foram visitar, ontem à noite, é estarrecedora. Diz ele que foi por determinação do Governo brasileiro que o Embaixador Pereira e os demais diplomatas deixaram de acompanhar a nossa delegação. Nós não sabíamos disso quando chegamos à Venezuela. E o que fica? O que fica agora, para compreensão, não apenas dos Srs. Senadores, outros Parlamentares, mas da sociedade brasileira. Qual o papel efetivo que o Governo brasileiro quer desempenhar nessa quadra de desenvolvimento econômico, social e político, na nossa região? A submissão do Brasil a ditaduras, ou a regimes autoritários, única e exclusivamente por encontrar com eles alguma convergência ideológica, desprezando aquilo que é mais sagrado, na vida de qualquer nação, que é a liberdade, que é a democracia? Portanto, é absolutamente fundamental que haja uma resposta clara do Governo Federal. A proposta já caminhada, pelo Presidente Ricardo Ferraço, será encampada por todos nós. Queremos ver o Ministro Mauro Vieira na Comissão de Relações Exteriores, para que nos explique, de forma clara, qual o sentido de impedir que um grupo de Senadores brasileiros, desarmados, com a arma da palavra, da sua consciência, da sua responsabilidade, possam visitar presos políticos, possam se reunir com opositores, sim, e possam clamar pela definição de data das eleições parlamentares, naquele país? Não era, Senador Aloysio, nada, absolutamente nada, além disso que estávamos fazendo na Venezuela. Fomos deliberadamente impedidos de ir, impedidos de cumprir a nossa agenda, e o carro no qual trafegávamos foi atacado por um bando organizado – e repito o termo de V. Ex^a – de energúmenos que buscavam nos intimidar. Não nos intimidaram, Senador Ricardo Ferraço. Ao contrário, peço emprestada, mais uma vez, uma expressão do Senador Aloysio: “a nossa missão não terminou”. A nossa missão continua aqui, porque é absolutamente fundamental que nós iniciemos a discussão se a Venezuela tem as condições adequadas para continuar fazendo parte do Mercosul, ou se não, o Acordo do Ushuaia de nada valeu, é uma letra morta, numa folha de papel. Portanto, se o Governo brasileiro vem se omitindo nessa questão venezuelana há longos anos, permitindo, com essa omissão, o crescimento da escalada autoritária e da violência naquele país, é absolutamente fundamental que o Congresso Nacional cumpra um papel, repito, que deveria estar sendo cumprido pelo Governo brasileiro. A nossa missão não chegou ao seu destino físico, mas talvez tenha, do ponto de vista político, chegado muito além daquilo que imaginávamos num primeiro momento. Recebi, desde o início desta manhã, manifestações e contatos de inúmeros países, através de jornalistas, e mesmo de lideranças políticas, como um ex-presidente da República, porque a repercussão do que ocorreu ontem na Venezuela não se limita às fronteiras daquele país e muito menos a esta Casa do Congresso Nacional, Senador Aloysio. Vários outros países foram alertados para a gravidade daquilo que lá está ocorrendo. E o que me fica ao final, além da truculência, além da violência a que fomos submetidos, é um sentimento, não sei se compartilhado por todos aqueles que nos acompanharam naquela viagem, da absoluta fragilidade daquele regime. Ao impedir que cumpríssemos uma agenda absolutamente pacífica e humanitária, eles demonstram o temor que têm, não das armas, mas

da força das ideias e das convicções. Tenho absoluta convicção de que, após a vinda no plenário da Comissão de Relações Exteriores do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, para que explique aquilo que, hoje, um importante jornal de São Paulo, Senador Ricardo Ferraço, publica e passo, apenas para que fique registrado nos *Anais* desta Casa, a ler esse trecho, porque me parece já de enorme gravidade:

O Itamaraty [segundo o jornal] confirmou que o embaixador [...] foi orientado a não acompanhar os senadores [...] [na] visita ao presídio. O argumento é que, por ser [o embaixador] representante do governo brasileiro, [...] [ele] não poderia acompanhar uma programação não oficial [...]. [Mentira! Era uma visita oficial, inclusive num avião da Força Aérea Brasileira, porque protagonizada] por opositores [...].

[Mentira! Uma delegação oficial do Congresso Nacional, e a questão partidária ali era irrelevante. E por que consideraria isso] uma ingerência em assuntos da Venezuela.

Ora bolas, Sr. Senador, não somos apenas nós, inúmeras, dezenas de lideranças da região e de outros países – inclusive recentemente o ex-premiê espanhol Felipe González – estiveram na Venezuela com a mesma preocupação, cumprindo absolutamente o mesmo roteiro. Porque salta aos olhos, talvez não do Governo brasileiro, mas de todos os democratas do mundo, aquilo que vem acontecendo na Venezuela. Encerro, Senador Aloysio, porque V. Ex^a terá a oportunidade de, ao final de seu discurso, sinalizar para os caminhos, as etapas que deveremos em seguida cumprir...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Permita-me, Senador Aécio Neves, interrompê-lo para saudar, nós estamos recebendo aqui um grupo de estudantes dos cursos de Direito e Administração da Universidade de Caxias do Sul. Sejam todos vocês muito bem-vindos ao Senado da República.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sejam muito bem-vindos. Permitam-me aqui interromper rapidamente para agradecer o belíssimo apoio e a vitória extraordinária que tivemos nas últimas eleições em Caxias do Sul; muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A palavra é de V. Ex^a, Senador Aécio Neves.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Concluo apenas voltando a algo que aqui foi trazido, de forma muito sincera, com a sua contida indignação pelo Senador Aloysio. É verdade, Senador Aloysio, e nós ouvimos ambos, V. Ex^a e eu, em Lima, num congresso do qual participamos alguns poucos meses atrás, conduzido, organizado pelo extraordinário Mario Vargas Llosa, prêmio Nobel de Literatura, ouvimos do Presidente Pastrana, uma referência, em uma conversa informal, como podia o Brasil, que tem na Presidência da República uma ex-presença política, ignorar o que estava acontecendo na Venezuela? E fico aqui a imaginar, Senador Aloysio Nunes, os companheiros de luta da Presidente. Não me refiro mais ela, mas àqueles que viveram com ela as durezas do cárcere, da tortura, da privação da liberdade, do temor de todos os dias sobre o que viria a acontecer. O que pensam eles neste instante em relação à posição da Presidência da República, como disse V. Ex^a, de irritação, porque nós estávamos fazendo aquilo que, tenho certeza, ela clamava nos seus tempos de cárcere para que outras lideranças do mundo fizessem? Não fomos à Venezuela derrubar o regime, fomos à Venezuela defender aqueles que, como ocorreu com ela no passado, por expressarem suas posições, estavam com sua liberdade cerceada. Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma página triste na diplomacia brasileira, pelo que nós ouvimos do Ministro Mauro, através dos Parlamentares que estivemos lá, é algo perigoso, que se não houver um basta, se não houver uma reação à altura do Governo do Brasil, através do Congresso Nacional, quem sabe possa ser algo comum delegações oficiais, democratas, serem impedidas de caminhar por países vizinhos. Isso só ocorre onde não existe liberdade, onde não existe democracia. Encerro dizendo que, se havia qualquer dúvida em cada um de nós em relação àquilo que ocorre hoje na Venezuela, em relação às liberdades, ao respeito aos direitos humanos, eu posso afirmar de forma taxativa: não tenho a menor dúvida de que na Venezuela não existe democracia e não existe liberdade. E é por isso que precisamos estar atentos, inclusive, Senador Aloysio, à segurança daquelas que nos receberam lá no dia de ontem...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem lembrado.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – As esposas, as mães que, desprotegidas, como a Deputada Maria Corina, como Lilian Tintori, como Mitzy Ledezma, como a mãe de Leopoldo, desprotegidas, e que têm mostrado uma coragem que nos anima a alma, nos fortalece o coração. São heroínas, são mulheres que buscam, única e exclusivamente, o direito de lutar por uma Venezuela melhor. E elas terão sempre a solidariedade dos democratas do Brasil; infelizmente não vêm tendo do Governo brasileiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado pelo brilhante aparte de V. Ex^a.

Se me permitem os colegas, volto à personalidade da Presidente Dilma Rousseff. Ninguém chega à Presidência da República como alguém absolutamente recém-saído da pia-batismal. Chega com a sua carga de

convicções, com o peso do seu passado, com seus compromissos políticos, com a sua ideologia. Não é diferente com a Presidente Dilma Rousseff. Ela tem inclinações ideológicas que a levam a se aproximar de um regime como este, chamado bolivariano. Mas acontece que a política externa de um País não é dirigida, orientada apenas segundo os humores e as inclinações pessoais do governante. Nós temos balizas legais, constitucionais, acordos internacionais, tratados, que balizam a ação do Presidente na condução da política externa, a começar pela Constituição da República.

Diz a Constituição, no art. 4º, parágrafo único: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.” Por que essa norma foi incluída na Constituição? Por que os Constituintes valorizavam, como todos nós valorizamos, a existência de uma América Latina integrada na democracia, uma América Latina composta de nações prósperas, composta de nações que cooperem umas com as outras, no desenvolvimento econômico, desenvolvimento cultural, no combate a ameaças internacionais que afetam a vida dos povos, como, por exemplo, o narcotráfico. Todos nós prezamos e valorizamos a integração política, econômica, cultural da América Latina, porque é um preceito constitucional.

É também preceito constitucional a orientação, a regência das relações internacionais, no Brasil, entre outros princípios, pelo princípio da prevalência dos direitos humanos – art. 4º, inciso II, da nossa Constituição. Se nós nos reportarmos aos textos dos atos internacionais, que foram referidos por V. Exª e também pelo Senador Agripino, a Carta Democrática da OEA, o Protocolo de Ushuaia, que integra os tratados constitutivos do Mercosul, nós veremos ali que a integração da América Latina tem como pressuposto o respeito, por todas as nações, dos princípios das regras de funcionamento da democracia.

Leio a Carta da OEA, que diz, em seu art. 3º:

São elementos essenciais da democracia representativa, entre outros, o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, o acesso ao poder e seu exercício com sujeição ao Estado de Direito, a celebração de eleições periódicas, livres, justas e baseadas no sufrágio universal e secreto como expressão da soberania do povo, o regime pluralista de partidos e organizações políticas e a separação e independência dos poderes públicos.

Exatamente o contrário daquilo que está acontecendo hoje na Venezuela. E se nós nos reportarmos ao artigo seguinte, o art. 20, está escrito o seguinte: “[...] qualquer Estado membro ou o Secretário-Geral [da OEA] poderá solicitar a convocação imediata do Conselho Permanente para realizar uma avaliação coletiva da situação e adotar as decisões que julgar convenientes.” Exatamente para velar pelo respeito das cláusulas democráticas.

O tratado, a Carta Democrática diz “poderá”, mas a Constituição brasileira impõe o dever, e não a faculdade, ao Presidente da República de tomar providências para respeitar a Constituição, que são autorizadas pela Carta da OEA e também pelos Protocolos do Ushuaia, constitutivos dos acordos do Mercosul.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É nesse sentido que nós vamos prosseguir também no plano jurídico e político a nossa luta, para que a Presidência da República adote as providências que a Constituição lhe impõe como dever.

Ouçõ o a parte do Senador Cássio Cunha Lima.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Agradeço, Senador Aloysio, Senador Ricardo Ferraço, que preside esta sessão. Começo por um registro que nos foi comunicado há pouco pelo Deputado Izalci. O Líder do PT na Câmara, o Deputado Sibá Machado, impediu, na manhã de hoje, a realização da sessão da Câmara dos Deputados. Quem te viu e quem te vê, PT! Quem te viu e quem te vê! O PT, que lutava por um microfone durante o período em que estava na oposição, que, se dependesse deles, os microfones da Câmara ficariam abertos nos sábados, nos domingos, nos feriados e nos dias santos, agora, sem argumentos, sem ter o que dizer, sem ter o que mostrar à Nação brasileira, surpreendentemente e de forma lastimável, impede a realização de uma sessão de debates na Câmara dos Deputados, como acaba de acontecer. O Deputado Felipe Maia me complementa, dizendo que o fato não é pioneiro. É a décima quinta vez que o episódio acontece.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Décima quinta vez!

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Vejam, o PT impedindo o debate democrático, aberto, franco na Câmara. É claro que evitaram a sessão da Câmara para inibir a discussão do que aconteceu na Venezuela ontem. Então, em primeiro lugar, fica esta notificação: que a sociedade brasileira saiba o que está acontecendo neste Parlamento, inclusive com as manobras do Partido dos Trabalhadores para que as sessões de debate na Câmara não se realizem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tem medo de quê será?

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Medo da verdade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Medo da verdade.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Medo do que vem acontecendo de transformação na sociedade brasileira, porque, durante muito tempo, o PT, Senador Aloysio, julgava-se dono do povo brasileiro, monopólio da verdade e, diante de tantos desmandos, de tanta prática de corrupção e de descompromisso com a democracia, o PT ruiu, o PT desapareceu. Quero trazer um outro aspecto desses acontecimentos recentes, além do relato fidedigno que V. Ex^a faz da tribuna, dos apartes que já foram realizados pelo Senador José Agripino, pelo Senador Aécio Neves. Temos aqui a presença de outros Senadores que estiveram conosco na Venezuela: o Senador Petecão, o Senador José Medeiros, o Senador Caiado, o Senador Aécio e o Senador Ferraço, que nos preside, além da presença de V. Ex^a na tribuna, para lembrar que a nossa Constituição proíbe a pena de morte, e nós concordamos com isso. A Constituição brasileira proíbe a pena de morte, e nós concordamos com isso, quero deixar claro. Mas é importante fazer um paralelo entre o comportamento da Presidente Dilma Rousseff, no episódio de ontem e do seu Governo, com o que aconteceu na Indonésia – e não vou entrar no mérito da decisão ali tomada, até porque a Indonésia é um país soberano –, quando o país decidiu pela condenação capital de um brasileiro que foi acusado de tráfico de drogas, tráfico internacional de drogas. O país é soberano na sua decisão. E a Presidente Dilma, pessoalmente, fez gestões junto ao governo da Indonésia na defesa de um cidadão brasileiro. Não vou entrar no mérito se é um traficante ou não, nada contra o gesto. A manifestação da Presidente, que foi amplamente noticiada, não correspondeu à postura do Governo brasileiro ontem. Independentemente de termos na Venezuela uma missão de Senadores, eram oito cidadãos brasileiros ameaçados na sua integridade física. E o que fez o Brasil? O que fez a nossa Diplomacia? Em vez de prestar assistência, de conceder apoio, ajuda para oito cidadãos brasileiros, ameaçados na sua integridade física, não. O Governo brasileiro preferiu a cumplicidade com a ditadura bolivariana do Sr. Maduro. Cumprindo ordens do Itamaraty, o Embaixador do Brasil na Venezuela nos virou as costas. Essa é que é a mais pura verdade. Esteve conosco no aeroporto – isso já foi amplamente relatado – e simplesmente nos cumprimentou praticamente dentro da aeronave. Passamos um longo tempo para conseguir entrar, de fato, no aeroporto. Estávamos dentro do avião. Depois disso, veio a aparecer momentos antes da nossa decolagem, e ficou claro hoje que cumprindo ordens do Itamaraty. É surpreendente, nesses dois episódios, comportamentos tão distintos da nossa Diplomacia e da própria Presidente da República. Fica muito claro que estamos vivendo um momento muito grave no País. E, para aqueles que, porventura, perguntem o que nós fomos fazer na Venezuela, nós fomos até lá para que o regime venezuelano não se instaure no Brasil, como muitos, infelizmente, querem. Isso não será possível pela reação altiva, democrática, soberana, firme, corajosa e contundente do nosso povo. Nós, da oposição brasileira, seremos vozes em defesa da democracia, das liberdades individuais, dos princípios dos direitos humanos, porque foi com esse objetivo que nós fomos à Venezuela. É importante deixar claro isso. Nós não fomos nos meter, imiscuir-nos na política interna da Venezuela. Nós tivemos uma missão humanitária para visitar um preso político, em greve de fome há 25 dias, e não há quem possa levantar a voz contra um gesto humanitário. Nós fomos visitar um preso político, entre tantos outros, em cárcere, há mais de um ano, e em greve fome há 25 dias. Fomos pedir a realização de eleições livres e democráticas na Venezuela. Nada mais do que isso! Nada além disso! E, para constatar de forma irrefutável, de maneira cabal, porque, se restava alguma dúvida sobre o regime venezuelano, não resta mais: ali, existe uma ditadura que mata, que prende, que cala, que silencia, que cerceia, que tolhe, que aniquila e que simplesmente impede que o contraditório se estabeleça. Nós não conseguimos apenas não visitar Leopoldo López no presídio. Na nossa agenda constava também um encontro com famílias que perderam entes queridos, maridos, filhos, parentes próximos, que foram brutalmente assassinados pela ditadura da Venezuela. Lá, não se apuram crimes de homicídio, crimes políticos. E, por incrível que pareça, além de todas essas atrocidades contra as liberdades individuais, contra a vida, o que se constata na Venezuela também são verdadeiros atentados contra a liberdade de imprensa, com veículos de comunicação fechados, televisões estatizadas. E há quem defenda esse modelo. Aqui mesmo, no plenário do Senado, lamentavelmente, temos Senadores que defendem o modelo bolivariano da ditadura do Sr. Maduro para o nosso País. Não, não vamos permitir! Vamos lutar, vamos resistir, vamos impedir que esse regime de força, de exceção, de arbítrio possa se instaurar no nosso País, como deseja uma minoria, e ela se revela. Ontem, aqui, no plenário, tivemos manifestações firmes, contundentes, já mencionadas por V. Ex^a, da Senadora Ana Amélia, do Senador Alvaro Dias, para citar apenas esses dois exemplos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Valdir Raupp.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Valdir Raupp, mas outras vozes, além do desrespeito, da chacota, da brincadeira, porque não eram eles que estavam lá, ameaçados, como estivemos, defendendo o regime da Venezuela. Não, eles não vão trazer o regime da Venezuela para o nosso País, até porque lutamos muito pela nossa democracia. Tivemos aqui também mortes, tortura, prisões, uma longa noite que amanheceu, e, nesse alvorecer da democracia brasileira, estaremos com a nossa sociedade repudiando essa

prática. Começa assim, começa com um partido tentando evitar uma sessão de debate na Câmara dos Deputados e avança com o aparelhamento do Estado, com a ocupação do Estado brasileiro por um partido político, que, de forma despuída, vem reincidindo no crime de corrupção. Como se não bastasse a situação política – e concludo, Senador Aloysio, o meu aparte –, quero lembrar que, além da gravidade da instabilidade política na Venezuela, aquele país vive uma grave crise econômica, com desabastecimento, com a população sem ter acesso a bens de necessidades primárias. A Rede Globo mostrou, recentemente, em matéria a situação econômica da Venezuela. Estamos protegendo o nosso Brasil da instabilidade política que ali ocorre, mas também da crise econômica que assola a Venezuela e que começa a bater à nossa porta, de forma intensa, porque o trabalhador brasileiro perdeu o poder de compra, pela inflação alta, o desemprego volta a ameaçar as nossas famílias, a inflação fora do controle, recessão econômica, fruto de um Governo que presta serviços com péssima qualidade, que não respeita o contraditório e que aparelhou o Estado brasileiro, para, quem sabe, tentar instaurar aqui uma república bolivariana. Nós faremos o bom combate, como fizemos ontem. E repito: fomos à Venezuela ontem para evitar que o regime ali instaurado chegue ao Brasil. E o povo brasileiro estará alerta, estará atento ao seu compromisso de defesa das liberdades individuais, dos direitos humanos e dos valores supremos da democracia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, meu prezadíssimo Líder. V. Ex^a aborda com essa capacidade, que todos nós reconhecemos, de exprimir com elegância, profundidade e ao mesmo tempo simplicidade e beleza o seu pensamento.

Eu quero agradecer imensamente a contribuição de V. Ex^a, que enfatiza a comunhão de valores que existe entre o povo brasileiro, que optou e que vive na democracia, que valoriza a democracia, e a comunhão de valores que nós alimentamos com aqueles que na Venezuela lutam pela democratização do seu país.

Mas eu queria, Sr. Presidente, além dos valores – não tomem isso como manifestação de qualquer sordidez materialista –, me referir também a interesses. O Brasil tem todo interesse em ter uma Venezuela em paz, uma Venezuela próspera. Nós temos todo interesse em ter na Venezuela parceiros dos nossos investimentos, compradores dos nossos produtos, assim como temos todo interesse também de receber da Venezuela frutos de um intercâmbio comercial, de um intercâmbio financeiro.

Nós temos todo interesse em estabelecer com a Venezuela programas de cooperação na área da segurança, do combate ao narcotráfico, lembrando-nos de que temos uma fronteira com a Venezuela, nos Estados de Roraima e do Amazonas, uma fronteira permeável, porosa, de difícil fiscalização, com fluxos migratórios descontrolados. E, portanto, temos todo interesse em ter uma Venezuela estável e um governo confiável, com quem se possa dialogar e estabelecer boas parcerias no interesse do povo brasileiro. Além da comunhão dos valores.

Esse é um ponto importante que eu gostaria de ressaltar. Evidentemente, como bem lembrou V. Ex^a com alguns dados sobre a situação da economia venezuelana e da política, aquilo está se desmanchando. E o meu receio, o receio de todos nós, é que nesse desmanche a Venezuela se enverede para um conflito aberto, para uma guerra civil. Um governo que é capaz de fazer a loucura que fez ontem é um governo que perdeu completamente o senso da realidade.

É preciso que o Brasil, que o Governo brasileiro, da maior nação da América do Sul, chame o governo venezuelano à razão, use da sua influência, da sua liderança, e faça valer, inclusive, o seu interesse para promover uma situação de paz, de superação dos impasses, de reencontro com a democracia, que passa, evidentemente, por eleições livres, que exigem, para que sejam livres, que os opositores ao regime sejam libertados, tenham liberdade de se organizar, e o sufrágio ocorra sob a vigilância de organizações internacionais isentas. O Brasil tem todo interesse nisso.

Não compreendo como o apego a uma fantasmagoria ideológica impede o Governo brasileiro de agir nessa linha, que é a linha do bom senso, a linha que nós, aliás, adotamos no Brasil para a superação da ditadura, do autoritarismo, que foi o entendimento, a anistia recíproca, olhar para frente, eleições livres, liberdade de organização partidária, liberdade de imprensa. Esse é o caminho que o Brasil já viveu com êxito para a superação de um impasse. Cem sabe o Senador Caiado, que estudou na França e que continua estudando periodicamente, em francês, impasse significa beco sem saída. Não pode haver beco sem saída na política, a função dos políticos é encontrar saídas. E a função do Brasil neste momento seria exatamente ajudar, impulsionar o diálogo, o entendimento e a superação dessa situação gravíssima que vive o povo venezuelano e que nos afeta.

Já ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Caiado, após o Senador Blairo Maggi e o Senador Ivo Cassol, que já haviam solicitado uma intervenção. E logo após o Senador Caiado, o Senador Sérgio Petecão.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Aloysio, quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento e, ao mesmo tempo, cumprimentar todos os Senadores que foram à Venezuela prestar essa solidariedade, fazer com que o governo da Venezuela preste mais atenção às coisas que acontecem naquele país. O papel de V. Ex^{as} representando o Senado Federal, com toda certeza, mesmo sem conseguir o resultado

físico de conversar, de ver e de tocar as pessoas, tem o resultado político, o resultado de alertar a sociedade brasileira, de cobrar do Governo brasileiro um posicionamento mais firme e mais duro com o que vem acontecendo na Venezuela, os senhores podem ter certeza de que conseguiram. Também falei com V. Ex^a antes e com o Senador Caiado. Tenho certeza de que, naquele embate de ontem, nas ruas de Caracas, V. Ex^{as} voltaram ao tempo da luta estudantil, aos tempos mais duros aqui no Brasil, lembrando como é dura uma briga entre Estado e população. Eu também, como estudante na Universidade do Paraná, fazia movimentos e frentes, lá no MDB antigo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu sei. Eu sei disso.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu tenho certeza de que, além do objetivo conseguido de alertar o País, também V. Ex^{as} ontem voltaram um pouco remoçados dessa atividade. O Senado, o Congresso Nacional tem, a partir dessa viagem, a partir desse episódio, a obrigação de pressionar internacionalmente outros países, ou melhor, pedir aos outros países que façam pressão sobre a Venezuela. Mas nós aqui, do Congresso Nacional, do Senado, dentro das nossas possibilidades, do nosso alcance legal, devemos fazer o que for possível. Se o caminho é pedir a exclusão da Venezuela do Mercosul, que o façamos. Se temos poder para isso, vamos encaminhar e vamos fazer, porque ditadura tem que ser na base da “porrada” para tirar. Não tem jeito. Como se falou antes, o seguro morreu de velho, e Maduro vai morrer de podre. Muito obrigado. E parabéns a vocês todos que foram à Venezuela.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu agradeço o seu aparte, Senador Blairo Maggi.

Eu registro que, assim que cheguei ao plenário do Senado esta manhã, V. Ex^a imediatamente me abraçou e lembrou a necessidade de mantermos vivo o viço da juventude, o ânimo da juventude para enfrentarmos, já agora eu, aos 70 anos de idade, os novos desafios que estão sempre se renovando.

Eu tenho certeza de que a palavra de V. Ex^a, a ação do bloco que V. Ex^a integra será muito importante para a sequência dos acontecimentos e das providências que vamos tomar. Muito obrigado.

Senador Cassol, por gentileza.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Obrigado, Senador Aloysio. É com verdadeira lealdade para com esta Casa e, acima de tudo, com o Brasil, que fiz questão de vir aqui e de ter a oportunidade de fazer um aparte a V. Ex^a, e, ao mesmo tempo, de me engajar a essa caminhada que os colegas fizeram ao país vizinho, a Venezuela. Lá não estava só o Senador Aloysio, lá não estava só o Senador Caiado, o Senador Cássio Cunha Lima, o Senador Aécio Neves, o Senador Agripino. Lá, na verdade, estava esta Casa. Lá, na verdade, estava o Senado Federal. E o Senado Federal representa o povo brasileiro, é o Poder Legislativo. Muito me entristece ouvir os depoimentos dos meus amigos e colegas de trabalho. As pessoas responsáveis, as autoridades responsáveis do Brasil que estão naquele país deveriam dar apoio, dar guarida, deveriam estar na frente, acompanhando, mas isso não veio a acontecer. A afronta a que eu assisti ontem no Jornal Nacional, nos meios de comunicação, que fizeram contra os nossos colegas, eu quero dizer que não foi contra os amigos que tenho aqui, foi contra esta Casa. Foi contra o povo brasileiro. Foi uma falta de respeito. Há pouco, ouvi atentamente o Senador Cássio Cunha Lima se referir àquele jovem traficante brasileiro que foi para um outro país e lá recebeu pena de morte. E, incredivelmente, nós vimos que houve intervenção. Eu sou da Base do Governo Federal, por isso posso falar, não tenho que ficar calado, acho que tenho que defender o que está certo. Fizeram defesas, diuturnamente, para que aquele jovem não fosse executado da maneira como foi. Mas não vi o mesmo resultado por parte do Governo Federal a fim de dar apoio a V. Ex^{as} que estavam representando o Congresso Nacional, o Senado Federal, na Venezuela. Todos falavam muito do ex-presidente da Venezuela, mas, por mais bruto, mais grosso e mais ditador que ele fosse no passado, pelo menos tinha um pouquinho de abertura e um pouquinho mais de humanidade do que o atual, o Maduro, que, segundo dizem, de maduro já passou, está ficando estragado, está ficando podre. O que houve, na verdade, foi uma armadilha para os nossos Senadores, para vocês. Na verdade, armaram uma ratoeira. Foi proposital. É conversa para bêbado e delegado dizer que não foi. Isso foi montado. Isso foi organizado. Seria muito mais bonito o governo federal venezuelano ter dito o seguinte: “Olha, nós não queremos que vocês venham para cá”. Agora, o que me admira muito são as nossas autoridades federais saberem que passaram, no passado – ouvi, agora, o Senador Blairo Maggi dizer isso, voltando um pouquinho ao passado –, por situações idênticas e, na época, não havia ninguém para vir aqui ser solidário a vocês. Há poucos dias, as esposas e familiares dos presos políticos lá vieram aqui porque chegou à gota d’água, chegou ao fundo do poço. E o que o nosso país vizinho está fazendo é um absurdo. É um absurdo o que estão fazendo. Portanto, com certeza absoluta, esta Casa não ficará calada. Eu estarei junto com os nobres Senadores votando onde for preciso, nas comissões, para que o Embaixador e as pessoas responsáveis pelo nosso País naquele país, pessoas em quem votamos aqui, nesta Casa, para nos representar na Venezuela, mas que infelizmente não cumpriram seu papel, foram omissos e covardes, pois participaram, na verdade,

de um teatro ou de um circo, e expuseram todo o povo brasileiro... Lá não estavam o Aloysio Nunes ou Aécio Neves porque são do PSDB. Lá não estava o Petecão porque é de outro partido. Lá estava o Senado Federal. Lá estava o Brasil, sendo representado por vocês. Com certeza, se houvesse espaço e não tivesse trabalho nesta Casa, eu teria ido para lá, Senador Petecão, V. Ex^a que é do Acre, vizinho meu e também da Bolívia e da Venezuela, tudo junto. Mais pessoas teriam ido junto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu sei.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – E, ao mesmo tempo – assisti ontem –, a polícia venezuelana não fazia nada. Se você tem os batedores, é para abrir caminho. Mas eu via a polícia venezuelana... Por falar nisso, nos próximos dias, estaremos perdendo um Senador nesta Casa, o Senador Cássio Cunha Lima, porque, depois do trabalho extraordinário que executou ontem, filmando todas as imagens, com certeza, a imprensa, a Globo vai contratá-lo, porque ele filma a polícia passeando para cima e para baixo. As pessoas vinham, batiam nos vidros, com raiva, com ódio – lógico: estavam sendo pagas, foram manipuladas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não estavam ali por acaso, mas na hora certa, no momento e no local certo, evidentemente. Foi tudo armado.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – E a polícia passeava de um lado para outro. O Presidente Maduro podia até não concordar com a presença, mas tinha que ter sido diplomático, tinha que ter sido, pelo menos, um Presidente de verdade, o que não foi. Ele, na verdade, é um Presidente que está no cargo, está usufruindo do poder. Mas vale dizer que todos esses que fizeram isso, infelizmente, estão ficando só na história do passado, pelas monstruosidades que fizeram. Então, eu quero aqui me solidarizar com todos os Senadores, o Senador Caiado, o Senador Aloysio, o Senador Aécio, o Senador Agripino e também o Senador Cássio e os demais Senadores, o Petecão também, que estiveram lá representando. Eu sou solidário a vocês, os 81 Senadores desta Casa. É inadmissível o que aconteceu. Nós temos tratado com o Mercosul, que passa por aqui. Se nós fomos tratados desta maneira, o que esperamos do restante daqui para frente? O governo venezuelano veio aqui, no passado, e prometeu dar mais dinheiro para fazer um gasoduto lá da Venezuela para o Brasil, fazer parcerias com refinarias, e não fizeram, não cumpriram. E nós ainda ficamos aqui batendo palma para esse país vizinho, nós vizinhos de porta, pelo Estado do Amazonas, o Estado de Roraima e tantos outros por aí, enquanto o que tínhamos de ter desse país vizinho era, no mínimo, um pouquinho mais de respeito com a gente. Eles até não precisavam atender o pedido de V. Ex^{as}, que fosse de, de repente, soltar esses presos políticos, mas tinham, pelo menos, de ter o mínimo de senso de educação e de respeito pelo Senado Federal e, pelo menos, ouvir, pelo menos ter colocado uma estrutura decente e séria para que vocês pudessem ouvir esses presos políticos que estão lá. Porque é um absurdo esses presos políticos estarem lá. Nós estamos voltando a 40, 50 anos atrás. É inaceitável! É inaceitável o que está acontecendo hoje! O Brasil é parceiro comercial da Venezuela, é um país vizinho da Venezuela e com quem temos interesses comuns comerciais, recíprocos. Nós não podemos aceitar a maneira como fomos tratados. Então, nós, esta Casa, temos que tomar as medidas necessárias urgentemente, para que a gente possa, especialmente os nossos responsáveis na Venezuela, Embaixador e demais membros que fazem parte dela... Essa omissão deles é imperdoável – é imperdoável, é imperdoável. Não podemos admitir. Eles tinham que estar à frente. Se há alguém que primeiro teria que levar uns tapas ou levar uma surra dos venezuelanos, teria que ser quem está lá nos representando, e não esta Casa aqui. Ele tinha que estar à frente, puxando, para exigir respeito, para que a gente possa retribuir da mesma maneira, da maneira como sempre os tratamos quando vieram para cá. Mas, por incrível que pareça, vêm alguns que acabam mexendo com drogas, que acabam não sei o quê. Esses são tratados a pão de ló aqui no Brasil, levados para cima e para baixo, como se nada fosse, como se fossem verdadeiros líderes políticos. Na verdade, estão querendo perpetuar para continuar usufruindo o que nós temos aqui nos países vizinhos, no próprio Brasil, desmoralizando todos os países juntos. Portanto, sou solidário a vocês, estou junto. E, se precisar amanhã voltar para lá, contem comigo, porque estou junto. Se vocês estão em meia dúzia para levar porrada, pode botar mais um, porque eu estou pronto para ir junto também defender – não para ir lá brigar, mas defender os direitos. Nós já vimos isso aqui. Nós temos hoje a nossa Presidente da República, a Presidente Dilma, que sofreu isso no passado. Essa bandeira, Presidente Dilma, é sua! Levanta essa bandeira, que é sua! A senhora já sentiu isso na pele. Como estudante, na época, ela reivindicava mudanças, direitos. Lá, não. Lá tem prefeito, candidato a presidente, que está preso na Venezuela. É diferente. Naquela época, era ainda o contrário. E hoje está aí: uma estudante, no passado, uma acadêmica, no passado, que é a nossa Presidente do Brasil. Portanto, Presidente Dilma, a senhora tem uma bandeira para comprar contra a Venezuela pelo que fizeram contra o Senado Federal. E a Venezuela, se tiver um pouquinho de decência, vai fazer um convite para o Senado Federal, de novo, e o Presidente da República da Venezuela, o Maduro, vai à frente, para acompanhar, ou vai trazer os presos políticos ao palácio, para que os Senadores possam pelo menos ouvir e conversar para saber exatamente o que está acontecendo naquele país.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Aloysio, o senhor me permite?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, claro, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu só quero registrar a presença dos estudantes do curso de Direito do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (Unifeb), que estão nos visitando. Sejam muito bem-vindos ao Senado Federal. É da cidade de Barretos, no Estado de São Paulo – seu Estado, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É um privilégio estar aqui na tribuna quando vocês nos visitam. Muito obrigado.

Quero agradecer o aparte do Senador Ivo Cassol, que, na sua intervenção, ressalta um aspecto político da maior importância. Ele integra a base do Governo, assim como V. Ex^a, Presidente, demonstrando com a sua palavra, como V. Ex^a demonstrou na sua intervenção também, que nós estamos tratando de um assunto que vai muito além do conflito político, que é normal, que existe em toda democracia entre Governo e oposição.

Estamos estabelecendo pontes, entendimentos muito amplos aqui no Senado da República, na Câmara dos Deputados. E eu quero aqui ressaltar, valorizar a presença entre nós e ontem, na Base Aérea, do Deputado Izalci, do Deputado Sóstenes Cavalcante, do Deputado Felipe Maia, do Deputado Raul Jungmann, do Deputado Imbassahy, que esteve ontem à noite conosco. De modo que estamos criando aqui um movimento político muito amplo, no sentido de pressionar o Governo brasileiro para que tome a atitude que é do seu dever tomar e que corresponde aos interesses mais profundos do povo brasileiro.

Muito obrigado, Senador Cassol.

Ouçõ a palavra do Senador Ronaldo Caiado.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – A credencial do Senador Aloysio Nunes à frente da Comissão de Relações Exteriores, com a vida política e a sua trajetória, com a sua credibilidade, a sua independência intelectual e moral em todas as votações nesta Casa, credencia-o para nos representar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Caiado.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – E, como tal, estamos na esteira da linha de raciocínio do discurso de V. Ex^a para poder exatamente exaltar aquele acontecimento na data de ontem, onde hora alguma V. Ex^a, como presidente da Comissão, deixou de tomar as decisões de se pronunciar e de agir como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e representante da missão oficial.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sempre com a estrita solidariedade de V. Ex^a e de todos os colegas que estavam lá.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Quero cumprimentá-lo, em nome de toda a Comissão de Relações Exteriores, e também ao Senador Ferraço, por sua iniciativa e por seu requerimento, que não só foi aprovado, mas que V. Ex^a rapidamente fez com que se transformasse em realidade. E, naquilo que era a linha de raciocínio no momento em que solicitei o aparte, quero poder completar, nobre colega, porque não foi a oposição brasileira que levantou os dados da truculência, da violência e de que as pessoas estão lá sofrendo; foi, sim, a Anistia Internacional, ligada à ONU. Ela, sim, é que esteve na Venezuela, com todos os seus observadores, e fez um relato para o mundo todo dizendo que a truculência do Sr. Maduro já tem um saldo, hoje, de 43 mortos, 878 feridos, 3.351 presos e vítimas de torturas. Esse é o retrato, a radiografia não da oposição brasileira, mas, sim, da Anistia Internacional, mostrando a situação trágica em que as pessoas lá vivem. E amplia o relatório, dizendo que os juízes não podem sequer dar uma decisão contrária à vontade do governo, porque, imediatamente, são perseguidos e transferidos. Não foi o Senador Aloysio Nunes, não foi o Senador Caiado, não foram os Senadores de oposição, foi a Anistia Internacional que trouxe esse perfil todo que nós estamos aqui, neste momento, relatando. Sr. Presidente, o quadro é tão grave que, ontem, nós assistimos também ao que, hoje, está na mídia, no jornal *Folha de S. Paulo*. Um repórter que lá nos acompanhava e participava exatamente daquele momento em que estávamos sendo atacados, conseguiu trazer – entre aspas – o relato de um dos membros daquela “escolta” – entre aspas – que estava nos acompanhando. O que disse aquele policial que tinha ali essa função e dizia ser agente da Polícia Nacional Bolivariana? O que esse policial admitiu ao repórter? “É evidente que é uma sabotagem.” Isso, entre aspas, é o policial dizendo. “Quando vem uma autoridade estrangeira, nós os escoltamos em fluxo, contrafluxo ou em qualquer circunstância.” Quer dizer, estava claro que nós fomos levados para uma armadilha montada, muito bem relatada, aqui, pelos colegas que já me antecederam, e não vou ficar sendo repetitivo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem lembrado. Eu quero sublinhar com lápis vermelho esse trecho da intervenção de V. Ex^a, que reproduz um depoimento colhido pelo correspondente da *Folha de S. Paulo*, que mora em Caracas. Muito obrigado.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Exatamente. Então, para que nós possamos deixar claro, o que existiu da nossa parte, ali, foi a ação de uma missão oficial. Agora, é importante, porque nós, real-

mente, só conseguimos encaixar as peças no momento em que nós chegamos ao Brasil. Aí é que nós entendemos onde nós estávamos, o que foi montado em cima de nós. Na verdade, quando o Deputado Jungmann traz a nós aquele relato do Chanceler, dizendo que havia dito que o Embaixador não nos acompanhou por ordem da Presidente da República, do Governo Federal. Aí o que acontece? E aí eu quero entrar em uma outra linha de raciocínio, rapidamente – peço a paciência de V. Ex^a, Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – No momento em que um Governo, de onde saem daqui oito Senadores em uma missão oficial, o País que vai nos receber recebe uma mensagem Itamaraty, da chancelaria brasileira, que esses Senadores que lá estão, de que o Governo brasileiro não tem nenhum compromisso com eles, de que a chancelaria brasileira – a diplomacia brasileira – não vai acompanhá-los... O que o Governo brasileiro fez? Lavou as mãos. Disse: “Olha, faça com esses oito Senadores o que vocês quiserem. Eles quiseram ir, mas nós não reconhecemos mais nada.” Isto é algo inimaginável, Sr. Presidente! É inaceitável! Como é que um Governo nos expõe a uma situação como essa? Nós estamos representando um poder. Oito Senadores em missão oficial! A Presidente da República sinalizou que seria ingerência. Como? Que ingerência nós estamos fazendo? Nós estamos ali fiscalizando regras, normas, tratados de que o Brasil é signatário e a Venezuela também. Então, Sr. Presidente, é grave! Porque o que a Presidente sinalizou foi uma coisa só: eles estão totalmente desprotegidos, não têm a cobertura da chancelaria brasileira, façam com eles o que vocês quiserem. E foi esta a maneira como nós fomos tratados. Olha, eu encerro dizendo, Sr. Presidente, nobre Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores, Senador Aloysio Nunes: o que nós assistimos ontem é algo inimaginável. Agora, não pode ficar apenas no relato aqui. Nós temos que, também, entrar com ações capazes de poder levar adiante esse processo em que o PT e o Governo Dilma Rousseff são pródigos em implantar. A lei existe, a interpretação da lei é de acordo com a visão ideológica e doutrinária deles. Essa é a verdade. Um ponto, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes, é que V. Ex^a é reconhecido na Casa e respeitado pelos seus colegas e opositores pela independência em colocar as suas posições. Quando se tem um Presidente da República, espera-se dele ter postura de estadista...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Claro.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... e não postura partidária. A decisão, exatamente, do PT é assim: a cláusula de democracia do Acordo de Ushuaia serve pra excluir do Mercosul o Presidente do Paraguai, sendo que lá eles cumpriram até uma regra constitucional, mas essa regra democrática, de que o Brasil e a Venezuela são signatários, não serve para punir um ditador que já mandou matar mais de 43 pessoas, já feriu mais de 878 pessoas e já aprendeu e torturou mais de 3.351 pessoas, ou seja, dois pesos e duas medidas. Isso mostra a ingerência do Governo brasileiro na vida desses países, querendo ter todos eles controlados e tentando trazer para cá o pensamento do governo bolivariano. E nós não deixaremos que isso aconteça. E finalizo, Sr. Presidente, dizendo dos meus cumprimentos à atitude e à presença de V. Ex^a, sempre muito firme, em todos os momentos, dos mais delicados até o momento em que nós chegamos em solo brasileiro, em hora alguma, tergiversando daquilo que era sua responsabilidade ali, na Venezuela. E nós vamos continuar atuando, sim. É crime de responsabilidade da Presidente da República não fiscalizar os acordos de que ela é signatária e que este Congresso Nacional aqui convalidou. Nós não podemos aceitar que autoridades venezuelanas venham para o Brasil, sem que nós tenhamos aqui o conhecimento e possamos ter aqui a regra da reciprocidade. Porque, em missão oficial, nós somos aprisionados a 1km do aeroporto, e o Presidente da Assembleia Nacional chega aqui e, em dois minutos, tem audiência com a Presidente da República, quebrando a agenda, sendo que as esposas dos presos políticos, mulheres, não tiveram sequer a sensibilidade da Presidente da República para as receber? Dois pesos e duas medidas. Sr. Presidente, as ações nossas deverão ser muitas, para que possamos mostrar que essa agressão que nós sofremos ontem terá consequência para manter a democracia, a liberdade, a independência e a posição que V. Ex^a retratou muito bem. Era uma ação humanitária: um líder político e centenas de outros venezuelanos estão presos sem ter ali a condição de poder fazer oposição. Qual é o crime dos presos na Venezuela? Ser opositor ao tiranete Maduro. Esse é um crime pelo qual ele é levado a uma tumba, como é conhecida a prisão dos presos políticos, naquela cidade. Eu agradeço o aparte que V. Ex^a me concede. Cumprimento-o pela ação e me coloco à disposição, Sr. Presidente, principalmente, se for possível, no mês de setembro, se é que lá vai haver as eleições, para que possamos assumir o palanque e ajudar a derrotar essa tirania implantada na Venezuela. Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sou eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Caiado.

Ontem, estivemos absolutamente sintonizados todos nós que integramos essa missão. Em nenhum momento, houve entre nós nenhum tipo de vacilação e nenhum tipo de dúvida quanto ao sentido, quanto ao alcance e também, hoje, quanto aos desdobramentos da missão que fomos cumprir. E, nesses desdobramen-

tos, para tirarmos todas as consequências políticas, jurídicas e regimentais dos acontecimentos de ontem, eu tenho absoluta certeza de que a presença de V. Exª e o vigor de V. Exª, da sua palavra e da sua liderança serão um componente absolutamente fundamental para o nosso êxito.

Muito obrigado, Senador Caiado.

Senador Petecão.

Logo em seguida, o Senador Ferraço. E Senador José Medeiros depois.

Senador Petecão, por favor.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD - AC) – Senador Aloysio, primeiro, quero lhe parabenizar pelo pronunciamento e, segundo, pela sua postura como o comandante da nossa delegação: a tranquilidade, a preocupação. Eu acho que, dessa delegação, o menos experiente eram o Petecão e o Senador José Medeiros. E olha que eu já tenho 20 anos de mandato – foram três mandatos de Deputado Estadual, um mandato de Deputado Federal, e estou com quatro anos aqui no Senado já. Eu já participei de várias delegações, de várias viagens, mas a viagem de ontem foi a viagem que, com certeza, vai ficar marcada na minha vida, pelo tamanho da responsabilidade daquela nossa tarefa, que nós estávamos prontos para exercer. E, lembrando, aqui, na viagem, em cinco horas de voo, conversamos muito. Sempre vi a sua preocupação chamando, pedindo... Quando já estávamos próximos a chegar a Caracas, V. Exª fez questão de chamar uma reunião com toda a delegação e, mais uma vez, pediu que não se politizasse a viagem, que não tratássemos de interferir nas questões governamentais, exatamente para não criar problemas. Sou testemunha disso, sou testemunha da sua preocupação, ainda com a sua experiência como Ministro da Justiça. Quando nós chegamos a Caracas, a comitiva ficou no avião, e eu e o Senador Ferraço descemos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É verdade.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD - AC) – Eu estava naquela expectativa... Porque a expectativa? Porque, na viagem, o senhor lembra que eu disse que tinha conversado com Senador Roger Pinto Molina, que mora há dois anos na minha casa. E aqui já fica uma cobrança para o senhor, que fiz também com do Senador Ferraço, quando era Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Eu cobrei várias vezes, e sou testemunha também de que o Senador Ferraço não media esforços para resolver a situação do Senador Roger Molina. Já fico aqui lhe cobrando mais essa vez, porque, até hoje, depois de dois anos, o Governo brasileiro não resolveu a situação do Senador Roger Pinto Molina, que hoje mora lá na minha casa, em condições difíceis. Eu dizia: “Amigos, nós precisamos ter cuidado. A situação aqui está muito grave”.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É verdade. V. Exª nos alertou, ao longo da viagem.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD - AC) – Ela está gravíssima, porque o Senador Roger Pinto Molina está conversando com os Parlamentares que estão aqui e que foram cassados, com os familiares dos Parlamentares. Eu achava que a situação na Bolívia era uma situação muito grave, porque eu convivo com a Bolívia, pois eu sou da fronteira. Eu sei o que o governo Evo fez com os brasileiros, os acrianos que moravam ali naquela faixa de fronteira. Alguns moravam em território boliviano há dezenas de anos. Eles foram expulsos, Senador Aloysio, tiveram suas casas queimadas. O Senador Roger hoje está fora da Bolívia, porque denunciou o narcotráfico lá. Ele me chamava a atenção...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ele denunciou alguns chefões do narcotráfico que são figuras muito influentes no governo boliviano.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD - AC) – Exatamente. E ele, preocupado comigo, dizia: “Petecão, tenha cuidado com aqueles motoqueiros que passam atirando, que passam batendo com correntes”. Sinceramente, quando o senhor apresentou esse requerimento, eu não fui convidado, eu me ofereci para ir. Como eu lhe disse, do grupo que foi, os menos experientes eram eu e o José Medeiros – eu e o Senador José Medeiros conversávamos exatamente a respeito disso. Eu não sou de família política; eu tenho uma irmã que agora está vereadora; não tenho mais pai, tenho mãe, mas ninguém da minha família é político. Muito pelo contrário. Minha mãe me pede, todos os dias, para que eu saia da política, exatamente por conta dessas situações. Quando o avião pousou em solo venezuelano, eu fiz questão de descer. Quando descí ali, Caiado, vi aqueles policiais, todos com a câmara na mão. O Senador Ferraço é testemunha disso. Que história é essa? Eu, dono desse 1,96m, comecei a me preocupar. Não vou mentir: comecei a me preocupar, porque o clima era pesado, não era um clima normal. Aquele Embaixador, que para mim foi a maior decepção, demorou uns 40 minutos para aparecer. Quando ele apareceu, ele só se despediu. O Embaixador veio se despedir. O que nós esperávamos? O Embaixador é amigo dos brasileiros, é o Estado brasileiro que estava ali, a nossa esperança era o Embaixador! O Embaixador foi se despedir. Quem tem amigo como aquele Embaixador não precisa de inimigo! Aí nós fomos entregues à própria sorte. Entramos naquela van, e, com todo respeito ao time da terceira divisão lá do meu Estado, lá do Jordão, ele não anda numa van daquela. Não estou mentindo: não havia as mínimas con-

dições. Aí desviaram o curso. O senhor pediu para o nosso assessor da Comissão, o Eduardo Saboia, que teve que implorar para o motorista ir para onde estavam as pessoas, a imprensa brasileira, a imprensa internacional, mundial, que estava ali presente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tentaram impedir o nosso encontro com a imprensa brasileira, com a imprensa internacional e com os familiares dos presos políticos, que nos esperavam no terminal. Tentaram evitar esse encontro, que seria crucial para o êxito da missão.

Tem razão V. Ex^a ao ressaltar o papel do diplomata que assessora hoje a Comissão de Relações Exteriores, que se desempenhou de uma forma heroica no resgate do Senador Roger Pinto Molina da prisão em que ele se encontrava. Essa é que é a verdade.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD - AC) – Na época em que o Eduardo Saboia veio da Bolívia, aquele ato, para mim, era um ato de heroísmo, e ele foi tratado como bandido. Eu, sinceramente, até hoje, guardo e vou guardar um respeito muito grande por ele, porque ele sabia o que o Senador boliviano estava passando. “Ah, mas ele quebrou a hierarquia do Itamaraty”. Não, ele salvou uma vida, porque o senador já tinha tentado suicídio duas vezes. Então, Senador Aloysio, há uma coisa me entristece, porque depõe contra imagem do meu Estado. Eu vou ler aqui. O Líder do PT... Eu não estou politizando e nem vou politizar, porque, no meu Estado, eu sou cobrado, porque, às vezes, voto com o Governo aqui. Eu sou do PSD, e o meu Partido ocupa espaço no Governo. O Presidente do meu Partido é Kassab, e muito me orgulha ter o Kassab como Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nosso amigo, meu amigo também.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD - AC) – Muito me orgulha. Um quadro técnico da melhor qualidade deste País. Agora, às vezes, eu voto com o Governo, mas, todas as vezes em que for preciso voltar contra o Governo, eu vou votar, porque...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Em razão da sua independência, meu caro Senador Petecão, eu faço um apelo ao senhor: não ceda às instâncias de sua mãe para sair da política, continue na política dignificando a representação do seu Estado do Acre.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD - AC) – Aqui, Senador, uma pequena passagem aqui do Sibá – e olha que eu tenho um carinho tão grande pelo Sibá, mas, às vezes, ele perde tanta oportunidade de ficar calado. Eu conversava com um amigo Deputado agora, que sentou aqui e perguntou: “Petecão, qual o critério para que o Sibá seja Líder lá do PT? Será que é por sorteio?” E eu digo não, é por respeito ao Sibá. Ele me perguntou se o Sibá é Líder, porque lá é feito um sorteio para ser Líder, e eu disse que não, o Sibá é um cara competente. Mas o Sibá, às vezes, perde oportunidade... Aqui, ele postou no seu Twitter...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aqui no Senado ninguém queria. O Senado passou muito tempo sem Líder do Governo, até que finalmente a escolha recaiu sobre um excelente Senador, que é o nosso colega que hoje lidera o Governo, que é o Senador Delcídio do Amaral. Mas durante muito tempo ninguém queria.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD - AC) – Aqui o Sibá diz assim:

[...] ao ônibus que transportava [os] senadores brasileiros em Caracas, na Venezuela. “Os Senadores tucanos e os ‘Demos’, na Venezuela dizem que até agora o Maduro não os convidou para o almoço”, [escreveu Sibá em seu perfil [...]].

Então...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Será que o Sibá acha que nós estávamos atrás de mordomia? Será que ele está nos medindo pela régua dele? Será isso?

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD - AC) – Agora aqui tem tudo a ver com a gente. Ontem o Senador Jorge Viana, investido da Presidência, o nosso Vice-Presidente, e eu pedi que me trouxesse a taquigrafia... Que ontem, lá na viagem, eu fui gozado disso, que o Senador Jorge teria dito que nós, os Senadores brasileiros, estávamos presos num engarrafamento em Caracas, mas que nada de grave. E não foi um engarrafamento. Não foi um engarrafamento. O que nós passamos ali, nós temos que agradecer a Deus. Nós temos que agradecer a Deus, não temos que agradecer a ninguém, porque, Deus o livre, se aqueles manifestantes malucos ali conseguem abrir a porta daquele ônibus, conseguem quebrar um daqueles vidros, se aquele motorista não arranca ali naquela velocidade, hoje nós não estaríamos aqui contando essa história. Então, alguns colegas que brincaram, que tentaram tripudiar, não é o momento, o momento não é esse. Nós não podemos tripudiar com aquela situação que aquele povo venezuelano está vivendo hoje. Ali não cabe brincadeira. Porque a situação é mais grave do que nós estamos pensando. Aquelas mulheres chorando, aquelas mulheres se jogando dentro do ônibus, se escondendo, com medo daqueles manifestantes, aquilo não é brincadeira. E como a mídia estava lá em cima procurando o Aécio, procurando o Senador Aloysio, eu fiz questão de me afastar e conversar com o povo, conversar com as pessoas simples, para saber qual é a verdadeira situação por que hoje passa a Venezuela. E a

situação ali é muito grave. Não quero me alongar, Senador Aloysio, mas o que eu posso dizer ao senhor é que essa viagem ontem não foi, por toda, perdida. Não foi, de forma alguma. Hoje, eu vi na mídia que um grupo de Senadores vai fazer uma outra viagem à Venezuela para contrapor essa nossa viagem. Eu, sinceramente, vou aguardar. Agora, um colega Senador que vier aqui, a esta tribuna, que vier aqui, a esta Casa, dizer, Senador Caiado, que nós estamos mentindo e que a situação da Venezuela não é aquela que a mídia está dizendo... Eu conversei com aquela moça da Globo, a Delis Ortiz, quando nós chegamos – eu a conheço –, e perguntei: “E aí? O que você acha?” Ela disse: “Vocês não vão chegar.” É porque eles estão vivendo lá o dia a dia e eles já sabem. Ela disse: “Vocês não vão chegar aonde vocês querem; vocês não vão conseguir. Nós estamos vivendo o dia a dia aqui e sabemos o que é que esse povo está passando.” As pessoas estão com medo. Eles fazem do jeito que ele quer. E se for uma delegação daqui e, chegando lá, o Maduro esvaziar aquelas ruas, e eles passearem pelas ruas e chegarem aqui dizendo que está tudo bem... Eu, sinceramente, quero aguardar. Vamos aguardar. A situação da Venezuela é muito grave. Eu só tenho a agradecer. Essa viagem, para mim, foi maravilhosa. Confesso que tive medo, tive medo como qualquer ser humano. Isso não me envergonha, porque eu nunca me tinha deparado com uma situação daquela, principalmente fora do nosso País. Lá no Acre, eu faço oposição ao PT há vinte anos. Há vinte anos que nós estamos no embate, mas um embate que não chega naquele ponto. Lá, você não tem acesso à imprensa, não tem acesso aos meios de comunicação. Mas, graças a Deus, não há violência. E vamos continuar no bom embate político, se Deus quiser, para o bem do nosso Estado. Mas aqui eu quero me colocar à sua disposição, à disposição da Comissão de Relações Exteriores, para que nós possamos continuar nessa luta. Nós demos só o primeiro passo. Nós temos um caminho grande a percorrer. Ontem, recebi algumas mensagens do povo venezuelano agradecendo pela coragem. Não, não acho que foi coragem. Eu acho que nós fizemos o nosso papel como brasileiros, como o maior país da América Latina. E nós temos de assumir essa responsabilidade, que é nossa, é nossa. E nós não podemos abrir mão. Obrigado, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu agradeço V. Ex^a pelo depoimento, especialmente sobre o momento de tensão que nós vivemos e o risco por que passaram as companheiras venezuelanas que estavam conosco e que tinham a exata dimensão da periculosidade daqueles indivíduos que estavam ali.

V. Ex^a se referiu a uma intervenção do Líder do Governo, creio que é Líder do Governo, Sibá Machado – não é Líder do PT, é Líder do Governo na Câmara dos Deputados –, menosprezando a nossa viagem: apenas a viagem dos tucanos e dos democratas. Em primeiro lugar, ele não sabe do que está falando, ouviu cantar o galo não sabe onde. Na verdade, havia ali Senadores do PSDB, do Democratas, do PMDB, do PPS, do PSD, o partido de V. Ex^a, que integra a Base do Governo. Agora, é uma declaração, peso as minhas palavras, uma declaração nauseante, causa-me náusea, porque é como se ele dissesse o seguinte: “Olha, o mandato dos democratas e dos tucanos não vale a mesma coisa que o meu mandato.” Esse é o democrata que é o Líder do Governo na Câmara dos Deputados. Há o mandato de Senadores da Oposição, que deve ser tratado com desprezo, diferentemente do nosso, diz ele, que somos partidários do Governo. Causa-me profunda náusea. Não quero dar importância exagerada a esse personagem, mas é um pensamento representativo de uma visão de quem considera que a política é uma guerra de extermínio e que é muito forte nas fileiras do PT e de outros partidos satélites do PT, partidos parasitas do PT, como o PCdoB, por exemplo.

Agora, causam-me náusea também declarações de ex-democratas e que, hoje, se transformaram em cúmplices da ditadura venezuelana, em beneficiários dos seus negócios e das suas mordomias, aduladores de tiranos, causam-me náusea ex-democratas, gente que desvaloriza, inclusive, o relatório da Anistia Internacional citado pelo Senador Caiado. Lembro-me, no tempo da ditadura brasileira, que aqueles que nos oprimiam desqualificavam a Anistia Internacional, os relatórios da Anistia Internacional: “Isso é coisa de comunistas, gente a serviço de Moscou”, diziam eles. Agora, esta mesma Anistia Internacional é desqualificada por ex-democratas. Dizem que ali estão presos que cometeram crimes comuns, acusações absolutamente fantasiosas que só encontram paralelo no seu delírio nas acusações movidas contra os opositores ou supostos opositores do stalinismo nos processos de Moscou de 1937. Pessoas como Kamenev, como Zinoviev, como Bukharin foram apresentadas como cúmplices de Hitler, como pessoas empenhadas numa conspiração para assassinar o grande líder Josef Stalin. Foram essas as acusações.

Acusações desse mesmo teor são movidas contra esses que hoje estão presos lá na Venezuela e que nós fomos visitar, tentar visitar, para levar nossa solidariedade. Infelizmente, essas acusações fraudulentas, fantasiosas, mentirosas são avalizadas por ex-democratas que atuam no meio chamado acadêmico, no meio jornalístico e infelizmente nos partidos políticos com representação no Congresso Nacional. Mas são minoria, não tenho dúvida nenhuma. V. Ex^{as} não têm dúvida nenhuma, como eu não tenho.

Ouçó o aparte do Senador José Medeiros, que integrou a nossa comissão também, com muita honra e muita felicidade para nós.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, Senador Aloysio, em primeiro lugar, cabe fazer um registro de que a missão da qual esses oito Senadores participaram era uma missão oficial. Uma missão oficial, votado o requerimento aqui no Senado. Uma missão que foi...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aliás, sem nenhuma objeção. Cabe o registro. Quando – me perdoe a interrupção V. Ex^a –, quando votamos a moção apresentada, o requerimento apresentado pelo Senador Ferraço, não houve nenhuma objeção do Plenário.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Exatamente. Por unanimidade. Uma missão oficial do Senado brasileiro, uma missão oficial do Legislativo brasileiro e a missão que foi inclusive num avião da FAB, portanto, chancelada pelo Governo brasileiro. Bem, esse é um ponto. E alguns, agora neste momento, amigos do regime e da Base do Governo tentam descredenciar essa oficialidade. Inclusive um dos relatos é de que o Governo brasileiro teria retirado o embaixador e o conselheiro da Embaixada em virtude de a missão não ser oficial. Portanto, cai por terra. Se não era oficial, o que esse avião da FAB estava fazendo lá? Então já cai por terra por aí. Outra coisa é legitimidade. Alguns Senadores, inclusive talvez por desconhecimento ou por má-fé, dizendo: o que os Senadores estavam fazendo ali na Venezuela, imiscuindo-se em assuntos de soberania da Venezuela? Bem, isso é fácil de derrubar. A Venezuela faz parte do Mercosul e tem acordos a cumprir. Entre eles estão o Acordo de Ushuaia I e o Acordo de Ushuaia II. Esses acordos já foram citados aqui por outros Senadores, não quero ser repetitivo. Mas, presume-se que, para um país participar, uma das cláusulas principais é a cláusula democrática.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Condição da integração.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Condição da integração, e que esse país seja eminentemente democrático. O que isso significa? Olha, uma das premissas básicas do regime democrático, para que a democracia exista, é a periodicidade, Senador Petecão, do processo de escolha de candidato, das eleições. Pois bem, isso não está acontecendo na Venezuela. Outra coisa para que a democracia existe é o respeito às oposições, ao contraditório, outra coisa que não está acontecendo lá. A Comissão de Relações Exteriores do Brasil recebeu – o Senado também e o próprio Governo brasileiro – as mulheres dos opositores que foram presos. E, pasme, Senador Aloysio, no momento em que aqueles opositores foram presos, eu tomei o cuidado de ver algumas declarações de líderes da América Latina.

O Presidente da Colômbia [por exemplo] Juan Manuel Santos, disse [taxativamente], esperar que “os direitos dos opositores sejam respeitados”. Fez uma declaração direta à situação dos opositores. “No caso do prefeito Antonio Ledezma, esperamos que conte com todas as garantias para um devido processo [legal], disse o Presidente da Colômbia, preocupado, quando ocorreu a prisão do prefeito Ledezma. Outro que falou também, o governo chileno:” “Os últimos acontecimentos nos preocupam, [e] é claro, manifestamos em público e em privado, o nosso desejo de que os direitos dos opositores sejam respeitados e pedimos, inclusive, a liberdade de Leopoldo López (outro líder da oposição [...])

Faço uma correção, isso aqui ainda é do Presidente colombiano falando. O Governo chileno também foi na mesma linha, mas, o que me deixou muito preocupado é que o principal ator, Senador Ferraço, um dos protagonistas deste Continente, que é o Brasil, lançou uma nota lacônica. A nota do Governo brasileiro disse que “acompanha com grande preocupação a evolução da situação na Venezuela” e instou “todos os atores envolvidos a trabalhar pela paz e pela manutenção da democracia.”

Parece declaração de misse, uma coisa terrível!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É verdade.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Isso nos preocupa. Aí vieram nos perguntar: o que esses Senadores estavam fazendo na Venezuela? Ora, uma das incumbências do Senado e do Senador, de um Parlamentar é fiscalizar o seu governo. O acordo de Ushuaia foi chancelado, virou decreto aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – No Congresso Nacional. Exatamente.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – É o Decreto nº 4.210.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Bem lembrado.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Cabe a nós fiscalizar como o Governo brasileiro está se comportando. Nós fomos ali, sabem por quê? Há tantos problemas no Brasil? Há. Agora, nós fomos ali proteger uma coisa sem a qual a vida aqui fica difícil: a liberdade. E eu tomo a liberdade, Senador, de pedir ao Presidente e a V. Ex^a para ler aqui um poema escrito por um brasileiro, em 1935, Eduardo Alves da Costa, chamado “No caminho, com Maiakovski”:

Na primeira noite, eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim. Não dizemos nada.

Na segunda noite, já não se escondem, pisam as flores, matam nosso cão. E não dizemos nada.

Até que um dia o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta.

V. Ex^a, que foi uma das trincheiras contra o regime militar, sabe muito bem do que estou falando, com muito mais propriedade. A Presidente Dilma sabe do que estou falando. E eu não tenho dúvida de que, nesse momento, ela sabe o que aquelas mulheres, a esposa de Leopoldo López, a esposa de Ledezma, as mães estão passando. E ainda me permito, para encerrar, citar Bertold Brecht, no mesmo caminho:

Primeiro levaram os negros
 Mas não me importei com isso
 Eu não era negro
 Em seguida levaram alguns operários
 Mas não me importei com isso
 Eu também não era operário
 Depois prenderam os miseráveis
 Mas não me importei com isso
 Porque eu não sou miserável
 Depois agarraram uns desempregados
 Mas como tenho meu emprego
 Também não me importei
 Agora estão me levando
 Mas já é tarde
 Como eu não me importei com ninguém
 Ninguém se importa comigo.

Foi isso que esses Senadores foram fazer ali: nós fomos nos importar com os venezuelanos

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem! Muito bem!

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Fomos ali nos importar com a liberdade, porque, Senador, a vida é importante, mas, sem liberdade, ela perde o sentido. Aí, quando alguns, no senso comum, resolvem perguntar: o que foram fazer os Senadores ali? Eu respondo. O Prof. Robert Dahl, da Universidade de Yale, disse um dia o seguinte: “Deem todo o poder a um, e ele governará tiranicamente; deem todo o poder a poucos, e eles governarão tiranicamente; deem todo o poder a muitos, e eles governarão tiranicamente”. Bem, e como fazer, então, para controlar o poder? Faz-se justamente o que se chama de *checks and balances*, o equilíbrio dos poderes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O poder controla o poder.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – E onde é que se faz isso? É através do Legislativo, é através do Judiciário, é através dos Poderes. A Constituição, nos seus primeiros artigos, diz: “os Poderes independentes e harmônicos entre si.” E nós fomos ali justamente para fazer esse trabalho de equilíbrio, que o Governo brasileiro, aliás, deveria ter feito primeiro. Já encerro, Senador, dizendo que, por muito menos, por muito menos, o Paraguai foi, na calada da noite, retirado do Mercosul. Então, cabe-nos agora o desafio de não deixar que essa agressão ao Senado brasileiro, não agressão ao Senador Aloysio, ao Senador Ferraço, ao Senador Caiado, ao Senador Petecão, ao Senador Medeiros, ao Senador Cunha Lima, ao Senador Aécio, mas essa agressão ao Senado brasileiro reflete o desprezo que essa gente tem pelo Estado de direito. E isso é um perigo! Isso é um perigo porque ontem eu vi o que é dissimulação. E o desrespeito pelo povo, por um governo que não respeita as instituições democráticas. Eles deixaram o dia inteiro a Venezuela travada, sabe para quê? Para impedir que oito Senadores fossem lá visitar os presos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sob o pretexto, repito, de que precisavam interromper o trânsito para trasladar um preso do aeroporto à penitenciária. Uma operação que não demoraria mais do que meia hora.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – E o interessante é que esse preso e o ministro da Venezuela subiram tranquilamente e tiveram acesso livre. Para nós, não. Para finalizar, a minha admiração é que houve... Eu não sei quem foi a pessoa que pensou aquilo. Poderia ter acontecido uma tragédia, e eu não sei se era isso o que desejavam, porque, no momento em que aqueles três ônibus chegaram e aquelas pessoas desceram, vestidas de vermelho, dizendo “Chávez não morreu, se multiplicou” – multiplicaram-se e começaram a balançar o ônibus –, a única saída que havia para o ônibus, os policiais que nos acompanharam fecharam e nos deixaram à mercê. Era isso que o Governo brasileiro pretendia, uma missão oficial? Ora, ali não se trata da oposição, não se trata de política de governo. Nós estamos falando de política de Estado, estamos

falando de coisas maiores. E espero que o Governo brasileiro não se apequene. Há gente pensante. Há gente que pensa além de Sibá neste Governo. Espero que eles tomem tento e possam voltar a raciocinar e a ver que este poder é efêmero, que o Brasil é muito maior, que as instituições são muito maiores e que, daqui a uns dias, não vamos mais estar aqui. Tratam o Governo como se fosse seu. Ora, nenhum governante pode ter um governo para chamar de seu. Eu deixo aqui essas palavras, Senador. Faço este aparte e agradeço a sua tolerância e ao Presidente, deixando esse desafio para V. Ex^a, que preside a Comissão de Relações Exteriores. Agradeço o convite e a oportunidade que tive ali, porque, se tinha alguma dúvida, eu a tirei. Na minha assessoria, há muitas pessoas que são defensoras até da Venezuela, do regime da Venezuela. Eu tinha algumas dúvidas, mas, ontem, quando descemos no aeroporto e já começou, fiquei pensando: se as liberdades civis não são garantidas a uma comissão oficial de um país – porque o Mercosul pressupõe que os venezuelanos têm o direito de ir e vir aqui, e também nós brasileiros, lá –, se uma comissão de oito senadores não teve esse direito, quicá o cidadão normal. E eu via medo nas pessoas. Uma das repórteres que estavam nos acompanhando, cujo jornal mandou que ela ficasse no país para terminar a reportagem, estava apreensiva e com medo de ficar lá. Ora, que clima é esse? E reafirmo por que o Senado foi lá: porque as mazelas da América Latina acontecem em ciclos. E espero, sinceramente, contribuir para que o ciclo do terror não volte à América Latina. Muito obrigado, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu que agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador José Medeiros, que foi um excelente companheiro de viagem e de luta. Se pudesse, eu encerraria o meu discurso com o seu aparte, simplesmente transcrevendo o seu aparte.

Mas, antes de encerrar, passo a palavra ao último aparteante inscrito, o Senador Ricardo Ferraço.

Muito obrigado.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu tive o prazer e o privilégio, por designação da Casa, de ser o antecessor de V. Ex^a na Comissão de Relações Exteriores. Felizmente, nós iniciamos ali uma nova história. E V. Ex^a aprofunda, com brilho, o protagonismo que a Comissão de Relações Exteriores do Senado da República precisa ter.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Um caminho aberto por V. Ex^a, é bom que se diga.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Se, por muito tempo, a Comissão de Relações Exteriores do Senado da República foi um mero cartório, de modo a homologar a indicação dos Srs. Embaixadores que representam o nosso País em muitas missões, se esse tempo existiu, esse tempo é uma página virada, posto que a Comissão de Relações Exteriores não abre mão de exercer o protagonismo necessário, adequado e inadiável para o aprofundamento do debate das escolhas que o nosso País tem feito nos últimos anos em relação à política externa. A política externa que, com muita intensidade, tem ganho a agenda e o dia a dia das pessoas, porque, no mundo globalizado, integrado, a política externa não é mais privilégio de embaixadores, diplomatas ou profissionais. Não. A política externa é, de certa forma, exercida por todos, pelo trabalhador, pelo empreendedor, dado o *link* e a necessidade de o mundo em plano se conectar. Alguns conterrâneos do meu Estado, quero crer que de outros Estados também, ficam a perguntar: por que os Srs. Senadores estão se preocupando com aquilo que acontece na Venezuela? Porque a nossa luta não é uma luta de governo ou uma luta de oposição. É uma luta por princípios. É disso que se trata. Há necessidade da preservação, da manutenção, da conservação desses princípios, que são tão caros à população brasileira e que são civilizatórios. E estamos assistindo na América do Sul, de algum tempo pra cá, a um retrocesso absoluto não apenas na Venezuela, não apenas em questões políticas, mas em questões econômicas. Experimentos que deram errado mundo afora voltam a ser testados em países da América do Sul, produzindo angústia e ausência de prosperidade compartilhada. Portanto, tudo aquilo que acontece na América do Sul é de absoluto interesse do nosso País. E quando você luta, você trabalha, você dá o bom combate em favor desses princípios, da liberdade de expressão, da necessária existência de uma imprensa livre, do direito que as pessoas e os partidos têm de exercer a sua diversidade e a sua posição, esses conceitos não têm território, esses conceitos não têm fronteira, esses conceitos são, como disse aqui, conceitos civilizatórios.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Universais.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Universais! Portanto, é esse o esforço e o papel que todos nós estamos exercendo. A essa altura do debate, V. Ex^a e os oradores que me antecederam puderam, com riqueza de detalhe, expressar o ocorrido de forma factual. Desde o princípio, essa missão – ficou muito claro para todos nós – não era uma missão desejada, mas nós não poderíamos imaginar que o nosso Governo, o Governo brasileiro, o Estado brasileiro pudesse chegar a esse limite, porque ficou evidente uma orquestração para que a nossa missão não alcançasse os seus resultados. Os fatos de ontem para hoje que se sucedem sinalizam com clareza o nível de sofisticação a que chegou essa subordinação da Diplomacia brasileira a esse

viés absolutamente inadequado. Portanto, o que me parece agora é que nós precisamos ir adiante. O que fazer diante dessa situação, para além das palavras?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Além de todos os fatos aqui relatados, imagine a coincidência de o Governo da Venezuela fazer manutenção dos seus túneis exatamente no dia em que nós chegávamos a Caracas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – No dia e na hora!

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB - ES) – No dia e na hora. E não apenas isso: quando estávamos lá, nós soubemos, por parte da Sr^a Lilian Tintori, esposa do Leopoldo López, que ele só está preso porque fazia oposição ao Governo Maduro, e o mesmo se repete com a Deputada Corina, o mesmo se repete com o prefeito da região metropolitana de Caracas, o Sr. Antonio Ledezma. Estão presos, encarcerados, amordaçados porque faziam oposição, porque exerciam o direito de divergir. A certa altura da tarde, o vice-presidente da República...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Bem lembrado.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... o vice-presidente da República da Venezuela, o Sr. Jorge Arreaza, em tom provocativo, irônico, envia, pelas redes sociais, um sinal, uma mensagem para a Sr^a Lilian Tintori, esposa do Leopoldo López...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Envia por SMS, dirigido a ela, uma afronta, um ato de crueldade!

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Exatamente isso. E ele diz, com palavras textuais: “Se os Senadores estão aqui é porque não têm muito trabalho lá no Brasil, eis que umas horas a mais ou umas horas a menos não fazem a menor diferença. Tomem um café!”. É mais um capítulo dessa farsa que foi orquestrada, estruturada pelo governo da Venezuela e pela diplomacia brasileira, pelos fatos que foram relatados aqui. Por conta disso, Sr. Presidente, Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, acho que precisamos ir adiante. E quero registrar alguns requerimentos que estamos protocolando, para que possamos debater, já na próxima quinta-feira, na Comissão de Relações Exteriores. Não há como, acho eu, a Comissão prosseguir em qualquer dos seus trabalhos, sem que coloquemos em pratos limpos o ocorrido, porque isso tem valor pedagógico, didático. Não há como a Comissão deliberar sobre outros fatos que não esse fato ocorrido. O primeiro requerimento é na direção de naturalmente convocar o Embaixador Mauro Vieira, para que possa, em debate conosco na Comissão de Relações Exteriores, expressar a razão de determinar ao Embaixador brasileiro na Venezuela, o Sr. Ruy Pereira, que não nos acompanhasse, considerando que a nossa missão não era oficial. Vamos dar a ele a oportunidade, num debate franco, sincero e aberto, de fundamentar sua decisão na condição de Chanceler ou Ministro das Relações Exteriores. O segundo requerimento é na direção, nos termos regimentais, de que seja convidado o Sr. Embaixador da Venezuela, o Sr. Ruy Carlos Pereira, para que preste esclarecimentos ao Senado da República e à Comissão sobre a sua omissão. Ele foi absolutamente omisso e dissimulado. Ao nos receber no aeroporto de Caracas, sumiu! Não deu qualquer tipo de apoio. Não aos Senadores que ali estavam, mas aos cidadãos que estavam ali, e não estavam a passeio, estavam no cumprimento de uma missão especial. O Sr. Embaixador Ruy Pereira tem muito a nos dizer não apenas sobre esse episódio, mas sobre a escalada do autoritarismo na Venezuela. O terceiro requerimento que estamos submetendo a V. Ex^a é, de acordo com o Regimento Interno, no sentido de – do Ministro Mauro Vieira nós já falamos, da convocação do embaixador nós já falamos – que o Chanceler Mauro Vieira convoque o embaixador brasileiro na Venezuela para uma consulta. E, ao convocá-lo para consulta, que ele se disponibilize para prestar esclarecimentos na Comissão de Relações Exteriores do Senado. Nós não podemos convocá-lo para consulta, mas o Embaixador Mauro Vieira tem a responsabilidade, e nós vamos estressar o debate nessa direção. Outro projeto que estamos encaminhando, Sr. Presidente, é inclusive inspirado no que fez o ex-Deputado Aloysio Nunes Ferreira. Em 2001, S. Ex^a apresentou um decreto legislativo sustando a tramitação congressional dos acordos bilaterais celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo do Canadá, por conta de o governo do Canadá ter...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Aloízio Mercadante. O ex-Deputado Aloízio Mercadante, hoje Ministro, apresentou adequadamente, e foi apoiado por todos os partidos, um decreto legislativo sustando os acordos que existiam com o Canadá, em trâmite, ou a tramitar, por conta de o Canadá ter feito um boicote à importação de carne bovina do nosso País. Pois bem, nós estamos apresentando um decreto legislativo na linha de sustar a tramitação congressional dos acordos bilaterais celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Bolivariana da Venezuela. Parece-me essa uma iniciativa de Estado. Não se trata, aqui, de novo, de uma questão de oposição ou de uma questão de situação, por conta das violações que a Venezuela tem praticado, de A a Z, nas premissas não apenas do Mercosul, mas naquilo que

preside a nossa Constituição. Ou seja, como membro do Mercosul, a Venezuela está obrigada – assim como o Brasil, o Paraguai e todos os países – ao cumprimento do Protocolo de Assunção, sobre o compromisso com a promoção e proteção dos direitos humanos no Mercosul, que, em sua primeira cláusula, estabelece que:

A plena vigência das instituições democráticas e o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais são condições essenciais para a vigência e evolução do processo de integração entre as Partes.

Determina ainda o referido Protocolo, que os países do Mercosul deverão cooperar “mutuamente para promoção e proteção efetiva dos direitos humanos e liberdades fundamentais através dos mecanismos institucionais estabelecidos no Mercosul”. O Protocolo reafirma – e não faz nada mais que isso – o que já havia sido expressado na Declaração Presidencial de Las Leñas, em 92, no sentido de que a plena vigência das instituições democráticas é condição indispensável para a existência e o desenvolvimento do Mercosul. Ratifica, também, a plena vigência do Protocolo de Ushuaia sobre compromissos democráticos no Mercosul e reafirma os princípios e normas contidos na Declaração Americana dos Direitos Humanos e do Homem, na Convenção Americana de Direitos Humanos e em outros instrumentos regionais de direitos humanos, assim como na Carta Democrática Interamericana. Eu acho que o nosso combate não se iniciou e se encerrou ontem. Ele está se iniciando hoje.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós vamos fazer o bom combate nesta Casa, o bom combate que São Paulo – o apóstolo Paulo – nos ensinou. E vamos guardar a boa-fé. Nós vamos até o fim. Nós não vamos nos curvar diante dessa orquestração, dessa armação que foi feita, lamentavelmente, pelo Itamaraty, pelo Governo brasileiro e pelo governo da Venezuela. Nós vamos às últimas consequências na preservação das nossas prerrogativas, para que a diplomacia brasileira possa, de uma vez por todas, fazer jus à sua história. A história da diplomacia brasileira não é uma história qualquer, é uma história que carrega tradição, que carrega êxito e que carrega reputação mundo afora. Mas, nos últimos anos e nos últimos meses, o que nós temos visto é uma orientação inadequada, colocando em xeque a qualidade da diplomacia brasileira, que nós temos a obrigação de debater na Comissão de Relações Exteriores e aqui no Senado da República. Pedindo vênua a V. Ex^a, porque me estendi demais, quero cumprimentá-lo, pois foi sob sua coordenação e sua liderança que nós ontem fomos a essa missão, que, creio eu, foi uma missão eivada de resultados, e seus dobramentos estarão presentes nos debates aqui no Senado. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu que agradeço, Senador Ricardo Ferraço.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Com relação ao requerimento de convocação de autoria do Senador Ferraço, para que possamos fazer a reunião com o Chanceler e com o Embaixador brasileiro na Venezuela, vários colegas Deputados agiram em nossa defesa e, naquele momento, derrubaram a sessão na Câmara e exigiram a aprovação de uma moção de repúdio à Venezuela. Infelizmente, não conseguimos fazer o mesmo no Senado Federal, mas indo ao Itamaraty e buscando esclarecimentos, eu acho que seria possível, com o prestígio de V. Ex^a, fazer uma audiência conjunta, Câmara e Senado, a fim de, aí sim, esclarecer todos esses fatos constrangedores ao Congresso Nacional. Era o que eu queria pedir, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem lembrado, Senador Caiado. Se for possível regimentalmente, considero excelente a sua sugestão.

Agradeço também, meu prezado colega Ricardo Ferraço, pelo encaminhamento prático e objetivo das consequências da nossa missão. Eu, no início do meu pronunciamento, tão valorizado pelos apartes que recebi, disse que nós haveríamos de extrair as consequências, no plano político, jurídico e regimental, dos fatos que ocorreram ontem. V. Ex^a dá desdobramento a essa afirmação, que fiz no início da minha fala, do meu discurso.

Há outras providências a serem tomadas. O Senador Petecão se referiu à situação absurda em que se encontra, no nosso País, o Senador Roger Pinto Molina. Há dois anos, depois de ter obtido asilo na Embaixada brasileira na Bolívia, ele está no Brasil aguardando uma definição do Conare (Conselho Nacional para os Refugiados), que é um órgão do Ministério da Justiça. Há dois anos essa decisão vem sendo protelada.

V. Ex^a pressionou o Ministro da Justiça, eu também, e até agora nada. Nós queremos é que o Senador Molina, Roger Pinto Molina, obtenha a condição de refugiado para poder se integrar à vida brasileira, viver aqui, trabalhar aqui.

Eu vivi, durante muitos anos, sob a proteção de um organismo das Nações Unidas de proteção aos refugiados e apátridas.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Permita-me...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso foi absolutamente essencial para mim, para poder matricular meus filhos nas escolas, para eu poder trabalhar. Eu tenho esse documento. Não é possível!

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Permita-me resgatar uma outra questão, que tem a ver com o capítulo anterior, que foi o fato de o Governo brasileiro ter concedido asilo político ao Senador Molina. Quem concedeu asilo político à época não foi o embaixador, foi a República brasileira, na pessoa da Presidência da República. Asilo político concedido, o Governo brasileiro foi incapaz de se esforçar para que a Bolívia desse salvo-conduto para que ele pudesse sair de maneira adequada do território boliviano. Não fez. E, dois anos depois, o Conare, não obstante todo o esforço que fizemos no meu período, e que V. Ex^a está fazendo, o Ministério da Justiça tem sido incapaz de dar uma solução efetiva não apenas à questão do Senador Molina, mas a informação que temos é que há aproximadamente 2 mil processos no Conselho Nacional para os Refugiados aguardando deliberação do Ministério da Justiça. Isso é surreal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Bem lembrado. Muito bem lembrado.

Outra consequência no plano jurídico vem do fato de o Governo brasileiro está descumprindo um preceito constitucional fundamental. Ele já se vê na obrigação de tomar providências para que os órgãos diretores do Mercosul e da OEA examinem, à luz dos fatos, o cumprimento da cláusula democrática do Mercosul e também das condições estipuladas pela Carta Democrática na OEA. Um recurso jurídico está sendo estudado, que é uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental a ser impetrado perante o Supremo Tribunal Federal.

Eu quero dizer com isso que, contrariamente ao que diz esse senhor que é Vice-Presidente da Venezuela, genro do ex-ditador, falecido ex-ditador, que parece que continua povoando as elucubrações do atual Presidente Maduro, ele é genro de Hugo Chávez, contrariamente ao que ele diz, nós, aqui no Senado, temos muito a fazer. Ele não perde por esperar, porque o Senado brasileiro funciona, porque a democracia brasileira funciona.

Apesar de arreganhos autoritários em alguns setores do Governo, apesar da exitação da Presidente Dilma Rousseff em assumir, claramente, o papel que é reservado ao Brasil na defesa da democracia na América Latina e de ter, pelo contrário, uma posição de cumplicidade com relação a regimes autoritários, apesar disso tudo, a democracia brasileira funciona.

Diferentemente do que ocorreu na Venezuela, nenhum Parlamentar da oposição será retirado do plenário a bofetadas, como foi retirada do plenário da Assembleia Nacional venezuelana, a Deputada Maria Corina Machado. Então, isto aqui funciona, delibera, vota, fiscaliza. Esse senhor não perde por esperar. Esse nosso trabalho vai continuar no interesse da democracia, no respeito aos direitos humanos e na defesa dos interesses do Brasil, não apenas dos valores fundamentais, mas do interesse do Brasil em termos uma Venezuela harmonizada com a democracia, uma Venezuela próspera, uma Venezuela em condições de ter uma colaboração construtiva com o Brasil e com os demais países da América do Sul.

Tão logo estejam liberadas as notas taquigráficas desta sessão, eu vou enviá-las às nossas amigas que nos acompanharam ontem – Lilian Tintori; Mitzy Ledezma; Patricia Ceballos; Antonieta López; María Corina Machado; Rosa Orozco, mãe daquela jovem que foi assassinada pela polícia venezuelana, que esteve aqui conosco alguns meses atrás –, vou mandar essas notas taquigráficas ao Governador Capriles, que ontem iria se encontrar conosco, se a nossa missão tivesse tido condições de prosseguir, para que eles saibam que nós estamos solidários, que a luta deles é a nossa luta.

Quero que também ecoe na Venezuela, nos cárceres venezuelanos, o nosso apelo para aqueles companheiros que fazem hoje greve de fome e que estão correndo risco de vida, que suspendam esse sacrifício extremo, porque nós precisamos deles com saúde. Força eles têm, força interior eles têm. Mas os queremos vivos, lutando à frente do seu povo para a reconquista das liberdades a que o povo venezuelano tem direito.

Agradeço, imensamente, a tolerância da Presidência do Senado, ocupada, sucessivamente, por vários colegas, e, sobretudo, os apartes que recebi, que contribuíram para traçar um panorama dos acontecimentos que vivemos e das tarefas que temos pela frente.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Senador Medeiros ainda quer intervir. Ouço V. Ex^a.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Aloysio, agradeço. É só para fazer um registro, sem querer diminuir o tamanho da manifestação de V. Ex^a. Mas eu tinha que fazer este parêntese aqui, porque é emblemático. O Deputado Federal Zeca Dirceu, do PT do Paraná, no seu perfil no Twitter, disse o seguinte: “Senadores brasileiros da oposição vão à Venezuela passear e fazer onda com o dinheiro da população, e se dão mal”. Eu queria só dizer que respeito e defendo, com unhas e dentes, o direito do Deputado de se manifestar. Nós somos democratas por excelência e fomos lá defender isso. Mas não somos nós que fazemos onda com o dinheiro público. Aliás, o pai do Deputado já foi, em determinado momento da sua histó-

ria, preso político, pelo qual brasileiros se sacrificaram pela sua liberdade e torceram. Mas, nesse momento, eu não vejo que ele esteja em condições e nem vejo essa colocação como séria. Mas eu queria fazer esse registro, porque eu achei um acinte sem tamanho ao Senado brasileiro, ainda mais vindo de um Deputado. Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agradeço a V. Ex^a. Infelizmente, vou colocar essa nota do Deputado Zeca Dirceu apenas no rodapé e com caracteres muito diminutos nas notas taquigráficas que enviarei aos nossos amigos venezuelanos. Ele não merece muito mais do que isso.

Muito obrigado a todos.

Vamos à luta!

Durante o discurso do Sr. Aloysio Nunes Ferreira, o Sr. Ricardo Ferraço deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Blairo Maggi.

Durante o discurso do Sr. Aloysio Nunes Ferreira, o Sr. Blairo Maggi deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Petecão, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD - AC) – Está inscrito para falar, para uma comunicação inadiável, o nobre Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Petecão, quero, em primeiro lugar, aqui, para os nossos ouvintes da TV Senado e da Rádio Senado, manifestar minha solidariedade a V. Ex^a, que estava na missão ontem lá na Venezuela junto com uma série de outros Senadores. Era uma missão suprapartidária, não era uma missão da oposição, por oposição. Inclusive o nosso Partido, do qual V. Ex^a faz parte, o PSD, é um partido da base aliada. Então, era uma missão suprapartidária, havia Senadores de quatro partidos distintos. É inadmissível o tipo de tratamento dispensado aos Congressistas brasileiros.

Portanto, quero manifestar aqui a minha mais profunda indignação e solidariedade aos colegas que foram impedidos de cumprir sua missão em um país irmão, um país que está no Mercosul, que é exatamente a Venezuela.

O que me traz aqui ao plenário hoje, para fazer uma comunicação inadiável, trata-se também de diplomacia. A intolerância de qualquer tipo, acho inadmissível. O que me traz aqui é o apoio à indicação do Chefe da Missão Diplomática na Mauritânia.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar meu posicionamento favorável à indicação do Ministro de Segunda Classe Arthur Henrique Villanova Nogueira para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia.

Além de um currículo que demonstra uma vasta experiência em assuntos internacionais, creio que o Ministro Nogueira colaborará de maneira significativa para o incremento das relações políticas e econômicas entre Brasil e Mauritânia.

Como salientado no relatório do Senador Marcelo Crivella, o comércio bilateral teve um crescimento, desde 2003, de 400%, e testemunhamos a ampliação da cooperação humanitária e jurídica com aquele país.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente, tenho a convicção de que a política brasileira de estreitamento das relações diplomáticas com os países de religião islâmica não só fortalece nosso comércio exterior naquelas regiões, mas também é condição fundamental para apoiarmos o desenvolvimento daqueles países. É por meio da diplomacia e do diálogo, Sr. Presidente, que as diferenças são resolvidas e a paz é fomentada.

Ao contrário do que alguns têm defendido, não creio que a suspensão da indicação de Embaixadores para países de religião islâmica, assim como para qualquer outro, seja algo, no mínimo, razoável. Além de contrariar o princípio de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, conforme expresso em nossa Carta Magna, tal atitude se reveste de uma intolerância anacrônica, de um etnocentrismo cego e de uma generalização absurda.

A cultura islâmica é riquíssima e não pode ser confundida com uma minoria de movimentos fundamentalistas, que são a chama desse preconceito ignorante. Nosso País é tributário de levadas históricas de imigrantes sírios, libaneses, nigerianos e tantos outros que ajudaram a formar nossa identidade nacional.

Isso, aliás, é praticamente um consenso no mundo. Enquanto os países caminham para a ampliação das formas de comunicação, como o recente estreitamento das relações entre os Estados Unidos e Cuba e os crescentes diálogos entre os países ocidentais e o Irã, considerarmos que a hipótese de abandono desse nosso histórico posicionamento seria, sim, transformar nossa política externa em algo insignificante.

E ressalto ser histórico, pois nosso relacionamento com países islâmicos não é nenhuma novidade de governos recentes, mas advém de décadas de construção de uma diplomacia sólida e internacionalmente prestigiada.

A moderna teoria das relações internacionais não crê mais no realismo calculista que se via durante a Guerra Fria. Hoje, a globalização, o incremento das comunicações e a ampliação das correntes de comércio aproximou o mundo. Novos temas, como direitos humanos, meio ambiente, migrações, entre tantos outros, ampliaram a agenda internacional, Sr. Presidente, Sérgio Petecão.

Não podemos negligenciar esses avanços apoiando o isolamento de países e seus povos. É praticamente consenso, entre os formuladores de política internacional, que o fim do diálogo não só não resolve os problemas, mas pode agravá-los. Isso é, aliás, o alimento do fundamentalismo islâmico, que aumenta seus adeptos como resultado da marginalização política e econômica.

Para concluir, Sr. Presidente, eu queria ressaltar que devemos fortalecer as relações diplomáticas com todos os países, independente de religião, posicionamento político ou demais questões internas. É no diálogo e na negociação pacífica que podemos colaborar para que as diferenças sejam resolvidas e o mundo possa continuar avançando.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha a colocar, deixando mais uma vez os meus protestos contra a forma que V. Ex^{as} foram tratados na Venezuela. É inadmissível. A Venezuela é um país irmão, latino-americano, não poderia ter feito isso com um Congressista de um país que tem a melhor das relações com a Venezuela, que é exatamente o Brasil.

Sr. Presidente Petecão, quero agradecê-lo pela Presidência desta sessão e desejar a todos um ótimo final de semana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD-AC) – Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência encerra a sessão.

Antes de encerrar, eu queria registrar, com muito prazer, que recebemos a visita do Embaixador do Marrocos, meu amigo Larbi, que está aqui.

Muito obrigado pela sua presença, meu amigo Embaixador, pessoa pela qual eu tenho um carinho e um respeito muito grande. Obrigado, Embaixador, pela sua presença, que se faz acompanhar da nossa querida amiga Letícia, que tanto nos prestigiou todas as vezes em que estivemos lá na embaixada marroquina, sempre nos recebendo muito bem.

Obrigado, Embaixador, e obrigado, Letícia, pela sua presença aqui no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD - AC) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão e convocada outra para hora e data regimental.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 28 minutos.)

RETIFICAÇÕES

ATA DA 82ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE MAIO DE 2015

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 77**, de 27 de maio de 2015)

À página 35, republique-se, para inclusão do despacho, o Ofício nº 223/2015, do Senador Ronaldo Caiado:

Of. 223/2015 – GSRCAIAD.

Brasília, em 25 de maio de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tendo em vista o entendimento feito com Vossa Excelência acerca da data da *Sessão Especial para “comemorar o cinquentenário das atividades da TV Globo”*, solicito que a referida solenidade seja agendada para o dia 30 de junho do corrente ano. Aproveito o ensejo para renovar meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,



Senador RONALDO CAIADO
Democratas/GO

Deferido

À página 103, para correção do despacho do Projeto de Resolução do Senado nº 25, de 2015, onde se lê:

(Abertura de prazo de cinco dias úteis perante a Mesa.)

leia-se:

(Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa)

Às páginas 419 a 425, por erro gráfico, republique-se o Parecer nº 240, de 2015, da Comissão Diretora, que oferece a Redação Final do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2015:

PARECER Nº 240, DE 2015 COMISSÃO DIRETORA

Redação final do Projeto de Lei de
Conversão nº 3, de 2015 (Medida
Provisória nº 665, de 2014).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2015 (Medida Provisória nº 665, de 2014), que altera as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 7.859, de 25 de outubro de 1989, e 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências, consolidando as emendas de redação aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 26 de maio de 2015.

Ramon Lourenço,
Presidente

Jorge Elton Jr.,
Relator

Ample Portela

Elmano Ferr

Rômulo Lourenço

ANEXO AO PARECER Nº 240, DE 2015

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2015 (Medida Provisória nº 665, de 2014).

Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, e nº 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

I – ter recebido salários de pessoa jurídica ou de pessoa física a ela equiparada, relativos a:

a) pelo menos 12 (doze) meses nos últimos 18 (dezoito) meses imediatamente anteriores à data de dispensa, quando da primeira solicitação;

b) pelo menos 9 (nove) meses nos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data de dispensa, quando da segunda solicitação; e

c) cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data de dispensa, quando das demais solicitações;

II – (Revogado);

.....

VI – matrícula e frequência, quando aplicável, nos termos do regulamento, em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional habilitado pelo Ministério da Educação, nos

termos do art. 18 da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, ofertado por meio da Bolsa-Formação Trabalhador concedida no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), insituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, ou de vagas gratuitas na rede de educação profissional e tecnológica.

.....” (NR)

“Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por período máximo variável de 3 (três) a 5 (cinco) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, contados da data de dispensa que deu origem à última habilitação, cuja duração será definida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

§ 1º O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas nos incisos I, III, IV e V do *caput* do art. 3º.

§ 2º A determinação do período máximo mencionado no *caput* observará a seguinte relação entre o número de parcelas mensais do benefício do seguro-desemprego e o tempo de serviço do trabalhador nos 36 (trinta e seis) meses que antecederem a data de dispensa que originou o requerimento do seguro-desemprego, vedado o cômputo de vínculos empregatícios utilizados em períodos aquisitivos anteriores:

I – para a primeira solicitação:

a) 4 (quatro) parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 12 (doze) meses e, no máximo, 23 (vinte e três) meses, no período de referência; ou

b) 5 (cinco) parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, no período de referência;

II – para a segunda solicitação:

a) 3 (três) parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 9 (nove) meses e, no máximo, 11 (onze) meses, no período de referência;

b) 4 (quatro) parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 12 (doze) meses e, no máximo, 23 (vinte e três) meses, no período de referência; ou

c) 5 (cinco) parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, no período de referência;

III – a partir da terceira solicitação:

a) 3 (três) parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de,

no mínimo, 6 (seis) meses e, no máximo, 11 (onze) meses, no período de referência;

b) 4 (quatro) parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 12 (doze) meses e, no máximo, 23 (vinte e três) meses, no período de referência; ou

c) 5 (cinco) parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, no período de referência.

§ 3º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do § 2º.

§ 4º Nos casos em que o cálculo da parcela do seguro-desemprego resultar em valores decimais, o valor a ser pago deverá ser arredondado para a unidade inteira imediatamente superior.

§ 5º O período máximo de que trata o *caput* poderá ser excepcionalmente prolongado por até 2 (dois) meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Codefap, desde que o gasto adicional representado por esse prolongamento não ultrapasse, em cada semestre, 10% (dez por cento) do montante da reserva mínima de liquidez de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990.

§ 6º Na hipótese de prolongamento do período máximo de percepção do benefício do seguro-desemprego, o Codefap observará, entre outras variáveis, a evolução geográfica e setorial das taxas de desemprego no País e o tempo médio de desemprego de grupos específicos de trabalhadores.

§ 7º O Codefap observará as estatísticas do mercado de trabalho, inclusive o tempo médio de permanência no emprego, por setor, e recomendará ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego a adoção de políticas públicas que julgar adequadas à mitigação da alta rotatividade no emprego." (NR)

"Art. 4º-A. Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador rural desempregado dispensado sem justa causa que comprove, na forma do disposto em resolução do Codefap:

I – ter recebido salários de pessoa jurídica ou de pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data de dispensa;

II – ter sido empregado de pessoa jurídica ou de pessoa física a ela equiparada, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

III – não ter exercido, no período aquisitivo, atividade remunerada fora do âmbito rural;

IV - encontrar-se em situação de desemprego involuntário;

V – não estar em gozo de nenhum benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto pensão por morte e auxílio-acidente;

VI – não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente para sua manutenção e de sua família.

§ 1º O período computado para a concessão do benefício não poderá ser utilizado para pleitear novo benefício de seguro-desemprego previsto nesta Lei.

§ 2º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador rural desempregado, por período máximo de 4 (quatro) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 16 (dezesseis) meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação.

§ 3º O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas no *caput*, à exceção de seu inciso II.

§ 4º Sobre os valores do seguro-desemprego pago ao empregado rural deverá ser descontada a contribuição previdenciária, com alíquota de 8% (oito por cento), devendo esse período ser contado para efeito de concessão de benefícios previdenciários.”

“Art. 7º

IV – recusa injustificada por parte do trabalhador desempregado em participar de ações de recolocação de emprego, conforme regulamentação do Codefat.” (NR)

“Art. 9º É assegurado o recebimento de abono salarial anual, no valor máximo de 1 (um) salário-mínimo vigente na data do respectivo pagamento, aos empregados que:

I – tenham:

a) percebido de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) até 2 (dois) salários-mínimos médios de remuneração mensal no período trabalhado; e

b) exercido atividade remunerada por, pelo menos, 90 (noventa) dias no ano-base;

§ 1º

§ 2º O valor do abono salarial anual de que trata o *caput* será calculado na proporção de 1/12 (um doze avos) do valor do salário-mínimo vigente na data do respectivo pagamento, multiplicado pelo número de meses trabalhados no ano correspondente.

§ 3º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será contada como mês integral para os efeitos do § 2º deste artigo.

§ 4º O valor do abono salarial será emitido em unidades inteiras de moeda corrente, com a suplementação das partes decimais até a unidade inteira imediatamente superior." (NR)

"Art. 9º-A. O abono será pago pelo Banco do Brasil S.A. e pela Caixa Econômica Federal mediante:

I – depósito em nome do trabalhador;

II – saque em espécie; ou

III – folha de salários.

§ 1º Ao Banco do Brasil S.A. caberá o pagamento aos servidores e empregados dos contribuintes mencionados no art. 14 do Decreto-Lei nº 2.052, de 3 de agosto de 1983, e à Caixa Econômica Federal, aos empregados dos contribuintes a que se refere o art. 15 desse Decreto-Lei.

§ 2º As instituições financeiras pagadoras manterão em seu poder, à disposição das autoridades fazendárias, por processo que possibilite sua imediata recuperação, os comprovantes de pagamentos efetuados."

"Art. 25-A. O trabalhador que infringir o disposto nesta Lei e houver percebido indevidamente parcela de seguro-desemprego sujeitar-se-á à compensação automática do débito com o novo benefício, na forma e no percentual definidos por resolução do Codefat.

§ 1º O ato administrativo de compensação automática poderá ser objeto de impugnação, no prazo de 10 (dez) dias, pelo trabalhador, por meio de requerimento de revisão simples, o qual seguirá o rito prescrito pela Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 2º A restituição de valor devido pelo trabalhador de que trata o *caput* deste artigo será realizada mediante compensação do saldo de valores nas datas de liberação de cada parcela ou pagamento com Guia de Recolhimento da União (GRU), conforme regulamentação do Codefat."

Art. 2º A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O pescador artesanal de que tratam a alínea "b" do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a alínea "b" do inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

§ 1º Considera-se profissão habitual ou principal meio de vida a atividade exercida durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso, ou nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do defeso em curso, o que for menor.

.....

§ 3º Considera-se ininterrupta a atividade exercida durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso, ou nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do defeso em curso, o que for menor.

§ 4º Somente terá direito ao seguro-desemprego o segurado especial pescador artesanal que não disponha de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

§ 5º O pescador profissional artesanal não fará jus, no mesmo ano, a mais de um benefício de seguro-desemprego decorrente de defesos relativos a espécies distintas.

§ 6º A concessão do benefício não será extensível às atividades de apoio à pesca nem aos familiares do pescador profissional que não satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei.

§ 7º O benefício do seguro-desemprego é pessoal e intransferível.

§ 8º O período de recebimento do benefício não poderá exceder o limite máximo variável de que trata o *caput* do art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, ressalvado o disposto nos §§ 4º e 5º do referido artigo.” (NR)

“Art. 2º Cabe ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) receber e processar os requerimentos e habilitar os beneficiários, nos termos do regulamento.

I – (Revogado);

II – (Revogado);

III – (Revogado);

IV – (Revogado);

a) (Revogada);

b) (Revogada);

c) (Revogada).

§ 1º Para fazer jus ao benefício, o pescador não poderá estar em gozo de nenhum benefício decorrente de benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto pensão por morte e auxílio-acidente.

§ 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao INSS os seguintes documentos:

I – registro como pescador profissional, categoria artesanal, devidamente atualizado no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), emitido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura com antecedência mínima de 1 (um) ano, contado da data de requerimento do benefício;

II – cópia do documento fiscal de venda do pescado a empresa adquirente, consumidora ou consignatária da produção, em que

conste, além do registro da operação realizada, o valor da respectiva contribuição previdenciária de que trata o § 7º do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ou comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária, caso tenha comercializado sua produção a pessoa física; e

III – outros estabelecidos em ato do Ministério da Previdência Social que comprovem:

- a) o exercício da profissão, na forma do art. 1º desta Lei;
- b) que se dedicou à pesca durante o período definido no § 3º do art. 1º desta Lei;
- c) que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

§ 3º O INSS, no ato de habilitação ao benefício, deverá verificar a condição de segurado pescador artesanal e o pagamento da contribuição previdenciária, nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao requerimento do benefício ou desde o último período de defeso até o requerimento do benefício, o que for menor, observado, quando for o caso, o disposto no inciso II do § 2º.

§ 4º O Ministério da Previdência Social e o Ministério da Pesca e Aquicultura desenvolverão atividades que garantam ao INSS acesso às informações cadastrais disponíveis no RGP, de que trata o art. 24 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, necessárias para a concessão do seguro-desemprego.

§ 5º Da aplicação do disposto no § 4º deste artigo não poderá resultar nenhum ônus para os segurados.

§ 6º O Ministério da Previdência Social poderá, quando julgar necessário, exigir outros documentos para a habilitação do benefício.

§ 7º O INSS deverá divulgar mensalmente lista com todos os beneficiários que estão em gozo do seguro-desemprego no período de defeso, detalhados por localidade, nome, endereço e número e data de inscrição no RGP.

§ 8º Desde que atendidos os demais requisitos previstos neste artigo, o benefício de seguro-desemprego será concedido ao pescador profissional artesanal cuja família seja beneficiária de programa de transferência de renda com condicionalidades, e caberá ao órgão ou à entidade da administração pública federal responsável pela manutenção do programa a suspensão do pagamento pelo mesmo período da percepção do benefício de seguro-desemprego.

§ 9º Para fins do disposto no § 8º, o INSS disponibilizará aos órgãos ou às entidades da administração pública federal responsáveis pela manutenção de programas de transferência de renda com condicionalidades as informações necessárias para identificação dos beneficiários e dos benefícios de seguro-desemprego concedidos,

inclusive as relativas à duração, à suspensão ou à cessação do benefício.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 38-A.

§ 1º O programa de que trata o *caput* deste artigo deverá prever a manutenção e a atualização anual do cadastro e conter todas as informações necessárias à caracterização da condição de segurado especial.

.....

§ 3º O INSS, no ato de habilitação ou de concessão de benefício, deverá verificar a condição de segurado especial e, se for o caso, o pagamento da contribuição previdenciária, nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, considerando, dentre outros, o que consta do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) de que trata o art. 29-A desta Lei.” (NR)

“Art. 38-B. O INSS utilizará as informações constantes do cadastro de que trata o art. 38-A para fins de comprovação do exercício da atividade e da condição do segurado especial e do respectivo grupo familiar.

Parágrafo único. Havendo divergências de informações, para fins de reconhecimento de direito com vistas à concessão de benefício, o INSS poderá exigir a apresentação dos documentos previstos no art. 106 desta Lei.”

Art. 4º As alterações ao art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, introduzidas pelo art. 1º desta Lei somente produzirão efeitos financeiros a partir do exercício de 2016, considerando-se, para os fins do disposto no inciso I do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, como ano-base para a sua aplicação o ano de 2015.

Art. 5º É assegurada aos pescadores profissionais categoria artesanal a concessão pelo INSS do seguro-desemprego de defeso relativo ao período de defeso compreendido entre 1º de abril de 2015 e 31 de agosto de 2015 nos termos e condições da legislação vigente anteriormente à edição da Medida Provisória nº 665, de 30 de dezembro de 2014.

Art. 6º Revogam-se:

I – o art. 2º-B e o inciso II do *caput* do art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990;

II – a Lei nº 7.859, de 25 de outubro de 1989; e

III – a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 16

Requerimento	Parlamentar	Fundamentação Legal	Período	Finalidade
RQM nº 258/2015	Jorge Viana	RISF Art. 13	16/06/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 259/2015	Romero Jucá	RISF Art. 13	De 16/06/2015 a 18/06/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 260/2015	Zeze Perrella	RISF Art. 13	De 16/06/2015 a 18/06/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 261/2015	Magno Malta	RISF Art. 13	16/06/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 262/2015	Gladson Cameli	RISF Art. 13	16/06/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 263/2015	Angela Portela	RISF Art. 13	De 18/06/2015 a 24/06/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 264/2015	Magno Malta	RISF Art. 13	17/06/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 266/2015	Roberto Rocha	RISF Art. 13	18/06/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 267/2015	Roberto Rocha	RISF Art. 13	De 23/06/2015 a 25/06/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 270/2015	Fátima Bezerra	RISF Art. 13	16/06/2015	Atividade parlamentar. Desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Mata de São João (Bahia), a fim de representar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal na abertura do 15º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação ao lado do Ministro da Educação Renato Janine Ribeiro e da Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello.
RQM nº 271/2015	Sérgio Petecão	RISF Art. 13	16/06/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 275/2015	Cristovam Buarque	RISF Art. 13	18/06/2015	Atividade parlamentar. Participar do V Fórum das Ouvidorias do Mercado de Capitais - "As ouvidorias e a educação financeira", a realizar-se em São Paulo.
RQM nº 278/2015	Lídice da Mata	RISF Art. 13	18/06/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 279/2015	Magno Malta	RISF Art. 13	18/06/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 280/2015	Marcelo Crivella	RISF Art. 13	18/06/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 281/2015	Marcelo Crivella	RISF Art. 13	11/06/2015	Atividade parlamentar.

Requerimentos de Missão sem Ônus. Total: 8

Requerimento	Parlamentar	Dispositivo	Período	Evento
RQM nº 265/2015	Ricardo Ferraço	art. 40, § 1º	18/06/2015	Participar da Comissão Parlamentar Externa Venezuela, conforme RQS 77/2015.
RQM nº 268/2015	Aloysio Nunes Ferreira	art. 40, § 1º	18/06/2015	Participar da Comissão Parlamentar Externa Venezuela, conforme RQS 77/2015.
RQM nº 269/2015	José Agripino	art. 40, § 1º	18/06/2015	Participar da Comissão Parlamentar Externa Venezuela, conforme RQS 77/2015.
RQM nº 272/2015	Sérgio Petecão	art. 40, § 1º	18/06/2015	Participar da Comissão Parlamentar Externa Venezuela, conforme RQS 77/2015.
RQM nº 273/2015	Cássio Cunha Lima	art. 40, § 1º	18/06/2015	Participar da Comissão Parlamentar Externa Venezuela, conforme RQS 77/2015.
RQM nº 274/2015	Aécio Neves	art. 40, § 1º	18/06/2015	Participar da Comissão Parlamentar Externa Venezuela, conforme RQS 77/2015.
RQM nº 276/2015	Ronaldo Caiado	art. 40, § 1º	18/06/2015	Participar da Comissão Parlamentar Externa Venezuela, conforme RQS 77/2015.
RQM nº 277/2015	José Medeiros	art. 40, § 1º	18/06/2015	Participar da Comissão Parlamentar Externa Venezuela, conforme RQS 77/2015.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24 PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz	PDT / RO
Ana Amélia	PP / RS
Angela Portela	PT / RR
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Cristovam Buarque	PDT / DF
Delcídio do Amaral	PT / MS
Donizeti Nogueira	PT / TO
Fátima Bezerra	PT / RN
Gladson Cameli	PP / AC
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Ivo Cassol	PP / RO
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lasier Martins	PDT / RS
Lindbergh Farias	PT / RJ
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI
Reguffe	PDT / DF
Telmário Mota	PDT / RR
Walter Pinheiro	PT / BA
Zeze Perrella	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21 PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger	PMDB / SC
Edison Lobão	PMDB / MA
Eunício Oliveira	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho	PMDB / RN
Hélio José	PSD / DF
Jader Barbalho	PMDB / PA
João Alberto Souza	PMDB / MA
José Maranhão	PMDB / PB
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Raimundo Lira	PMDB / PB
Renan Calheiros	PMDB / AL
Ricardo Ferraço	PMDB / ES
Roberto Requião	PMDB / PR
Romero Jucá	PMDB / RR
Rose de Freitas	PMDB / ES
Sandra Braga	PMDB / AM
Sérgio Petecão	PSD / AC
Simone Tebet	PMDB / MS
Valdir Raupp	PMDB / RO
Waldemir Moka	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 17 PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB / SP
Alvaro Dias	PSDB / PR
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima	PSDB / PB
Dalirio Beber	PSDB / SC

Davi Alcolumbre	DEM / AP
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Serra	PSDB / SP
Lúcia Vânia	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves	DEM / SE
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE
Wilder Morais	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9 PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi	PR / MT
Douglas Cintra	PTB / PE
Eduardo Amorim	PSC / SE
Elmano Férrer	PTB / PI
Fernando Collor	PTB / AL
Magno Malta	PR / ES
Marcelo Crivella	PRB / RJ
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9 PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
José Medeiros	PPS / MT
Lídice da Mata	PSB / BA
Randolfê Rodrigues	PSOL / AP
Roberto Rocha	PSB / MA
Romário	PSB / RJ
Vanessa Graziotin	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Marta Suplicy	SP
---------------	----

Bloco de Apoio ao Governo	24
Bloco da Maioria	21
Bloco Parlamentar da Oposição	17
Bloco Parlamentar União e Força	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	9
S/Partido	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13</p> <p>Humberto Costa (22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT</p> <p>Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6</p> <p>Acir Gurgacz (3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT</p> <p>Telmário Mota (4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (13)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD</p> <p>Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12</p> <p>Cássio Cunha Lima (17)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado (6)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM</p> <p>José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6</p> <p>João Capiberibe (1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB</p> <p>Roberto Rocha (45)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros (15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi (9)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),,
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

Senador Aécio Neves (PSDB) ⁽¹⁾

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB) ⁽³⁾

Senador José Agripino (DEM)

Senador José Medeiros (PPS)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Reguffê (PDT)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senador Sérgio Petecão (PSD)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

*. Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

** Em 11.06.2015, foram designados os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Bezerra, José Aripino, José Medeiros, José Serra, Reguffê, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Sérgio Petecão e Tasso Jereissati para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 17, de 2015).

1. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Ricardo Ferraço ter deixado de integrar a Comissão (Of. 134/2015-GSRFER).

2. Em 06.04.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Mem. 33/2015-GSRROD).

3. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ter deixado de integrar a Comissão (Of. 9/2015-GSSPET).

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS CONFLITOS EM CURITIBA/PR

Finalidade: Acompanhar e, se possível, mediar, em Curitiba/PR, os conflitos que vem ocorrendo entre a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná e os dirigentes sindicais e estudantes do Estado.

Requerimento nº 403, de 2015

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)

Bloco da Maioria (PMDB, PSD)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)

Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)

4) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA DA VENEZUELA

Finalidade: Verificar in loco a situação política, social e econômica da República Bolivariana da Venezuela, estabelecendo para tanto os contatos necessários e possíveis com as autoridades constituídas e representantes legítimos da sociedade venezuelana.

Requerimento nº 713, de 2015

Número de membros: 5

MEMBROS

Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)

Senador Roberto Requião (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senadora Lídice da Mata (PSB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Notas:

*. Em 18.06.2015, foram designados os Senadores Vanessa Grazziotin, Roberto Requião, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata e Lindbergh Farias para compor a Comissão.

**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA
APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS**

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

**7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE(S)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

** . Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

*** Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

**** Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

***** Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

***** Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

***** Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

***** Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***** Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

***** Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.
Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 28

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015

Prazo final: 30/06/2015

MEMBROS

Senador Jorge Viana (PT)

Senador Humberto Costa (PT)

Senador Paulo Rocha (PT)

Senadora Gleisi Hoffmann (PT)

Senadora Fátima Bezerra (PT)

Senador Lasier Martins (PDT)

Senador Ivo Cassol (PP)

Senador Benedito de Lira (PP)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Otto Alencar (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Jader Barbalho (PMDB)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)

Senador Edison Lobão (PMDB)

Senadora Sandra Braga (PMDB)

Senador José Agripino (DEM)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senador Aécio Neves (PSDB)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senadora Lídice da Mata (PSB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Fernando Collor (PTB)

Senador Marcelo Crivella (PRB)

Senador Magno Malta (PR)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Reguffe (PDT)

Senador Elmano Férrer (PTB)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

** O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

*** O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta e Marta Suplicy, como membros titulares para compor a Comissão.

12) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 14/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggiaro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggiaro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final: 25/08/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (PSDB)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

** . Em 28.05.2015 foi expedido o Ato do Presidente nº 10, de 2015, que incluiu os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha na Comissão.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 15/09/2015

TITULARES	SUPLENTE(S)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

** Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

*** Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)

**** Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)

***** Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 26/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

* Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfé Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

** Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

*** Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

**** Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

***** Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

***** Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfé Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

** Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DA CBF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 28/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 01/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

** . Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

*** . Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

**** . Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

***** . Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

***** . Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹⁰⁾
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Ala Alexandre Costa, Plenário nº 19

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfê Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfê Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfê Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfê Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: ce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*** . Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** . Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

***** . Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

***** . Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDDB).

***** . Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senadora Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senador Benedito de Lira (PP) ^(8,10)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfê Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

** . Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfê Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. n° 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. n° 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

** . Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁰⁾	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
VAGO ^(6,13)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfê Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfê Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

** . Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** . Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

**** . Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

***** . Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

***** . Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDDB).

***** . Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ^(3,6,8)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** . Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda**Telefone(s):** 61 33031095**E-mail:** csf@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005 **10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561/3303-5258
Fax: 3303-5258
E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS**PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB**PP**

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR**PSD**

VAGO

PCdoB

VAGO

PV**PRB**

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

13) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO
	SD
	VAGO
	PROS

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSDB/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Niito Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Weliton Prado - PT/MG
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo
Telefone(s): (61) 3216-6892
E-mail: cmo.decom@camara.leg.br
Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA ⁽⁹⁾	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Marcus Vicente - PP/ES	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC ⁽⁶⁾
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO
Jony Marcos - PRB/SE ⁽⁸⁾	5. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM ⁽³⁾
Jaime Martins - PSD/MG ⁽³⁾	3. Ivan Valente - PSOL/SP ⁽¹¹⁾
Leonardo Monteiro - PT/MG ⁽¹⁰⁾	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT ⁽¹⁾	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE ⁽⁷⁾

Notas:

- Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
- Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
- O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
- Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
- Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
- Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contra-inteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹²⁾
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO ⁽¹³⁾	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO ⁽⁹⁾	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
- Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
- Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
- Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonseca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - CMCLF**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO	VAGO

ATN nº 3, de 2015 - CMLRE

Finalidade: Comissão mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais

Número de membros: 4 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)

Instalação: 18/06/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)
Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Deputado Andre Moura (PSC/SE)
Deputado Rogério Rosso (PSD/DF)
Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ⁽²⁾

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Senador José Serra (PSDB/SP)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Substituição do Senador Romero Jucá na Presidência da Comissão pelo Senador Tasso Jereissati, conforme ATN nº 4/2015.
2. Vaga criada em decorrência do ATN nº4, de 2015

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO ⁽³⁾
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - PSD/MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS ⁽¹⁾
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	

TITULARES	SUPLENTE
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 176 páginas
(O.S. 12749/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

